



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

Otávio Augusto Alves dos Santos

**A URDIDURA DA FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO NO RECIFE**

RECIFE

2017

OTÁVIO AUGUSTO ALVES DOS SANTOS

**A URDIDURA DA FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO NO RECIFE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, área de concentração 'Planejamento e Gestão', para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Urbano, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Edvânia Tôrres Aguiar Gomes

RECIFE

2017

Catálogo na fonte

Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

S237u Santos, Otávio Augusto Alves dos  
A urdidura da fragmentação do espaço no Recife / Otávio Augusto  
Alves dos Santos. – Recife, 2017.  
199 f.: il., fig.

Orientadora: Edvânia Torres Aguiar Gomes.  
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de  
Artes e Comunicação. Desenvolvimento Urbano, 2018.

Inclui referências e anexos.

1. Fragmentação. 2. Vida entre-muros. 3. Insularidade social. 4.  
Medo. 5. Pós-política. I. Gomes, Edvânia Torres Aguiar (Orientadora). II.  
Título.

711.4 CDD (22.ed.) UFPE (CAC 2018-24)

Ata da décima segunda defesa de Tese de Doutorado, do Programa De Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, no dia 24 de novembro de 2017.

Aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e dezessete (2017), às 17 horas, na Sala de Aula do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública, teve início a defesa da tese intitulada "A URDIDURA DA FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO NO RECIFE" do aluno Otávio Augusto Alves dos Santos, na área de concentração Desenvolvimento Urbano, sob a orientação da Professora Edvânia Torres Aguiar Gomes e coorientação da Profa. Aura González Serna. O doutorando cumpriu todos os demais requisitos regimentais para a obtenção do grau de doutor em Desenvolvimento Urbano. A Banca Examinadora foi indicada pelo colegiado do programa de pós-graduação em 16 de outubro de 2017, na sua 5ª Reunião e homologada pela Diretoria de Pós-Graduação, através do Processo Nº 23076.049742/2017-10, em 24/11/2017, composta pelos Professores: Tomás de Albuquerque Lapa, Ruskin Marinho de Freitas, MDU/UFPE, e Onilda Gomes Bezerra, DAU/UFPE e Mariana Zerbone Alves de Albuquerque, UFRPE. Após cumpridas as formalidades, o candidato foi convidado a discorrer sobre o conteúdo da dissertação. Concluída a explanação, o candidato foi arguido pela Banca Examinadora que, em seguida, reuniu-se para deliberar e conceder à mesma a menção APROVADO da referida Tese. E, para constar, lavrei a presente Ata que vai por mim assinada, Renata de Albuquerque Silva, e pelos membros da Banca Examinadora.

Recife, 24 de novembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Edvânia Torres Aguiar Gomes

Profa. Aura González Serna

Prof. Ruskin Marinho de Freitas

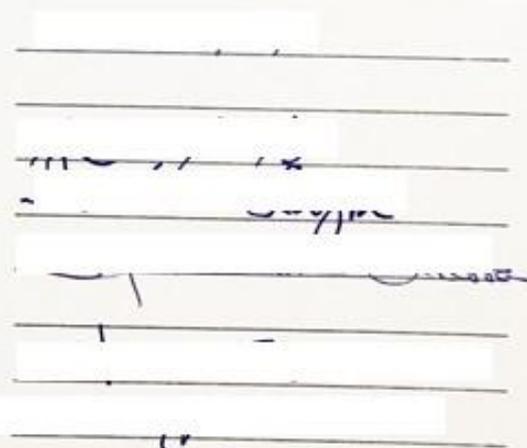
Prof. Tomás de Albuquerque Lapa

Profa. Onilda Gomes Bezerra

Profa. Mariana Zerbone Alves de Albuquerque

Otávio Augusto Alves dos Santos

Renata de Albuquerque Silva (Secretária)



Indicado para publicação (X) Sim

Não ( )

Dedico esta tese à minha filha, Luísa

## AGRADECIMENTOS

A construção desta tese representou um desses momentos da vida em que empenhamos todas as nossas energias em torno de um sonho, tentando dar conta de algo extremamente desafiante. Esta tese é fruto de muito suor e muita luta, pois a trajetória de sua construção foi atravessada por inúmeros percalços, sejam eles de ordem social ou pessoal. Mas esse percurso não foi atravessado sozinho, pois muitas pessoas contribuíram à sua realização. Neste sentido, gostaria de agradecer...

Aos meus pais que, aos seus modos, ajudaram-me a resistir aos obstáculos e a persistir na finalização desta etapa da vida.

A professora Edvânia Tôrres, pela compreensão, apoio e incentivo. Como sempre declarei, ser orientado por ela tem implicado em algo muito maior que uma simples condução ao desenvolvimento de uma pesquisa. Sua forma de trabalhar e seus conselhos conseguem inspirar a todos.

A professora Aura González por seus conselhos profundos e sua visão humana, os quais foram essenciais para a realização da tese.

A professora Mariana Zerbone pela leitura atenciosa dos primeiros capítulos e pelo levantamento de questões pertinentes ao aprimoramento teórico.

A todos do grupo de pesquisa Sociedade e Natureza pelo companheirismo e pelas discussões. Todas as atividades vivenciadas neste grupo foram imprescindíveis para o amadurecimento da pesquisa.

A todos os professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, em especial à professora Sueli Leal e Onilda Bezerra, bem como aos professores Tomas Lapa e Ruskin Freitas. Meus agradecimentos pela leitura atenciosa do projeto de pesquisa e dos primeiros textos apresentados no exame de qualificação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela bolsa de estudos concedida durante o curso.

E não poderia deixar de agradecer a todos aqueles que de forma indireta contribuíram para essa trajetória. Meus agradecimentos à Sofia Mahmood pelo companheirismo de tantos anos. A Thiago Machado pelas discussões, incentivo e prestatividade.

Aos meus irmãos, Lucas Alves e Francisco de Assis, pelo convívio e carinho.

As minhas filhinhas, Iana Mahmood e Luísa Mahmood, pelo amor e pelas brincadeiras. Sem o cuidado delas eu não teria fôlego para seguir em frente.

A todos os amigos que estiveram comigo durante essa caminhada.

E, por fim, a Lis Lino pelo carinho e atenção nessa reta final.

*"É graça divina começar bem. Graça maior persistir na caminhada certa. Mas graça das graças é não desistir nunca"*

*Dom Hélder Câmara*

## RESUMO

O debate público e a ação conjunta de novos ativismos urbanos têm posto o espaço e o planejamento urbanos em evidência, fazendo reacender a necessidade de se pensar em cidades mais democráticas. Contudo, as leituras mais difundidas da cidade, em especial daquelas situadas na periferia do capitalismo, ainda está enviesada por ideias de momento, muitas das quais incapazes de apontar caminhos à transformação da realidade urbana, sobretudo frente ao quadro de fragmentação que se estabelece de forma crescente. Neste sentido, tem-se tornado cada vez mais urgente a elaboração de novas leituras críticas da cidade, teorias radicais da urbanização periférica, alinhadas à toda tradição crítica dos estudos urbanos e que permitam conhecer as raízes dos problemas e os caminhos para uma verdadeira ação revolucionária. Esta tese tem por objetivo apontar as nuances da fragmentação do espaço no Recife com base no estudo da vida entre-muros, isto é, do cotidiano daqueles cujo o sentimento do medo tem sido cada vez mais determinante nas sociabilidades e nas preferências estéticas. Pretende-se com esta tese trazer uma interpretação crítica da realidade urbana desta cidade, demonstrando que o caráter insular sobre o qual a cidade se edificou permaneceu no transcurso dos anos, assumindo então o que estamos chamando de “insularidade social”. A presente tese possui três diferentes momentos. No primeiro, buscamos refletir, por meio de pesquisa teórica, sobre os processos de valorização, consumo, produção e reprodução do espaço, bem como o de diferenciação espacial, considerando também o papel dos valores subjetivos. Nossa intenção é situar os enclaves fortificados na esteira desse processo, algo que requer a compreensão da natureza da valorização capitalista, bem como dos princípios ético/morais e estéticos que induzem escolhas e formas de diferenciação. Ainda neste primeiro momento, procuramos também visualizar como tem se dado o processo de urbanização na periferia do capitalismo, dando especial atenção à realidade urbana latino-americana. No segundo momento é apresentamos de fato uma interpretação crítica da cidade do Recife, na medida em que procuramos dar conta de confirmar a hipótese de uma insularidade social enquanto manifestação local do processo de fragmentação. No terceiro e último momento, onde se desenvolve o estudo de caso, buscamos atestar a construção teórica arrolada nos dois primeiros capítulos, observando uma realidade particular. Neste sentido, procuramos compreender pormenorizadamente alguns dos principais aspectos da vida entre-muros em um dos muitos enclaves existentes na cidade do Recife, tomando-os como evidência dos argumentos desenvolvidos nos capítulos anteriores.

**Palavras-chave:** Fragmentação. Vida entre-muros. Insularidade social. Medo. Pós-política

## ABSTRACT

The public debate and the action of new urban activism have put urban space and planning in evidence, rekindling the need to think of more democratic cities. However, the most widespread readings of the city, especially those on the periphery of capitalism, are still skewed by ideas of the moment, many of which are incapable of pointing the way to the transformation of urban reality, especially in the face of fragmentation growing. Thus it has become increasingly urgent to elaborate new critical readings of the city, radical theories of peripheral urbanization, aligned with the whole critical tradition of urban studies and that allow to know the roots of the problems and the ways to a true revolutionary action . This thesis aims to point out the nuances of space fragmentation in Recife based on the study of inter-wall life, that is, the daily life of those whose fear sentiment has been increasingly determinant in sociabilities and aesthetic preferences. This thesis intends to bring a critical interpretation of the urban reality of this city, demonstrating that the insular character on which the city was built has remained over the years, assuming what we are calling "social insularity". The present thesis has three different moments. In the first one, we seek to reflect, through theoretical research, the processes of valorization, consumption, production and reproduction of space, as well as spatial differentiation, also considering the role of subjective values. Our intention is to situate the fortified enclaves in the wake of this process, which requires an understanding of the nature of capitalist valorization, as well as ethical / moral and aesthetic principles that induce choices and forms of differentiation. Still in this first moment, we also try to visualize how the process of urbanization in the periphery of capitalism has taken place, giving special attention to the Latin American urban reality. In the second moment, we present a critical interpretation of the city of Recife, as we attempt to confirm the hypothesis of a social insularity as a local manifestation of the fragmentation process. In the third and last moment, where the case study is developed, we seek to attest to the theoretical construction listed in the first two chapters, observing a particular reality. In this sense, we seek to understand in detail some of the main aspects of life between walls in one of the many enclaves in the city of Recife, taking them as evidence of the arguments developed in previous chapters.

**Keywords:** Fragmentation. Life between-walls. Social insularity. Fear. Post-politics

## RESUMEN

El debate público y la acción conjunta de nuevos activismos urbanos han puesto el espacio y la planificación urbanos en evidencia, haciendo reactivar la necesidad de pensar en ciudades más democráticas. Sin embargo, las lecturas más difundidas de la ciudad, en especial de aquellas situadas en la periferia del capitalismo, todavía están sesgadas por ideas de momento, muchas de las cuales incapaces de apuntar caminos a la transformación de la realidad urbana, sobre todo frente al cuadro de fragmentación que se establece de forma creciente. En este sentido, se ha vuelto cada vez más urgente la elaboración de nuevas lecturas críticas de la ciudad, teorías radicales de la urbanización periférica, alineadas a toda tradición crítica de los estudios urbanos y que permitan conocer las raíces de los problemas y los caminos hacia una verdadera acción revolucionaria. Esta tesis tiene por objetivo apuntar los matices de la fragmentación del espacio en Recife con base en el estudio de la vida entre-muros, es decir, del cotidiano de aquellos cuyo sentimiento del miedo ha sido cada vez más determinante en las sociabilidades y en las preferencias estéticas. Se pretende con esta tesis traer una interpretación crítica de la realidad urbana de esta ciudad, demostrando que el carácter insular sobre el cual la ciudad se edificó permaneció en el transcurso de los años, asumiendo entonces lo que estamos llamando "insularidad social". La presente tesis tiene tres momentos diferentes. En el primero, buscamos reflexionar, por medio de investigación teórica, sobre los procesos de valorización, consumo, producción y reproducción del espacio, así como el de diferenciación espacial, considerando también el papel de los valores subjetivos. Nuestra intención es situar los enclaves fortificados en la estela de ese proceso, algo que requiere la comprensión de la naturaleza de la valorización capitalista, así como de los principios ético / morales y estéticos que inducen elecciones y formas de diferenciación. En este primer momento, buscamos también visualizar cómo se ha dado el proceso de urbanización en la periferia del capitalismo, prestando especial atención a la realidad urbana latinoamericana. En el segundo momento es presentamos de hecho una interpretación crítica de la ciudad de Recife, en la medida en que procuramos dar cuenta de confirmar la hipótesis de una insularidad social como manifestación local del proceso de fragmentación. En el tercer y último momento, donde se desarrolla el estudio de caso, buscamos atestar la construcción teórica arrollada en los dos primeros capítulos, observando una realidad particular. En este sentido, buscamos comprender detalladamente algunos de los principales aspectos de la vida entre-muros en uno de los muchos enclaves existentes en la ciudad de Recife, tomándolos como evidencia de los argumentos desarrollados en los capítulos anteriores.

**Palabras clave:** Fragmentación; Vida entre los muros; Insularidad social; Miedo; Post-política

## **LISTA DE ABREVIações**

CMRA - Condomínio Morada Recife Antigo

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

## **LISTA DE QUADROS**

01	Definição metodológica da tese.....	28
02	Síntese dos conceitos apresentados.....	71
03	Principais empreendimentos periféricos da Região Metropolitana do Recife.....	113
04	Nomes das Quintas e dos Edifícios no projeto.....	153

## LISTA DE FIGURAS

01	Esquema da estrutura metodológica.....	23
02	Esquema ilustrativo da segmentação e da segregação.....	68
03	Alphaville, Região Metropolitana de São Paulo.....	93
04	Condomínio Península, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro.....	94
05	Barrio cerrado Nordelta, Área Metropolitana de Buenos Aires.....	95
06	Formação geomorfológica do Recife.....	101
07	Sistema viário radial do Recife e seus arredores em 1870.....	106
08	Orla do bairro de Boa Viagem na década de 1950 e nos dias atuais.....	109
09	Projeto inicial do oeste metropolitano e da Cidade da Copa.....	112
10	Evolution Shopping Park.....	116
11	Condomínio Le Parc.....	117
12	Relações entre os conceitos de fragmentação, vida entre-muros e insularidade social..	123
13	Food Park Pracinha Recife, área externa do Shopping Center Recife.....	136
14	Folder publicitário do Condomínio Riviera, no Bairro de Boa Viagem.....	137
15	Câmeras de segurança e cercas elétricas no Condomínio Morada Recife Antigo.....	138
16	Alambrado separando a Via Mangue de seu entorno, no bairro do Pina.....	139
17	Repressão ao movimento Ocupe Estelita, Cais de Santa Rita.....	141
18	Croqui da planta de locação do Condomínio Morada Recife Antigo.....	151
19	Entrada da Quintas das Pontes.....	152
20	Área para a prática de exercícios físicos.....	154
21	Playground no interior da Quinta das Pontes.....	155
22	Jardim no interior da Quinta das Pontes.....	155
23	Hall do pavimento térreo.....	156
24	Piscina no interior da Quinta das Pontes.....	156
25	Trecho dos muros do CMRA.....	157
26	Planta baixa dos apartamentos.....	158
27	Rua de acesso à área destinada a prática de exercícios.....	159
28	Alagamento em vias internas do condomínio.....	160
29	Portaria central do condomínio.....	161
30	Câmeras instaladas no Hall de acesso aos apartamentos de um dos blocos.....	162

# SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	PRODUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DO ESPAÇO NA PERIFERIA DO CAPITALISMO.....	30
2.1	Valorização, consumo e diferenciação do espaço.....	31
2.2	Condomínios e loteamentos fechados - exemplos emblemáticos e periféricos de fragmentação.....	75
3	NUANCES DA FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO NO RECIFE.....	98
3.1	Processo histórico de produção do espaço no Recife.....	99
3.2	Planejamento urbano e fragmentação do espaço.....	124
4	REFLEXÕES SOBRE VIDA ENTRE-MUROS A PARTIR DE UM EXEMPLO NA CIDADE DO RECIFE.....	144
4.1	Aspectos metodológicos do estudo de caso.....	145
4.2	Condomínio Morada Recife Antigo.....	150
4.3	Idiossincrasias da vida entre-muros.....	166
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	175
	REFERÊNCIAS.....	185
	ANEXO .....	198

# 1 INTRODUÇÃO

O espaço e o planejamento urbanos estão em evidência. Não cessam de surgir no debate público inúmeras e distintas discussões a propósito da estrutura e da dinâmica espacial, bem como da prática do planejamento e da gestão urbana. Antes restritos a círculos acadêmicos e técnicos muito específicos, ou objetos de diminutos campos disciplinares, a discussão sobre o significado, o papel social e o planejamento dos espaços urbanos tem sido hoje redimensionada, chegando a determinar o conteúdo das agendas políticas e a justificar novas formas de organização e luta social. Estaria a sociedade urbana global caminhando em direção à autoconsciência dos malgrados da produção capitalista, sugerindo um resgate do sentido político da cidade, o reconhecimento do espaço público? O fato de mais da metade da população mundial habitar atualmente em grandes aglomerados urbanos<sup>1</sup> constitui, por certo, um dos fatores dessa crescente preocupação acerca do futuro das cidades. Contudo, outro grande fato desencadeador das lutas sociais em favor da cidade reside na recente e contagiosa descoberta de que é possível se interpor à ordem hegemônica, descoberta essa lançada pela irrupção simultânea de movimentos de protestos no mundo, tais como os “ocupas”. Neste sentido, o atual debate sobre o espaço e o planejamento urbanos corresponde também a ecos dessa eclosão, reflexos que chegaram aos setores mais inflamados das sociedades capitalistas, fazendo-os atentar para a tão mencionada *questão urbana* – isto é, o conjunto sistêmico de problemas sociais ligados à presença do capital nas cidades, há muito evidenciado por toda a tradição crítica dos estudos urbanos.

Algo extraordinário está acontecendo nas cidades do mundo capitalista, sobretudo em sua periferia: a percepção coletiva de que o espaço da cidade pode e deve ser gerido de forma a possibilitar a participação e o bem-estar sociais. Subitamente, as contradições espaciais urbanas, a cuja gênese alude o próprio processo de valorização e consumo voltados à acumulação, tornaram-se visíveis,

---

<sup>1</sup> UNITED NATIONS. Urbanization Prospects. Disponível em: <http://esa.un.org/unpd/wup/>

levando os cidadãos a buscar soluções, ainda que os meios e os fins não estejam muito claros. Em diversas cidades do mundo, como consequência do acirramento das desigualdades espaciais e do solapamento da qualidade de vida, o debate e a luta social pela transformação do espaço urbano tomaram a forma de uma verdadeira insurreição global, mais ou menos sincrônica, apenas comparada na história recente às mobilizações estudantis de 1968. Não se trata de um despropósito, pois essa é também a opinião de renomados críticos brasileiros, tais como Braga (2013) e Vainer (2013). O geógrafo inglês David Harvey (2008) chegou a afirmar que haveria uma “revolução urbana” em curso. A experiência brasileira evidencia isso, pois, em 2013, suas cidades foram tomadas por movimentos de protesto onde se criticavam a péssima qualidade dos serviços públicos e as violações ocasionadas pelos preparativos da Copa do Mundo de 2014. No Recife, como em muitas outras cidades brasileiras, o movimento *Ocupe Estelita*<sup>2</sup> e o fórum de debates *Direitos Urbanos* surgiram enquanto desdobramentos dessa onda, problematizando os atuais vetores locais de reprodução do espaço urbano.

As recentes insurreições urbanas brasileiras, contudo, aparentemente padecem da mesma disfunção que Zizek (2012) apontou nos movimentos dos “ocupas”: a de limitar-se a expor aquilo contra o qual se luta, sem saber ao certo o que de fato se quer em troca (essa foi, inclusive, uma das máximas de sua fala na *Liberty Plaza*, durante o *Occupy Wall Street*, em 2011). Talvez tenha sido esse o motivo pelo qual os protestos de junho de 2013 tenham sido desvirtuados. A contagiante descoberta de que é possível se opor ao que está posto não foi acompanhada de uma nova proposta ou modelo de organização social, criando um vácuo político que foi tomado por toda sorte de ideologias, inclusive conservadoras. No caso brasileiro, o conservadorismo perdeu completamente o pudor e ensejou mobilizações que resultaram na queda da presidenta eleita democraticamente, na constituição de um governo sem a legitimidade do voto e na implementação de um conjunto de medidas que visam a reduzir ainda mais os direitos e a oferta de serviços públicos. Em outras palavras, a sucessão dos acontecimentos apontou exatamente para aquilo contra o qual se lutava. A reveladora crítica advinda com a explosão dos movimentos de protesto, não tendo sido acompanhada de novas e

---

<sup>2</sup> Movimento de protesto cujo surgimento se deu na esteira do processo de resistência popular ao projeto imobiliário Novo Recife que, projetado para o antigo Cais José Estelita, no bairro de São José, centro do Recife.

contundentes formas de pensar e planejar a cidade, acabou abrindo espaço para o surgimento de interpretações e propostas sem qualquer compromisso social.

Apenas para exemplificar a ausência de rumos e de um projeto claro de ação, tome-se como exemplo um assunto recorrente e objeto de reflexões bastante sugestivas que é o da participação social. Os movimentos de protesto e seus ativismos têm frequentemente realçado a essencial importância da participação e de um verdadeiro ambiente democrático para que se possam promover transformações substanciais na forma por meio da qual o espaço da cidade tem se organizado. Porém, oferecem nenhuma resposta à dinamização ou até à reativação dos canais de participação já existentes, muito menos a uma nova proposta em termos de política pública. Além disso, é preciso reconhecer que muitos desses ativismos não se dão conta de que a participação compõe a estratégia discursiva das lutas urbanas desde a metade do século passado, e a seu respeito há um acúmulo de debates do qual não se pode prescindir. Os movimentos sociais urbanos das décadas de 1960-70 (marcados por abordagens mais radicais ou keynesianas) já aspiravam à participação, pois objetivavam intervir na definição da política urbana – algo que só veio a ter efeitos práticos na primeira década do século com o Estatuto da Cidade. Entretanto, sem compreender muito bem os limites do que foi conquistado e a necessidade de ir além, os novos ativismos cingiram-se a uma abordagem meramente jurídica, muito mais interessada pelo pleno cumprimento das leis e pela efetivação daquilo que já havia sido garantido.

Em resposta aos problemas urbanos, esses ativismos frequentemente se reportam às ideias e experiências urbanísticas de outros países que, desde a segunda metade do século XX, procuraram ressignificar os espaços urbanos, na perspectiva de recuperar seu sentido de lócus da vida pública. Tratadas como modelos a seguir, muitas dessas ideias e experiências assentam-se em teorias decorrentes da crítica ao urbanismo moderno. Dessa forma, caracterizam-se pela capacidade de aliar o conhecimento técnico sobre o planejamento urbano e o ativismo socioecológico, sob o fito de atuar diretamente (muitas vezes sem o intermédio do Estado) no espaço da cidade, sempre na perspectiva de promover o bem-estar social. Conceitos como os de *urbanismo emergente* e *idades para as*

peças, por exemplo, tem fundamentado a ação de jovens arquitetos e urbanistas brasileiros, que aderem entusiasticamente a tais ideias, muitas vezes em função apenas de sua aceitação e uso nas cidades norte-americanas e da Europa ocidental. Mas, é preciso reconhecer que esses conceitos, bem como as ações que eles fundamentam, dificilmente resistem a outros contextos histórico-geográficos além daqueles de onde surgiram, até por que muitas vezes são tomados sem uma necessária adaptação local e exame histórico dos problemas urbanos periféricos. São ideias e experiências que carecem de uma melhor contextualização, de modelos interpretativos que ajudem, inclusive, a perceber a essência dos problemas locais, o que há por trás do imediato. Afinal, tudo se resume a uma questão de competência e paradigma técnico? De fato, algumas cidades setentrionais europeias obtiveram um extraordinário salto em termos de qualidade de vida com intervenções urbanísticas e mudanças de comportamento social, mas apenas isto basta para ter transformadas, por exemplo, as desiguais estrutura e dinâmica espaciais das cidades brasileiras?

Portanto, está claro que, apesar de representarem um importante avigoroamento das lutas por cidades justas e democráticas, não se pode esperar muito desses ativismos. Mas é também verdade que do Estado e dos atuais gestores urbanos não se deve esperar qualquer coisa. Se os ativismos pecam por não refletirem devidamente a realidade urbana periférica e por não proporem nada além de sua aversão ao que está posto, o Estado e os gestores urbanos sequer se dão o trabalho de refletir e, em muitos casos, contribuem à manutenção dos problemas urbanos. Além do fisiologismo, da ingerência e da corrupção, muitos dos mais importantes postos junto às secretarias e agências de planejamento urbano são preenchidos ao sabor da dinâmica político-partidária, sem qualquer critério técnico. Desses lugares, periodicamente, surgem estudos e planos aparentemente redentores, muitos dos quais em completa dissintonia com a realidade local (mas, paradoxalmente, em total conformidade com conceitos e ideias oriundos de outros lugares), elaborados nos moldes *top-down* e sem qualquer senso crítico, fazendo permanecer a velha máxima das "ideias fora do lugar" de que fala Maricato (2000). O resultado é a construção de planos muitas vezes minúsculos, inexequíveis, sem expressão no mapa metropolitano e, sobretudo, sem avanços no sentido da profunda compreensão e enfrentamento dos problemas urbanos.

A maior prova da superficialidade com que o Estado encara e sugere propostas para os problemas urbanos reside na forma com que seus planos abordam a própria participação social e o desenvolvimento urbano. Como se nunca tivessem sido objetos de teorizações e planos no passado, esses temas têm sido trabalhados em fóruns e tem embasado programas governamentais de maneira exacerbadamente pragmática, restringindo-se ao que se apresenta no imediato e ao que presume uma pequena parcela de gestores, intelectuais e lideranças sociais. Fala-se, portanto, de participação, mas de uma "participação sem lastro", cuja função é rotular o que algumas dezenas de esclarecidos definem como "vontade do povo", enquanto que a verdadeira participação na periferia do capitalismo requer, antes de tudo, o acolhimento da enorme parcela do operariado urbano informal historicamente excluída do debate público e dos processos decisórios, munindo-a de uma consciência para além do capital. Fala-se também de um desenvolvimento urbano, mas um desenvolvimento que implica sempre em vantagens aos que já detém o poder econômico, muitas vezes em detrimento da qualidade de vida dos mais desfavorecidos. De um ponto de vista efetivamente crítico, pouco importa se o desenvolvimento sugerido é "verde" ou voltado ao "bem-estar". Se ele não representa a antítese dos elementos mais essenciais da urbanização capitalista, ou se não advém das classes populares, definitivamente não representa qualquer novidade.

Portanto, acreditamos que ainda não há modelos de pensamento e ação em favor de uma transformação estrutural das cidades periféricas e a recusa em avançar neste sentido está criando um vácuo que pode ser preenchido por projetos nada inovadores. Tem-se tornado cada vez mais urgente a elaboração de novas leituras críticas da cidade, teorias radicais da urbanização periférica, alinhadas à toda tradição crítica dos estudos urbanos e que permitam conhecer as raízes dos problemas, apontando também os caminhos para uma verdadeira ação revolucionária. Esse é o primeiro passo necessário para ir além da simples negação (quase instintiva) ao que está posto: conhecer profundamente aquilo sobre o qual se pretende agir, a natureza do objeto que se deseja transformar. Como Lukács (*apud* LESSA, 2012) advertia, o conhecimento do objeto pressupõe a práxis, isto é, "a apreensão do real pela consciência é imprescindível ao pôr teleológico". É somente mediante o conhecimento do real que se pode agir sobre

ele. E, vale dizer, o real é dinâmico, por que é histórico. Qualquer esforço de apreensão requer a observação de suas mudanças no tempo, no intuito de identificar os fatos passados que atuam imperiosamente sobre o presente, fazendo-o ser desta forma e não de outra. Por isso é que Marx e Engels afirmavam que a história deveria ser a “única ciência”, e por isso também que Lefebvre propunha o método regressivo-progressivo. Só é possível compreender o real pela via de suas determinações históricas. Em suma, eis o grande desafio daqueles que lutam por uma outra cidade: olhar para o passado na perspectiva de melhor compreender o presente e, dessa forma, agir radicalmente sobre ele.

É a partir da história que se pode ir além da "pseudoconcretude" do imediato, além do pragmatismo. Conforme afirmou Kosik (1976), é necessário superar o imediato, negar a identidade entre o que se apresenta e a coisa em si. Por exemplo, qualquer observação mais atenta das cidades latino-americanas, mormente a cidade do Recife, tende a nos levar à óbvia conclusão de que seus espaços públicos de uso coletivo encontram-se em largo processo de pulverização em função da irrupção de condomínios, loteamentos fechados e toda sorte de tipologias habitacionais segregadas. Na busca de explicações, imediata e equivocadamente elegemos a violência, tão característica dessas cidades, como o elemento desencadeador desse comportamento. O exame histórico, entretanto, não se contenta com o imediato, vai além, procurando determinar as motivações histórico-concretas do supracitado processo. Na verdade, conforme Leitão (2005, p. 240) afirma, o argumento da insegurança urbana que vem sendo utilizado como justificativa para esse modo de habitar, muitas vezes “expressa apenas uma meia verdade”, pois, “a preferência pela moradia em condomínios fechados manifesta, também, o desejo de se fazer distinto”. Conforme veremos nos capítulos que seguem, a urbanização na periferia do capitalismo sempre se deu nos marcos da difusão de um estilo de vida insular, desenraizado e, sobretudo, segregador. O espaço urbano latino-americano encontra-se notadamente fragmentado, sobretudo nos dias atuais, em função do surgimento dos condomínios, loteamentos fechados e toda sorte de “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000). Não é só a violência que explica, portanto.

A propósito, o tema da difusão dos enclaves fortificados é imprescindível para que se possa compreender as cidades contemporâneas, sobretudo aquelas

situadas na periferia do sistema capitalista. Segundo Caldeira (2000, p. 11-12), os enclaves fortificados correspondem aos:

[...] espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo. Podem ser shopping centers, conjuntos comerciais e empresariais, ou condomínios residenciais. Eles atraem aqueles que temem a heterogeneidade social dos bairros urbanos mais antigos e preferem abandoná-los para os pobres, os “marginais”, os sem-teto. Por serem espaços fechados cujo acesso é controlado privadamente, ainda que tenham um uso coletivo e semipúblico, eles transformam profundamente o caráter do espaço público. Na verdade, criam um espaço que contradiz diretamente os ideais de heterogeneidade, acessibilidade e igualdade que ajudaram a organizar tanto o espaço público moderno quanto as modernas democracias.

Nenhuma teoria ou proposta de ação em favor da transformação da realidade urbana periférica pode prescindir desse fenômeno. Isso por que, em quase todas as cidades do mundo “subdesenvolvido”, o espaço tem se diferenciado não apenas com base nas desigualdades de renda, mas também da fragmentação, isto é, da “pulverização dos espaços públicos e de convívio coletivo”. Há, nessas cidades, uma busca incessante por uma vida guarnecida e comunitária, há muito perdida na esteira da própria modernização capitalista. Viver em um condomínio ou loteamento fechado nessas cidades tem sido tratado, cada vez mais, como um “mal menor”, um fardo necessário frente a uma realidade urbana caótica e violenta. Essa busca, com efeito, tem marcado decisivamente a urbanização recente nos países da América Latina, desde o Brasil até o México, passando pela Argentina, Chile e Colômbia. Assim, ignorar ou omitir esse fato é o mesmo que desprezar a realidade local e preferir ideias e soluções alóctones. Partir do estudo dos enclaves fortificados constitui uma via muito mais profunda para compreender as cidades latino-americanas e formular estratégias de ação mais eficazes para sua transformação. E é reconhecendo este fato que construímos essa tese. Nossa intenção é oferecer uma compreensão crítica da realidade urbana do Recife, que seja a um só tempo esclarecedora e sugestiva.

O Recife, conforme se verá nos capítulos que seguem, corresponde a uma cidade que se desenvolveu sobre um terreno inconstante e entrelaçado por rios e canais. Nessa cidade, a primeira forma de fragmentação tinha um caráter natural, sendo rompida pelos aterros e pontes construídos no transcurso de sua constituição histórica. Nossa hipótese é a de que o processo de reprodução do espaço, que tem se dado pela via da difusão de diversos tipos de enclaves

fortificados, tem também engendrado novos processos de diferenciação espacial, fazendo surgir uma nova forma de insularidade, a social. A “insularidade social”, no nosso entender, caracteriza a atualidade da urbanização no Recife, sendo esse processo a manifestação local da fragmentação, da difusão de uma “vida entre-muros”.

Conceito que costura os argumentos desta tese, a vida entre-muros partiu da metáfora introduzida por Svampa (2008), cujo estudo dos *countries* e *barrios cerrados* argentinos levou-a a constatar a prospecção social de uma autonomia protegida *puertas adentro*. No lastro dessas reflexões, mencionamos esse conceito para caracterizar o cotidiano dos grupos sociais que têm no sentimento do medo o seu grande princípio ético/moral e estético. Trata-se de um fato que subjaz novas formas de diferenciação espacial e que tem feito com que suas cidades se tornem, cada vez mais, fragmentadas, tolhendo o encontro, a diversidade e a experiência.

Estudar a natureza da vida entre-muros constitui, segundo nosso entendimento, o ponto de partida para a compreensão do espaço e do planejamento urbano na periferia do capitalismo, especialmente no Recife. Trata-se, portanto, de uma perspectiva crítica e claramente qualitativa, notadamente voltada a determinação de fundamentos histórico-concretos. Isto é, interessada na identificação das bases ontológicas do objeto. Com efeito, acreditamos que partindo dessa perspectiva é que se pode compreender verdadeiramente a realidade e elaborar estratégias de ação política efetivamente transformadoras.

## **Objetivos**

A presente tese tem por objetivo "apontar as nuances da fragmentação do espaço no Recife, tendo como ponto de partida o estudo da vida entre-muros, hoje cada vez mais evidente pela emergência dos enclaves fortificados". Neste sentido, procura-se:

- Discorrer, com base na literatura da área, sobre os processos de valorização, consumo e diferenciação do espaço, atentando para a realidade urbana periférica;

- Descrever a “vida entre-muros”, seus fatores e suas características nas cidades brasileiras;
- Identificar as especificidades do processo de fragmentação do espaço na cidade do Recife;
- Compreender a difusão da vida entre-muros nessa cidade, lançando mão de um estudo de caso.

### ***A questão do método***

Procuramos atingir os referidos objetivos estabelecendo, antes de tudo, três diferentes eixos de investigação. Esses eixos correspondem aos interesses políticos e acadêmicos intrínsecos à investigação científica, que a faz ser esse procedimento intelectual que nega o senso comum e a ideologia, mas, ao mesmo tempo, serve-se de ambos (DEMO, 1995, 2000). Seguimos a perspectiva de Demo (1995) que, no tocante ao critério interno de consistência do argumento científico, afirma haver uma qualidade formal e uma política. A primeira coloca a questão dos meios e diz respeito a propriedade lógica tecnicamente instrumentada. A segunda coloca a questão dos fins, apontando a dimensão cidadã do investigador. Para este autor, as ciências, sobretudo as humanidades, devem ser vistas como uma combinação entre formalidade e política. E na verdade, a ciência é sempre uma combinação desta natureza, posto que não é possível conhecer os objetos como se eles não fossem mediados pela totalidade social (DURKHEIM, 1878; ADORNO, 1995). Afinal, as formas de consciência não são independentes da base material com base na qual os homens reproduzem suas vidas (MARX, 2009). Em muitos casos, como o nosso, os interesses políticos alicerçados sobre essa base material é que estimulam e conduzem a investigação.

Assim, quando definimos os referidos eixos, procuramos cumprir as exigências de qualidade política, muitas das quais já subscritas na apresentação do tema e do objeto. São eles: o estabelecimento de respostas às questões impostas pelos novos ativismos urbanos; a proposição de uma interpretação crítica da realidade urbana periférica, sobretudo a do Recife; e a interpretação de um caso

particular, sem o qual não se pode compreender a totalidade. Procuramos seguir também a sugestão de Gil (2008), para quem há duas diferentes maneiras de se definir um método de pesquisa: segundo sua *base lógica*; e sua *técnica*. A base lógica esclarece os "[...] procedimentos lógicos que deverão ser seguidos no processo de investigação científica dos fatos da natureza e da sociedade" (*Ibidem*, p. 27). A técnica visa "[...] proporcionar ao investigador os meios técnicos para garantir a objetividade e a precisão no estudo dos fatos sociais" (*Ibidem*, p. 33). Neste sentido, só há uma única base lógica para cada pesquisa, mas toda ela pode se utilizar de diferentes técnicas. Isto é, mesmo que obrigatoriamente partindo de uma mesma base lógica, a pesquisa pode lançar mão de diferentes técnicas, desde que alinhadas à essa base. A estrutura metodológica desta tese, portanto, está de acordo com o esquema a seguir (Figura 01), onde partimos de diferentes eixos de investigação e diferentes técnicas, tendo todos uma única base lógica.

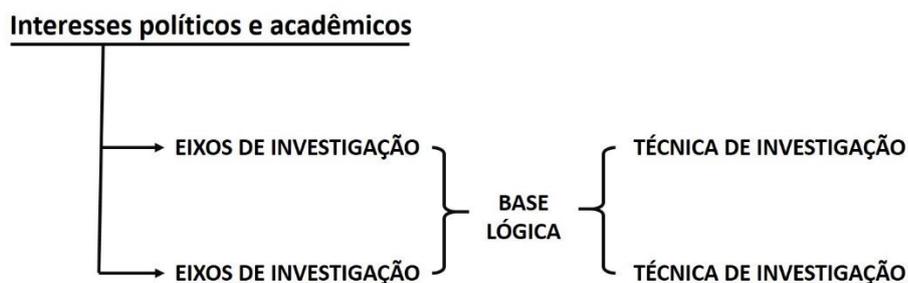


Figura 01: Esquema da estrutura metodológica; Elaboração: Otávio Santos, 2017

No que diz respeito à primeira maneira de definir o método, a base lógica da investigação, adotamos a dialética, tal como proposto sob bases materialistas por Marx e Engels. O método dialético, de maneira geral, postula a constante instabilidade das coisas, a crença de que nada é imutável e que a realidade concreta se desenvolve em meios a conflitos (tese x antítese). A superação do conflito (síntese) é o desenvolvimento da realidade, o seu devir. As coisas em si só são efetivamente apreendidas via tal método, uma vez que o que se apresenta à “primeira vista” não se constitui na coisa em si, mas apenas sua aparência fenomênica e passageira, sendo necessário um esforço de separação entre representação e conceito da coisa.

Tonet (2013) explica que a problemática do conhecimento, de uma maneira geral, pode ser abordada por dois caminhos: um gnosiológico e outro ontológico. A ciência moderna, entretanto, frequentemente escamoteia essa possibilidade, tendo em vista o fato de que se encontra assentada em uma abordagem gnosiológica que nega outros caminhos. Em que consiste essa abordagem gnosiológica? Trata-se, em resumidas contas, da abordagem que tem no sujeito o polo regente do conhecimento. Constituída na esteira da "revolução copernicana" levada a cabo por Kant, a abordagem gnosiológica implica a centralidade do sujeito frente ao objeto, sendo ele quem colhe os dados, classifica-os e organiza, construindo o conhecimento, tendo que para isso saber usar devidamente a faculdade da razão. Na abordagem ontológica, por outro lado, o polo regente do conhecimento é o objeto. Aqui, a captura do objeto não se resume à apreensão de seus elementos empíricos, mas de sua essência, cabendo ao sujeito traduzir o objeto real em forma de conceitos.

A abordagem ontológica, portanto, é aquela que subjaz ao método dialético. Empreender uma perspectiva dialética implica buscar a essência, pautando-se no entendimento da concreticidade e influência do objeto sobre o sujeito. Conforme observação de Kosik (1976), a dialética trata da *coisa em si*, mas essa coisa não se apresenta ao homem "à primeira vista". A essência das coisas está oculta na própria práxis prático-utilitária humana que se apoia numa pseudo-concretude. Para chegar até a coisa em si, o homem necessita destruir a pseudo-concretude, realizar um *détour*. Sendo que a realidade por trás do fenômeno não é algo dado e acabado, mas algo a ser realizado pela ação do homem. A coisa em si, portanto, não é algo fixado. Não se trata do mundo das condições reais em oposição ao mundo da pseudo-concreticidade e das condições irreais. O mundo real é o das coisas, relações e significados produzidos pelo homem.

"A pseudo-concreticidade é justamente a existência autônoma (fetichizada) dos produtos do homem e a redução do homem ao nível da práxis utilitária. A destruição da pseudo-concreticidade é o *processo de criação* da realidade concreta e sua real compreensão" (KOSIK, 1976, p. 19).

A ideia de totalidade, por sua vez, possui uma importância central, uma vez que o conhecimento é *totalizante* e a atividade humana, em geral, é um processo de *totalização*, que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada (KONDER, 1998). De imediato, o *todo* se apresenta ao homem de maneira caótica e pobre em

determinações. O homem corriqueiramente percebe a realidade por meio de um “todo indivisível de entidades e significados” ou por um modo de *apropriação prático-espiritual da realidade*, envolvendo diferentes modos de apreensão, tais como a ciência, as artes, a religião etc<sup>3</sup> (KOSIK, 1976). Para chegar ao todo concreto, rico em determinações, o homem necessita realizar um *détour*, ou seja, torná-lo abstrato por *mediação das partes*. A abstração e a tematização é que permite isolar um único modo de apropriação da realidade, possibilitando, mais tarde, perceber a *totalidade concreta* (*Ibidem*). E só percebemos a totalidade identificando a posição que a parte ocupa no todo.

“Qualquer objeto que o homem possa perceber ou criar é parte de um todo”, afirmava Konder (1998, p. 36). Para cada aspecto sobre o qual o homem concentra o seu olhar, emerge um todo que o circunda. O homem só percebe os objetos isolados no horizonte de um todo, pois cada objeto observado compõe um todo e o todo é que revela o objeto singular. Mas, como dito, o todo que é concreto só se torna cognoscível por mediação das partes, que são abstrações. A compreensão da realidade consiste, dessa forma, no caminho entre a caótica representação do todo e a rica totalidade concreta da multiplicidade de determinações e relações, processo esse que envolve uma abstração pela mediação das partes (KOSIK, 1976).

Dessa forma, ter por base lógica de investigação o método dialético significa dizer que o objeto deve ser compreendido além de sua aparência fenomênica e sempre na perspectiva da totalidade. No caso desta tese, o espaço da cidade do Recife e o processo de fragmentação em curso serão compreendidos de forma crítica, para além do imediato, sob fito de evidenciar suas raízes e subsidiar estratégias de ação política transformadoras. Ademais, toma-se também a concepção de Milton Santos (1977, 1999, 2014) que, atento à noção de totalidade aqui sumariada, afirmava que o espaço é um sistema comandado pelo modo de produção dominante, mas concretizado diferencialmente nos lugares. Assim, compreender o espaço não envolve apenas o entendimento de processos gerais e hegemônicos, pois é preciso também observar suas diferentes manifestações concretas.

---

<sup>3</sup> É bastante pertinente a observação de Kosik (1976) sobre a deformação realizada pelo positivismo ao erigir apenas um modo de apreensão da realidade como verdadeiro, o fisicalismo, relegando os demais à ficção.

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Todavia, considerá-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes. Ora, a análise é uma forma de fragmentação do todo que permite, ao seu término, a reconstituição desse todo (SANTOS, 1992, p. 05).

Para este autor, portanto:

[...] a teorização depende de um esforço de generalização e de individualização. A generalização nos dá a listagem das possibilidades; a individualização nos indica como, em cada lugar, algumas dessas possibilidades se combinam (SANTOS, 2014, p. 65).

Por isso, não nos atemos a identificar o processo mais geral de produção do espaço e de fragmentação, mas também a apresentar, por meio de um estudo de caso, como essa produção e fragmentação ocorrem concretamente. O estudo de caso ao qual nos referimos é o do *Condomínio Morada Recife Antigo* (CMRA), localizado no bairro do Cordeiro, zona oeste do Recife. Majoritariamente ocupado por indivíduos de classe média, mas também por assalariados emergentes (a chamada classe C que, no Brasil, cresceu em função das políticas sociais de distribuição de renda dos últimos governos), esse condomínio congrega uma diversidade incomum de pessoas para esse tipo de enclave, gerando certa heterogeneidade e, conseqüentemente, muitos conflitos sociais. O conhecimento dessa realidade particular, à luz do entendimento dos processos mais gerais de fragmentação do espaço urbano latino-americano, é que nos permitirá superar a pseudo-concreticidade do imediato e construir uma leitura crítica do objeto.

Por fim, no que concerne à segunda maneira de definir o método, adotamos três técnicas de investigação, um para cada eixo de investigação: a pesquisa teórica, a avaliação qualitativa e a observação científica sistemática. Segundo Demo (2000), a pesquisa teórica é aquela cuja finalidade consiste em reestruturar teorias e conceitos, na perspectiva de aprimora-los ou adapta-los à compreensão de uma realidade particular. Esse tipo de pesquisa geralmente resulta em quadros de referência, definições conceituais e polêmicas (DEMO, 2000). Pode-se assim dizer que esta é a principal técnica desta pesquisa, uma vez que nosso eixo de investigação voltado a oferecer uma interpretação crítica da realidade urbana pressupõe o nosso objetivo geral. Esta tese lançará mão de um conjunto não

exaustivo de teorias e conceitos cuja função será auxiliar na compreensão do espaço da cidade, além de que terá como produto final outros conceitos e ideias.

A avaliação qualitativa, por sua vez, é uma entre as várias técnicas de investigação surgidas dentro do paradigma alternativo da pesquisa participante. Nela, a atuação política de um segmento social é apreciada para saber se "está no caminho certo", por exemplo. Trata-se de um tipo de técnica destinada às pesquisas com movimentos sociais, onde a qualidade política do argumento científico se manifesta de maneira mais evidente. Nesse caso, exige-se do pesquisador algum tipo de convívio, vivência e identificação ideológica prática com o segmento estudado (DEMO, 1994). Demo (1994) ainda afirma que os dados com base nos quais esse tipo de pesquisa se desenvolve é o dialogado. Contudo, o dado dialogado da pesquisa avaliativa: não é obtido apenas pela relação formalizada; é também autoconhecimento; é um conhecimento proveniente da discussão comunitária; é inspirado e comprovado na prática; e mantém-se fiel ao diálogo efetivamente realizado. Por fim, o autor ainda diz que o resultado desse tipo de pesquisa não envolve apenas registros e levantamentos, mas sobretudo depoimentos, testemunhos e propostas.

A avaliação qualitativa será utilizada, ao final da tese, na compreensão das práticas dos atuais ativismos urbanos, e na proposição de caminhos à superação da fragmentação do espaço, bem como no que estamos chamando de "pós-política". Mas ela será usada, acima de tudo, no estudo de caso, onde procuraremos apreender a vida entre-muros no CMRA. Para esse estudo de caso, também adotamos a "observação científica sistemática". Nela, segundo Gil (2008), o pesquisador deve elaborar um plano de observação a partir de uma concepção prévia sobre o que é o real e o que é observável. Ainda segundo este autor, depois de definido o objeto a ser estudado, o pesquisador deve determinar um conjunto de categorias observáveis e proceder à análise (GIL, 2008). Conforme explica Rampazzo (2005), a observação, em um sentido mais simples, significa aplicar os sentidos para se obter informações da realidade. Há, entretanto, a observação "vulgar" e a "científica" (podendo essa última ainda ser sistemática ou assistemática). A observação vulgar é aquela cotidiana de onde se pode extrair informações muito simples, muitas vezes imprecisas. Trata-se do todo caótico,

conforme acepção de Kosik (1976). Por outro lado, afirma Rampazzo (2005, p. 106), a observação científica “[...] surge não para destruir ou negar o valor da observação vulgar, mas para valer-se das possibilidades que ela oferece, completando-a, enriquecendo-a e aperfeiçoando-a, a fim de lhe dar maior validade”.

A observação científica, por sua vez, subdivide-se em assistemática e sistemática. A primeira é mais ocasional, sem planejamento e acontece muitas vezes como decorrência de imprevistos. Já a observação sistemática “[...] é aquela que se realiza em condições controladas para se responder a propósitos anteriormente definidos. Requer planejamento e necessita de operações específicas para o seu desenvolvimento” (RAMPAZZO, 2005, p. 107). Segundo este autor, na observação sistemática, deve-se antes de tudo responder às seguintes perguntas: Por que observar? Para que observar? Como observar? O que observar? Quem observar? Ela ainda pode ser de modo direto ou indireto. Isto é, aplicando-se os sentidos diretamente sobre o objeto ou utilizando-se instrumentos para registrar e coletar a realidade observável, tais como questionários, roteiros de entrevista, grupo focal, registros fotográficos e informações (estatísticas, históricas e iconográficas) previamente coletadas etc. O quadro abaixo (Quadro 1) sintetiza o método e os procedimentos desta tese:

Quadro 01: Definição metodológica da tese

<b>EIXO DE INVESTIGAÇÃO</b> (Qualidade política)	<b>Interpretação crítica da realidade urbana</b>	<b>Resposta às questões impostas pelos novos ativismos urbanos</b>	<b>Estudo de caso</b>
<b>BASE LÓGICA</b> (Qualidade formal)	Dialética histórico-materialista (abordagem ontológica)		
<b>TÉCNICA DE PESQUISA</b> (Qualidade formal)	Pesquisa teórica	Avaliação qualitativa	Observação científica sistemática

Elaboração: Otávio Santos, 2017

A presente tese possui três diferentes momentos. Um primeiro em que buscamos, por meio de pesquisa teórica, refletir sobre os processos de valorização, consumo, produção e reprodução do espaço, bem como o de diferenciação espacial, considerando também o papel dos valores subjetivos. Nossa intenção é situar os enclaves fortificados na esteira desse processo, algo que requer a compreensão da natureza da valorização capitalista, bem como dos princípios ético/morais e estéticos que induzem escolhas e formas de diferenciação.

Sob o mesmo viés, e ainda no primeiro capítulo, procuramos também visualizar como tem se dado o processo de urbanização na periferia do capitalismo, dando especial atenção à realidade urbana latino-americana, onde a difusão de enclaves fortificados e de um estilo de vida entre-muros tem se tornado cada vez mais evidente. Trata-se, assim, da parte mais densa da tese, pois apresenta um conjunto de conceitos, polemiza parte deles e estabelece uma perspectiva a partir da qual a cidade do Recife é interpretada. Pela densidade, este primeiro capítulo também foi escrito na perspectiva de criar uma linha de raciocínio própria, com base na qual muitos outros estudos poderão ser realizados no futuro.

Em um segundo momento, ainda com base em pesquisa teórica, tentamos responder ao principal eixo de investigação desta tese, na medida em que procuramos dar conta de confirmar a hipótese de uma insularidade social enquanto manifestação local do processo de fragmentação. Para tanto, lançamos mão de alguns dados históricos, muitos dos quais tratados sob viés teórico, na tentativa de entender as bases fundamentais da produção do espaço da cidade, os seus atuais vetores e o papel do planejamento urbano. Portanto, este segundo momento é onde apresentamos a parte mais substancial desta tese, apontando finalmente as nuances da fragmentação do espaço no Recife.

No terceiro e último momento, onde se desenvolve o estudo de caso, buscamos atestar a construção teórica arrolada nos dois primeiros capítulos, observando uma realidade particular. Neste sentido, procuramos compreender pormenorizadamente alguns dos principais aspectos da vida entre-muros em um dos muitos enclaves existentes na cidade do Recife, tomando-os como evidência dos argumentos desenvolvidos nos capítulos anteriores. Partimos, assim, do todo para as partes, e depois retornamos ao todo, em um esforço dialético.



## **2 PRODUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DO ESPAÇO NA PERIFERIA DO CAPITALISMO**

## 2.1 Valorização, consumo e diferenciação do espaço

Neste subcapítulo, procuramos delimitar as bases ontológicas da produção do espaço, bem como as formas de sua diferenciação. Segundo a perspectiva histórica que pretendemos trilhar, compreender essa produção exige, antes de tudo, a reflexão crítica a propósito do processo de trabalho.

### ***Ser social, valor e espaço***

Marx compreendia o trabalho como a totalidade das formas de produção material da vida humana, algo que sempre se deu no âmbito de um processo entre homem e natureza. O trabalho, fonte de toda riqueza, corresponde ao conjunto de ações a partir das quais o homem transforma a natureza e produz a si mesmo enquanto ser social<sup>4</sup>, sendo também o elemento fundante de tudo aquilo que, sem perder seu fundamento natural, é em tudo e por tudo diferente da natureza. Neste sentido, compreender esse processo de trabalho, segundo Lukács (*apud* LESSA, 2012), requer o entendimento da articulação entre teleologia e causalidade. A teleologia é a posição que se interpõe para um determinado fim, e a causalidade é a lei do “automovimento que repousa sobre si mesmo”. O trabalho, a princípio, é uma determinação própria da natureza humana, algo imanente a ela (uma causalidade), mas que adquire status especificamente humano na medida em que esta espécie o redireciona conscientemente (causalidade posta) para atender a seus objetivos (teleologia). Isso significa dizer que, no processo de trabalho, o homem impulsiona séries causais, criando uma nova materialidade (MORAES,

---

<sup>4</sup> Engels vai além e diz que o homem, enquanto ser biológico, também é produto do trabalho. No polêmico artigo, “A Humanização do Macaco pelo Trabalho”, escrito em 1876, Engels aliou o paradigma darwiniano ao método histórico-materialista, afirmando que, ao transformar a natureza, o processo de trabalho foi também provocando profundas transformações físicas na anatomia dos primeiros hominídeos, levando-os a conformar seu corpo à atividade laboral. A partir da lei de correlação do desenvolvimento de Darwin, Engels acreditava que essas transformações físicas que, a princípio, haviam se efetivado nas mãos desses hominídeos, repercutiram-se para o restante de seu corpo, fazendo-os atingir o estágio evolutivo atual. Por isso o autor afirmava que “o trabalho, por si mesmo, criou o homem”. O próprio trabalho instrumental humano é que possibilitou o salto evolutivo ao homem atual, e não apenas as condições ambientais (ENGELS, 1979 [1876], p. 215).

1982). Essa capacidade de criar algo novo é que caracteriza o homem enquanto ser social, ao passo que o distingue da natureza<sup>5</sup>. Como o próprio Marx resumiu:

[...] o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que êle figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Êle não transforma apenas o material sobre o qual opera; êle imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade [sic] (MARX, 1974 [1867], p. 202).

Diferente de Aristóteles e Hegel, que postularam a concepção segunda a qual haveria uma teleologia universal, Marx esclareceu-nos que só há teleologia no âmbito das atividades humanas, uma vez que são os próprios homens que fazem sua história. No processo de trabalho, como nos lembra Lukács (*apud* LESSA, 2012), o homem prefigura o resultado de sua ação em sua mente (ideação) e transforma a natureza de forma a objetivar o que havia planejado (objetivação). Entretanto, não se pode em função disso supor que o trabalho corresponde a uma simples consequência prática de algo que se inscreve, a priori, na subjetividade humana, uma vez que ele só acontece quando a ideação se objetiva, isto é, quando a matéria natural é transformada pela ação material do sujeito (NETTO & BRAZ, 2012). A partir dessa transformação material, tornada possível pelo que Lukács chama de “posições teleológicas primárias”, o mundo social é então edificado. O trabalho é o ponto de arranque do processo de “humanização do homem”. “O homem, portanto, é natureza historicamente transformada” (*Ibidem*, p. 51). Tal processo, entretanto, não se limita ao trabalho de transformação da natureza, mas vai além com a criação de objetivações cada vez mais complexas. Isso significa dizer que o mundo social não se resume a um produto direto do trabalho, mas a um processo que nasce com o trabalho e se completa com a “práxis”. Conforme esclarecem Netto & Braz (2012, p. 55):

<sup>5</sup> Não obstante, tudo aquilo que é propriamente social, embora diferente da natureza, não deixa de ter nela sua determinação primeira. Ressalte-se que no agir teleológico, o homem transforma a natureza, produzindo-se a si mesmo enquanto ser social sem, contudo, livrar-se da condição de ser biológico. Isso ocorre, segundo Lukács (*apud* LESSA, 2012, p. 64), por que “a realização prática do pôr teleológico tem a peculiaridade de fundar uma ‘nova objetividade’, dando origem ao mundo dos homens, sem com isso alterar ‘em termos ontológico-naturais os fundamentos’ da causalidade”, ou seja, “o por teleológico não altera a essência da causalidade enquanto tal”.

Para denotar que o ser social é mais que trabalho, para assinalar que ele cria objetivações que transcendem o universo do trabalho, existe uma categoria teórica mais abrangente: a categoria de **práxis**. A práxis envolve o trabalho, que, na verdade, é o seu modelo – mas inclui muito mais que ele: inclui todas as objetivações humanas.

E os autores continuam:

A categoria da práxis permite apreender a riqueza do ser social desenvolvido: verifica-se, na e pela práxis, como, para além das suas objetivações primárias, constituídas pelo trabalho, o ser social se projeta e se realiza nas objetivações materiais e ideais da ciência, da filosofia, da arte, construindo um mundo de produtos, obras e valores – um *mundo social, humano* enfim, em que a *espécie humana* se converte inteiramente em **gênero humano**. Na amplitude, a categoria de práxis revela o homem como ser *criativo* e autoprodutivo: ser da práxis, o homem é produto e criação da sua autoatividade, ele é o que (se) fez e (se) faz [sic] (*Ibidem*, p. 56).

Os autores citam a categoria da práxis para lembrar que o ser social não se resume a um produto das posições teleológicas primárias, isto é, o resultado direto do trabalho de transformação da natureza. Em tais posições, o ser social encontra apenas seus fundamentos, mas sua forma final somente se dá no âmbito das “posições teleológicas secundárias”<sup>6</sup>, ou seja, quando da criação dos “complexos sociais” cujo papel é garantir a “reprodução social”.

O trabalho “necessariamente remete para além de si próprio”, disse Lukács em célebre expressão. Com efeito, na medida em que o ser social se desenvolve, mais diversificadas se tornam suas objetivações. Os homens passam então a agir não apenas na natureza, mas também sobre o produto do trabalho, no sentido de geri-lo, coordenando a produção desses valores e criando as condições para a sua manutenção e aprimoramento. Daí é que surgem o Estado e as leis. Como resume Lessa (2001, p. 95):

<sup>6</sup> [...] as posições teleológicas se diversificam, porque os homens precisam organizar sua processualidade, intervir no comportamento dos outros homens, provocar mudanças e responder às exigências postas pela complexidade com que o ser social vai se estruturando. Essas posições teleológicas que orientam as ações dos homens entre si são as “posições teleológicas secundárias” [...] O objeto da “posição teleológica primária” é a natureza, transformada por meio do trabalho, categoria fundante do ser social. O objeto da “posição teleológica secundária” são os homens com suas ações laborativas e extra laborativas. A função dessa teleologia secundária é induzir os homens a assumirem posição frente às exigências do processo de produção e reprodução de sua existência (AMARAL, 2005, p. 40).

[...] ao transformar a natureza, o indivíduo e a sociedade também se transformam. A construção de uma lança possibilita que, no plano da reprodução do indivíduo, este acumule conhecimentos e habilidades que não possuía antes; ou seja, após a lança, o indivíduo já não é mais o mesmo de antes. Analogamente, uma sociedade que conhece a lança possui possibilidades e necessidades que não possuía antes; ela também já não é mais a mesma. Todo processo de objetivação cria, necessariamente, uma nova situação sócio-histórica, de tal modo que os indivíduos são forçados a novas respostas que devem dar conta da satisfação das novas necessidades a partir das novas possibilidades. Por isso, a história humana jamais se repete: a reprodução social é sempre e necessariamente a produção do novo (LESSA, 2001, p. 95).

Para compreender esse salto promovido pelo trabalho para além de si mesmo, basta observar o surgimento e consolidação de um dos principais complexos sociais, o da linguagem. Lukács (2013) afirmava que as necessidades e possibilidades concretas criadas pelo trabalho exigem uma maior imaginação e formas mais refinadas de comunicação por parte dos homens, ou seja, uma maior capacidade de abstrair o mundo, repassar para os congêneres tais formulações abstratas (conceitos) e, assim, tirar melhor proveito dessa nova situação sócio-histórica. Isso, segundo Lukács, só foi possível quando o homem promoveu um salto qualitativo nas formas de linguagem, uma vez que foi por meio de uma linguagem cada vez mais complexa e da criação de novos conceitos que as novas condições histórico-concretas puderam ser apreendidas e repassadas. E foi apenas depois disso que os homens puderam, então, apropriar-se do novo conhecimento, criar novas técnicas e, assim, elaborar novas atividades teleologicamente orientadas<sup>7</sup>.

Por outro lado, o trabalho, atividade que funda os complexos sociais, apenas se desenvolve até atingir o sentido de práxis social pela mediação desses mesmos complexos. Isto é, o desenvolvimento do trabalho requer a mediação dos complexos sociais por ele fundado, pois esses últimos são condições *sine qua non* para que surjam novas atividades teleologicamente orientadas e o ser social possa então desenvolver-se. Para ficar ainda mais claro, basta observar o caráter necessariamente coletivo do trabalho. O homem não se desenvolve sozinho, pois a

---

<sup>7</sup>Vale dizer que, embora primordialmente relacionadas ao trabalho, essas objetivações são também cada vez mais ideais e, por isso mesmo, podem levar os homens à percepção de que não são obras suas, mas, ao contrário, algo exterior, transcendente. Vêm de tal percepção, por exemplo, as diferentes formas do pensamento mítico religioso, a reflexão científica e a arte.

totalidade de suas atividades se realiza materialmente de forma coletiva – mesmo as atividades individuais só encontram sentido no horizonte da totalidade social<sup>8</sup>. Assim, para que o trabalho ocorra é necessária certa coesão social, uma divisão social do trabalho, um sistema de comunicação, leis e normas de coabitação. Em resumidas contas, as leis e normas sociais surgem do trabalho e o trabalho apenas existe com base nelas. Por isso, esclarece Lessa (2012), o ser social tem no trabalho os seus fundamentos, mas não se restringe a ele. O trabalho é fundante não por que determina de maneira definitiva ou é anterior aos complexos sociais, mas apenas por que cumpre a função de fundar uma nova materialidade, novas necessidades e possibilidades que irão desenvolver os complexos sociais e o próprio ser social.

Neste sentido, há uma relação dialética entre a base material de dada sociedade e suas instituições e formas de consciência<sup>9</sup>, ou, para ser mais claro, entre o trabalho e os complexos sociais. O trabalho funda tais complexos e estes, ao mesmo tempo, possibilitam o desenvolvimento do trabalho, em uma interação mútua e correspondente. Essa dialética entre trabalho e complexos sociais compõe a totalidade social. Marx chamou essa totalidade de "modo de produção", conceito central em seu pensamento e que busca designar a articulação entre o conjunto de elementos que compõem o processo de trabalho, as chamadas "forças produtivas" (meios, objetos e força de trabalho), e o conjunto de relações sociais sem as quais a produção não seria possível, as chamadas "relações de produção". O modo de produção sintetiza um modelo de intercâmbio do homem com a natureza e as subjacentes relações sociais que lhes dão suporte. Trata-se de uma mediação particularizadora da história, uma vez que todo modo de produção pressupõe um período histórico.

Mas todo modo de produção também é uma mediação particularizadora da geografia, posto que cada um deles pressupõe uma forma de transformar o entorno. Foi, inclusive, atentando para esse último detalhe que Milton Santos

---

<sup>8</sup> Sobre esse aspecto, cabe registrar que o salto ontológico em direção a sociabilidades cada vez mais complexas se dá, segundo Lukács (2013), com base em dois aspectos distintos e indissociavelmente articulados: a totalidade social e a individualidade. Isto é, o desenvolvimento do ser social dá-se com o desenvolvimento de cada indivíduo singular e da totalidade de todos os indivíduos.

<sup>9</sup> Interação mútua que jamais pode ser interpretada de maneira unidirecional, ou seja, concebendo a hegemonia de um sob o outro, como sugerem algumas leituras da famosa "lei da correspondência necessária entre as relações de produção e as forças produtivas".

(2014, p. 96) asseverou: "[...] não há produção que não seja produção do espaço [...]". Neste sentido, o ser social desenvolve-se simultaneamente a uma transformação do seu entorno, sendo o espaço, conforme Santos (2014)<sup>10</sup>, o conteúdo corporificado da sociedade. Isso significa dizer que o trabalho das sucessivas gerações vai se incorporando cumulativamente ao solo, transformando-o de forma a torná-lo, cada vez mais, em um "depositário universal da história" (MORAES & COSTA, 1987). É no desenvolvimento do ser social que as grandes transformações espaciais vão ocorrendo, e a natureza primeira vai dando lugar ao ecúmeno. Como diria Santos (2014, p. 42), "[...] o fenômeno humano é dinâmico, e uma das formas de revelação desse dinamismo está, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado".

Assim como há uma dialética entre as relações de produção e as forças produtivas, há também uma dialética entre o espaço habitado resultante do trabalho e o desenvolvimento do ser social. Por isso, o ser social está para o seu espaço, assim como o espaço está para o ser social. Como afirmou Santos (2004a), o espaço é uma "instância social", ou seja, uma objetivação humana interveniente no processo histórico. O homem produz valores pela via de sua atividade teleologicamente orientada, cujos resultados vão se agregando e se acumulando ao solo enquanto trabalho morto, ou "valor do espaço" (MORAES & COSTA, 1987). Essa herança geográfica, como explica Santos (2006), muitas vezes perdura por muito mais tempo que os processos que as engendraram e, em sua *inércia dinâmica*<sup>11</sup>, acaba influenciando ou, pelo menos, limitando o raio de ação das posteriores atividades teleologicamente orientadas. Assim, conforme resumiu Soja (1993), a organização do espaço não apenas é uma produção social, mas, simultaneamente, repercute na modelagem das relações sociais.

Essa relação dialética entre ser social e espaço, em princípio omitida pela própria tradição histórico-materialista (dada sua preocupação muito maior com a noção de tempo), tem sido o mote de toda a abordagem crítica da Geografia,

---

<sup>10</sup> Há, contudo, um espaço anterior e independente à prática humana, que é o "espaço absoluto" de que fala Harvey (1980, 2012). Esse espaço é apropriado e valorizado pelo homem, de modo que sua extensão é frequentemente relativizada pelos meios de transporte e comunicação (espaço relativo) e suas diferentes frações constituem-se com base nas relações com todas as demais frações (espaço relacional).

<sup>11</sup> "Por inércia dinâmica queremos significar que as formas são tanto um resultado como uma condição para os processos. A estrutura espacial não é passiva mas ativa, embora sua autonomia seja relativa, como acontece às demais estruturas sociais" (SANTOS, 2004a, p. 185).

disciplina que se incumbiu da difícil tarefa de compreender o espaço. Uma das mais profícuas contribuições neste sentido é aquela construída pelos já citados Moraes (1982, 2005) e Moraes e Costa (1987), em sua busca de uma teoria marxista da Geografia, isto é, por um tratamento do temário geográfico à luz do materialismo histórico. Baseado no pensamento lukasiano, Moraes (1982) afirmou que a Geografia, como todas as demais ciências, é um momento da práxis. No processo de trabalho o homem apropria-se do espaço, o espaço absoluto e anterior à sua consciência, elaborando categorias lógicas sobre esse objeto. E como o processo de apropriação e transformação desse espaço pelo homem é constante, cabe à Geografia compreender o movimento de transformação desse espaço, ou seja, de sua "valorização". A proposta de compreender a relação sociedade-espaço pela via do processo de valorização sustenta-se na ideia segundo a qual o valor, assim como o trabalho, é uma categoria fundamental da materialidade social. Em qualquer lugar e em qualquer época, as sociedades, em seu processo de vida, criam valores. Isso significa dizer que as objetivações humanas, os resultados das atividades humanas realizadas sob o fito de materializar aquilo que havia sido previamente planejado, são sempre valores. Como os autores resumiram: "Não existe ser social sem trabalho. Não existe trabalho sem criação de valor" (*Ibidem*, p. 116).

Em linhas gerais, Moraes (1982) e Moraes e Costa (1987) argumentam que os homens, no âmbito de determinados modos de produção, são tomados pela necessidade e constroem coletivamente uma certa quantidade de valores, um conjunto de objetos a partir dos quais a sua vida é reproduzida. Tais objetos agregam-se ao solo em forma de trabalho morto, constituindo assim um novo espaço sobre o qual novos processos de valorização irão incidir.

[...] a sociedade relaciona-se com o seu espaço material e todas as coisas que ele contém através de um permanente processo de valorização. O homem, com seu trabalho, cria e transfere valores. Parte desses valores se agregam ao espaço e vão condicionar, assim como os recursos da primeira natureza, processos futuros (MORAES & COSTA, 1987, p. 119).

Pela postura histórico-materialista que empreendem, Moraes e Costa (1987) concebem o valor enquanto uma categoria social cujo fundamento é o trabalho, tese essa que foi desenvolvida por Marx com base no pensamento de Adam Smith

e David Ricardo. Diferente daquilo que preconizava a Economia Política Clássica, para quem o valor nada mais é que a simples posse e acúmulo de recursos naturais ou algo que se define no âmbito do processo de circulação e intercâmbio comercial entre as sociedades, Marx argumentava que o valor deve ser concebido enquanto "valor-de-uso", isto é, enquanto um conjunto de objetos socialmente produzidos e cuja finalidade é a satisfação de uma necessidade humana, seja ela mais básica e genérica, ou socialmente criada no interior do próprio processo de desenvolvimento do ser social (NETTO & BRAZ, 2012).

Nas sociedades onde há excedente produtivo e intercâmbio comercial (isto é, a grande maioria das sociedades pré-capitalistas, com exceção das comunidades primitivas) o valor ainda adquire outra dimensão. A necessidade de equivalência entre os valores-de-uso no processo da troca comercial faz com que o produto do trabalho obtenha também um "valor-de-troca", o que o torna uma "mercadoria". Segundo Marx (1974), esse valor-de-troca é medido segundo o "tempo de trabalho médio socialmente necessário" para sua produção. Portanto, o que se permuta no processo de troca comercial são tempos de trabalho. Com efeito, ao adquirir uma mercadoria, compra-se um equivalente em tempo de trabalho, sendo o dinheiro o equivalente universal exclusivo para as trocas.

Nas sociedades capitalistas, entretanto, o dinheiro não é apenas o equivalente universal das trocas, mas seu objetivo final. Isso ocorre por que a busca pela acumulação, que caracteriza esse modo de produção, redimensiona a forma tradicional do circuito econômico. Se antes ele era marcado pela tríade "mercadoria – dinheiro – mercadoria", agora ele é composto pela tríade "dinheiro – mercadoria – dinheiro acrescido". Se nas sociedades pré-capitalistas, produziam-se valores-de-uso que apenas no processo de troca adquiriam um valor-de-troca, mas cuja finalidade era sempre a obtenção de outros valores-de-uso (ainda que as trocas fossem de algum modo assimétricas); nas sociedades capitalistas a mercadoria já nasce enquanto valor-de-troca<sup>12</sup>, voltada ao mercado e destinadas a cumprir um processo de alto-valorização do dinheiro. É por isso que nas sociedades capitalistas há um "consumo produtivo do dinheiro". Esse dinheiro, o

---

<sup>12</sup> O valor-de-uso permanece, mas desempenhando uma promessa de satisfação das necessidades e das expectativas estéticas do comprador, como bem lembra Haug (1997). Harvey (1980), por sua vez, lembra que uma mercadoria depende da ocorrência conjunta do valor de uso e do valor de troca no instante da troca.

qual Marx chamou de Capital, constitui o ponto de partida e a meta final de todo o circuito econômico. A meta final, diga-se de passagem, não corresponde ao mesmo valor do início do processo, mas um valor acrescido. Portanto, o objetivo da produção capitalista é a obtenção de vantagens em forma de "lucro".

O lucro, por sua vez, não é barganhado no processo de troca, apenas se concretiza nele. O lucro é constituído no próprio processo de produção, na capacidade de se extrair um valor maior do que aquele investido. Sabe-se que a produção implica num custo em termos de investimento em meios de produção (capital constante) e força-de-trabalho (capital variável). Dentre esses dois tipos de investimento, apenas um pode oferecer uma quantia de valor maior que custou, a força-de-trabalho, já que não se pode obter mais valores a partir dos mesmos meios de produção. Da força-de-trabalho, entretanto, pode-se obter facilmente mais valores, bastando apenas estender o tempo de trabalho. Neste sentido, o lucro é exatamente o valor extraído do esforço de trabalho extra, isto é, do tempo de trabalho empregado que não é pago. Marx (1974) ainda afirma que o lucro consiste na apropriação das duas formas de sobrevalor: a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa. A absoluta é obtida por meio do prolongamento da jornada de trabalho, enquanto a relativa é adquirida pelo aumento da produtividade do trabalho.

Essas diferentes formas de manifestação do valor, por fim, estão presentes na valorização do espaço. A esse respeito, também vale esclarecer que não há valorização pontual e isolada, pois toda ela acompanha muitas outras, constituindo um sistema, um processo de produção, que também envolve diferentes formas de consumo<sup>13</sup>. É por meio da valorização e do consumo, isto é, da produção que o entorno vai dando lugar ao ecúmeno, até o momento em que toda a primeira natureza é transformada. O exemplo extremo é a metrópole contemporânea. Quantos trabalhos e conhecimentos há acumulados nesses espaços tão transformados pela ação humana? Não constitui um erro pensar que, quanto mais desenvolvida é a sociedade, maiores e pujantes são suas cidades. Portanto, quanto mais desenvolvido o ser social, mais diversificada e complexa é a criação

---

<sup>13</sup> Quando falamos em valorização, estamos automaticamente nos referindo à etapa mais essencial do processo de produção do espaço. Consideramos a valorização e o consumo como as duas grandes etapas desse processo, podendo ainda o consumo ser produtivo ou não-produtivo. Tornaremos mais adiante a tratar de forma mais detalhada essa perspectiva.

de valores, maior é também a transformação do espaço. O desenvolvimento do ser social implica, necessariamente, em um permanente processo de produção do espaço.

Finalmente, cabe distinguir as formas de valor em sua relação com o espaço. Segundo Moraes e Costa (1987), a primeira natureza já constitui um valor-de-uso, pois é condição universal para a reprodução humana. Sobre ela incidem a ação dos homens, as atividades teleologicamente orientadas cujos resultados são outros valores. Uma parte desses valores incorporam-se ao substrato enquanto "valor do espaço", a outra circula sobre o espaço enquanto "valor no espaço". O valor do espaço é a manifestação concreta da valorização, trata-se dos objetos geográficos necessários à reprodução dos modos de produção. Isso envolve desde as unidades produtivas *stricto sensu*, até a totalidade dos objetos geográficos. O valor no espaço corresponde aos processos sociais que ocorrem sobre ou entre os objetos geográficos, processos esses que revelam muito mais as formas de valorização e cujo melhor exemplo é a circulação. A valorização do espaço é precisamente a articulação dialética entre valores do espaço e valores no espaço<sup>14</sup>. Como resumem Moraes e Costa (1987, p. 136), "os fundamentos da valorização do espaço repousam, assim, numa unidade contraditória entre valor do espaço e valor no espaço".

### **Valorização capitalista do espaço**

A dialética dos valores do e no espaço muda conforme se sucedem os modos de produção. Na comunidade primitiva, por exemplo, a ação dos homens sobre a primeira natureza era muito incipiente, de modo que ainda não era possível se falar em um processo pleno de valorização do espaço. Havia, com efeito, um singelo processo de "valorização da natureza", como na fabricação de armas e utensílios para caça, coleta e cultivo, ou na construção de habitações, fortalezas e lugares sacros (cemitérios e templos). Depois, já no período neolítico, tem-se um

---

<sup>14</sup> Compreensão essa que casa perfeitamente com a noção de fixos e fluxos sustentada por Milton Santos. Para este autor, o espaço é formado por objetos fixos de onde se originam ou chegam fluxos. "Os fixos nos dão o processo imediato do trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens [...] Os fluxos são os movimentos, a circulação e assim eles nos dão também a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo" (SANTOS, 2014, p. 86).

processo um pouco mais integral de valorização do espaço, por meio do surgimento das primeiras aglomerações humanas, das áreas de cultivo e criação de animais. O valor do espaço encontrava-se representado nos locais de trabalho (plantações, pastagens, estoque etc.), de cerimônia (cemitérios, templos, áreas públicas) e nas habitações mais rústicas então construídas para o uso direto. O valor no espaço, por sua vez, consistia no conjunto embrionário de atividades produtivas (coleta de recursos, beneficiamento e construção) e de instrumentos de trabalho (ferramentas de construção, de cultivo, de caça, de domesticação etc.) sem os quais não era possível transformar a natureza.

Conforme as sociedades foram se desenvolvendo, com base no próprio desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, foram também ocorrendo as grandes transformações espaciais. O surgimento da agricultura e da domesticação de animais, ainda no interior das comunidades primitivas, desencadearam um vertiginoso processo de desenvolvimento da "produtividade do trabalho" e das técnicas produtivas de modo a fomentar o surgimento de um novo modo de produção e, com isso, um novo patamar de valorização do espaço. Foi em função desses dois fatos históricos que surgiu o chamado "excedente econômico", isto é, a possibilidade de se obter valores que ultrapassavam as necessidades imediatas da sociedade. O excedente econômico não apenas acabou com a escassez que acompanhava as sociedades até então, como também possibilitou a "acumulação", ou seja, a capacidade de aglomerar valores para além daquilo que eles custaram em termos de força-de-trabalho. A acumulação, por sua vez, conduziu a dois outros fatos históricos, quais sejam, a divisão do trabalho e o surgimento da mercadoria (NETTO & BRAZ, 2012).

Primeiro, a possibilidade de se produzir mais valores com menos tempo e esforço de trabalho dispensou uma grande parcela de pessoas que passaram a se dedicar a outras atividades, como à gestão racional da produção, ao artesanato e à manutenção das estruturas sociais e formas de consciência (líderes despóticos e religiosos). Essa divisão facilmente conduziu a uma estrutura social marcada por um conjunto de pessoas diretamente dedicadas à produção, e outro conjunto que apenas se apropriava dos valores criados de maneira cada vez mais privada. A primazia das atividades intelectuais, consideradas superiores, sobre as materiais, justificou ainda mais a progressiva apropriação privada dos valores produzidos, de

forma que foi se consolidando uma estrutura social composta essencialmente pelos produtores diretos e pelos detentores de toda riqueza. Depois, os valores acumulados passaram a ser utilizados nas trocas comerciais que foram se estabelecendo em função do contato com outras civilizações, adquirindo, mesmo que de maneira ainda incipiente, a supracitada dimensão de valor-de-troca. Usava-se esses valores acumulados, agora tornados mercadorias, para se angariar outros valores, seja de maneira direta (escambo) ou utilizando-se do dinheiro como mediador. Ao final, a violência e a ideologia fez com que a forma comunitária da comunidade primitiva fosse dando lugar a um modo de produção intrinsecamente desigual, marcado pela exploração do homem pelo próprio homem. Estamos falando, naturalmente, do escravismo (*Ibidem*).

Como se sabe, esse modo de produção esteve na base das civilizações grega e romana. O nível tecnológico atingido por essas sociedades e as necessidades socialmente criadas no âmbito de seu próprio desenvolvimento acarretaram processos de valorização do espaço consideravelmente mais complexos que os das comunidades primitivas. Foram completamente redimensionadas as formas de se produzir e de coabitar, de forma que os valores do espaço se tornaram maiores e mais diversificados. As simples aglomerações deram lugar às cidades, muitas das quais extremamente grandes para os padrões da época. As unidades produtivas se diversificaram, na mesma medida em que foi se consolidando uma separação entre campo e cidade. No campo se estabeleceram as pastagens e os cultivos, nas cidades o artesanato e a administração política. Tudo isso ideologicamente justificado pelas instituições religiosas que geriam a memória e as formas de consciência. Dependendo da classe social, as habitações já não eram mais rústicas e os locais onde se desempenhavam as atividades políticas e religiosas eram suntuosamente distintos, tornando a ordem social vigente engrandecida e inquestionável. Mas, talvez, a mais substancial transformação espacial dessa época tenha sido a progressiva apropriação privada da terra, algo que se deu com base na violência e na guerra. Sendo a terra e tudo o que ela contém a condição universal para a reprodução humana, sua apropriação privada deu à classe dominante a posse definitiva dos meios mais fundamentais de produção (*Ibidem*).

O contínuo desenvolvimento das forças produtivas ocasionou outras grandes mudanças na estrutura e dinâmica social e, conseqüentemente, um conjunto de transformações espaciais. Com a derrocada do Império Romano por volta do ano 476 d.C., houve também o declínio do modo de produção escravista. A centralização imperial deu lugar aos feudos, unidades produtivas mais autossuficientes que trouxeram uma reorganização nas relações de produção. Agora, a classe dominante era a dos senhores feudais, indivíduos detentores de uma enorme quantidade de terras para o cultivo, chamadas glebas. A condição de escravo foi substituída por outra mais sutil, porém não menos violenta, que era a de vassalo. O regime de suserania-vassalagem mantinha a propriedade privada da terra e, portanto, dos meios fundamentais de produção. Aos servos produtores cabia o consumo mínimo dos valores criados, tendo eles que conceder pomposos preitos a seu senhor. A Igreja Católica, que se havia erigido desde Roma enquanto ordenadora das formas de sociabilidade e consciência, passou a ocupar a mais alta hierarquia social, junto com a própria nobreza (*Ibidem*).

Desde a comunidade primitiva, a humanidade vinha desenvolvendo o artesanato. Foi na Antiguidade Clássica, entretanto, que se iniciou um progressivo processo de fabricação de utensílios a partir de ligas de metal, algo que também se desenvolveu no período feudal. Os instrumentos de metal, por sua vez, alavancaram os padrões de produtividade e de valorização do espaço durante o feudalismo. Eles passaram a ser utilizados nas armas de guerras, na produção agropecuária, nas construções e, depois, foram disseminados enquanto objetos domésticos e de adorno. Ulteriormente, as atividades comerciais centradas no artesanato passaram a utilizar objetos de metal como mediadores de troca. A propósito, essas trocas comerciais, estimuladas a partir das Cruzadas e depois pelo contato com o mundo Oriental, suscitaram uma grande reviravolta nos processos de valorização do espaço durante a baixa Idade Média, pois o estabelecimento das redes comerciais ocasionou o surgimento de inúmeras cidades, muitas das quais voltadas a cumprir a função de núcleos dessas redes.

Outra grande transformação ocasionada pelo desenvolvimento do comércio foi o surgimento de uma nova classe social no interior do mundo feudal, a dos comerciantes. Com os comerciantes surgiu a riqueza mobiliária, essencialmente centrada em valores no espaço, diferentes da riqueza imobiliária cujo fundamento é

a terra e, por isso mesmo, centrada em valores do espaço. A riqueza mobiliária estava pautada na acumulação em forma de dinheiro, sendo por isso mais volátil e mais fácil de se metamorfosear em diferentes mercadorias. A riqueza imobiliária, por sua vez, não possuía tanta volatilidade, nem uma grande capacidade de se transformar em outra mercadoria, podendo apenas assimilar outros valores no próprio processo de produção de um novo espaço. Esse fato, dentre outros que exploraremos adiante, possibilitaram a constituição da burguesia e a derrocada do regime feudal.

Enriquecidos, os comerciantes foram os responsáveis por suplantarem a ordem feudal. Eles adquiriram poder econômico e, conseqüentemente, força política para ocasionar a superação desse modo de produção. Para tanto, reorganizaram a economia e a política em um processo histórico que tem seu ápice nas Revoluções Industrial e Francesa, respectivamente. Antes disso, eles reordenaram as forças produtivas, de modo a fazer com que os valores criados pelos homens em seu processo real de vida adquirissem cada vez mais o caráter de valor-de-troca, isto é, uma predestinação à troca comercial. Conforme vimos no item anterior, é a partir daí que surge a mercadoria. Os valores criados pela atividade humana não se destinavam mais à satisfação de suas necessidades, mas sobretudo às trocas vantajosas no interior das atividades mercantis. A troca vantajosa, aquela onde se podia obter o lucro, tinha por base a apropriação do sobrevalor não pago.

O primeiro salto rumo ao modo de produção capitalista e, por isso mesmo, a uma valorização capitalista do espaço, foi a crescente apropriação particular de porções da terra, em um processo que Marx (1974) chamou de "acumulação primitiva"<sup>15</sup>. Como afirmam Moraes & Costa (1987, p. 159-160), "a história do capitalismo nada mais é, nesse sentido, que um processo histórico de privatização

---

<sup>15</sup>Em obra onde pretende desvelar, com base em Marx, as origens do capitalismo, Wood (2000) apresenta de maneira ímpar o processo de acumulação primitiva ao caracterizar a especificidade da economia inglesa no final do feudalismo. Foi a partir desse período que a classe dominante deixou de se utilizar de meios extra-econômicos para se apropriar do sobretabalho, posto já desfrutar de uma grande capacidade de concentrar terras e de arrendá-las aos camponeses. A alta produtividade decorrente desse fator histórico justificou o regime de "cercamento" que, por sua vez, expropriou de uma vez por todas as terras dos antigos camponeses, forçando-os a depender do mercado e a sair de suas terras, migrando para as cidades onde, mais tarde, serviriam como mão-de-obra para o desenvolvimento da indústria. Segundo Harvey (2004), essas estratégias político-econômicas do Capital podem ser vistas ainda hoje no seu permanente processo de acumulação. A "acumulação por espoliação", segundo este autor, demonstra que a expropriação não é apenas uma marca do início histórico do capitalismo, mas algo que também o caracteriza na atualidade.

crescente de porções da superfície terrestre e tudo o que ela contém". A propriedade privada da terra e dos meios de produção, que já existia desde a Antiguidade, tornou-se o elemento fundamental do modo de produção capitalista, pois era fundado nela que os burgueses se apropriavam do sobrevalor não pago. Isso só foi possível por dois aspectos: uma grande mudança nas formas de aquisição da terra, que a partir de então podiam ser parceladas e vendidas para aqueles que possuíam dinheiro (isto é, a nobreza e, sobretudo, os antigos comerciantes que passaram a se organizar como classe, constituindo a burguesia); e uma mudança radical na organização da produção que passou a pautar-se na atividade de pequenos produtores independentes, pequenas organizações de ofício e, depois, por grandes organizações de produtores.

A histórica apropriação privada de terras levada a termo pelos burgueses se deu com base na destituição das propriedades comunais que ainda eram predominantes no campo. Com isso, grandes levas de trabalhadores foram desterritorializados, perdendo os meios com os quais haviam reproduzido suas vidas durante séculos. Detendo apenas sua própria força de trabalho, tiveram que se dirigir às cidades, onde a produção mercantil era crescente e a busca pelo lucro desencadeava grandes transformações espaciais. As grandes cidades insurgentes dessa emigração do campo, enormes depositárias de trabalho morto, eram o lugar onde a economia capitalista se desenvolvia e onde esses antigos trabalhadores rurais podiam vender sua força de trabalho em troca de um salário<sup>16</sup>. Como tudo o que se produz com base nos meios de produção privados pertence àquele que detém a propriedade, e quanto mais se produz com base nesses meios, mais rico se torna o proprietário, foi a exploração do trabalho assalariado que possibilitou o crescimento econômico e político da burguesia, tornando possível sua missão histórica de suplantar de vez a ordem feudal e constituir o regime de capital.

Esse processo histórico completou-se com a Revolução Industrial, cuja função foi firmar de vez a economia capitalista, que com a Revolução Francesa fez surgir o Estado liberal. A indústria foi resultado do vertiginoso desenvolvimento das

---

<sup>16</sup>A possibilidade de vender a força-de-trabalho denota o fato de que, no regime de Capital, o trabalho nada mais é que uma mercadoria. Trata-se, como diria Gaudemar (1977) de uma mercadoria que, como poucas, tem um caráter móvel e "livre" (leia-se, livre para movimentar-se no espaço, cambiar de postos e adaptar-se a jornadas cada vez maiores), possibilitando assim a chamada "mobilidade do trabalho".

forças produtivas, constituídas com base em uma produção que mirava o lucro. O Estado liberal, por sua vez, consagrou as pretensões políticas da burguesia em criar um mundo cada vez mais distante das arbitrariedades políticas e econômicas do absolutismo, rumo a uma sociedade formada por proprietários livres que poderiam, a partir de então, acumular riquezas sem maiores impedimentos. Isso tudo deixou significativas marcas no espaço. Pode-se dizer que os burgueses foram os responsáveis por uma verdadeira "revolução espacial". Não apenas por que legou, por via da produção capitalista, uma grande multiplicidade de novos objetos geográficos (valores do espaço), mas também por que redimensionou as técnicas e a organização da produção (valores no espaço).

As transformações decorrentes da produção burguesa se foram agregando ao solo da cidade enquanto valores do espaço, muitas vezes levando-a à um crescimento vertiginoso. Nas cidades, portanto, novas formas de sociabilidade, novas técnicas e novos hábitos de consumo ditavam a produção capitalista, promovendo a circulação de valores no espaço. O espaço produzido no âmbito de um processo de acumulação condicionava novos processos, em direção a patamares sempre mais elevados de acumulação. A própria instalação física da unidade produtiva, bem como todo o capital social geral (as cidades e as infraestruturas) atuavam como "condição e meio de produção". Tais valores, por sua vez, eram utilizados em processos posteriores, em um movimento ascendente e aparentemente sem fim de produção de riquezas<sup>17</sup>. Por isso, a valorização capitalista do espaço é, antes de mais nada, uma relação capital-espaço. Como afirmam Moraes & Costa (1987, p. 159), "sob a hegemonia das relações capitalistas, o espaço (e tudo o que ele contém) aparece para a produção como parte do valor expresso sob forma de capital constante". Neste sentido, ainda em termos de determinações gerais, pode-se afirmar que "a valorização capitalista do espaço é uma valorização para valorização". O espaço é ele mesmo uma

---

<sup>17</sup> Desse movimento supostamente infinito é de onde vem a incontrollabilidade do Capital a que se refere Mészáros (1999). O sociometabolismo do capital, portanto, é um sistema de controle autodestrutivo, cujos defeitos estruturais repousam nas relações entre: 1) a produção e seu controle; 2) a produção e o consumo; 3) a produção e a circulação de mercadorias; cabendo ao Estado o papel de gerir tais defeitos e adiar a sua completa ruína.

mercadoria<sup>18</sup>, cujo maior consumidor é o próprio capital em sua histórica produção de quantidades sempre maiores de riquezas.

Como o espaço é condição à produção de riquezas e como a acumulação é o objetivo precípua do regime de capital, a valorização capitalista do espaço é essencialmente expansiva e sempre tencionou expandir-se por todo globo<sup>19</sup>. Nesse movimento expansivo o capital já se deparou e ainda hoje tem de lidar com inúmeros "obstáculos geográficos". Tais obstáculos, por sua vez, podem ser de ordem natural ou social. Uma montanha, ou uma grande e densa floresta podem corresponder a uma barreira a esse permanente processo de apropriação e transformação da natureza em mercadorias. Uma unidade produtiva antiga, um bairro economicamente decadente ou um enclave segregado em uma cidade também podem impedir, ao menos provisoriamente, novos processos de valorização. Quando o capital se depara com tais entraves, tende a entrar em "crise" e, neste sentido, põe-se a preparar um novo salto político, econômico e tecnológico, rumo a novas formas de produção e acumulação de valores. A dominação territorial, o encurtamento das distâncias (anulação do espaço pelo tempo)<sup>20</sup> e a conquista/construção de novos mercados, constituem algumas das mais comuns estratégias geográficas do capital para superar tais obstáculos (HARVEY, 2006; MORAES & COSTA, 1987). Ademais, como o tempo requerido para superar os referidos obstáculos muitas vezes não coincide com o "tempo do capital", outra estratégia posta em prática para manter o crescente processo de criação de valores, segundo Moraes & Costa (1987), corresponde a "valorização futura". Para isso, surgiram os bancos, o capital e o mercado financeiro que

---

<sup>18</sup> O espaço, vale lembrar, tem por fundamento valores fixos, riquezas imobiliárias. Mas, como qualquer outra mercadoria, esses valores do espaço estão sujeitos às leis do mercado. Harvey (1980), porém, lembra que "o solo e as benfeitorias" são mercadorias que possuem aspectos que os diferenciam das demais: além da localização fixa, eles são indispensáveis à reprodução humana, mudam de proprietários com pouca frequência, o uso estende-se por muito tempo, e esses usos são numerosos e não são mutuamente exclusivos para o usuário.

<sup>19</sup> Expansão que não pode ser confundida com ampliação do ecúmeno, posto que a propriedade privada se impõe como mediação restritiva. Como esclarecem Moraes & Costa (1987), a expansão deve ser entendida como apropriação pela posse jurídica de porções do ecúmeno, sendo a manifestação mais radical desse processo a colonização e o imperialismo. Harvey (2006, p. 118), por sua vez, afirma que "[...] o desenvolvimento desimpedido do capitalismo em novas regiões é uma necessidade absoluta para a sobrevivência do capitalismo", pois nessas novas regiões o excedente pode ser absorvido, criando novos valores e mercados.

<sup>20</sup> Referimo-nos à redução dos custos reais de transporte e circulação inerentes ao próprio desenvolvimento das forças produtivas pelo capital, conforme demonstrado por Marx nos *Grundrisse* (2011 [1857-1858]) e por Harvey (2006) em sua análise da geografia da acumulação capitalista.

operam com as possibilidades e capacidades futuras (nem sempre garantidas) de valorização do espaço e de acumulação.

Da mesma forma em que se expande geograficamente, o capital também concentra em determinadas localidades a grande maioria dos processos de valorização, com vistas a baratear seus custos. A geografia do capitalismo diz respeito, por isso mesmo, a um ininterrupto e contraditório movimento de expansão e concentração<sup>21</sup>. O mais ilustrativo exemplo de expansão é o imperialismo, e de concentração, as grandes metrópoles. No modo de produção capitalista, as cidades representam um exemplo condensado de valorização do espaço. Grandes depositárias de trabalho morto, as cidades constituem lócus da valorização e do consumo, ainda mais diante do quadro desenhado pelo processo de urbanização. O próprio espaço da cidade, no capitalismo, representa uma mercadoria que, como todas as outras, possui proprietários, rende lucros e é consumida pelas mais diversas classes sociais. Como veremos adiante, as cidades constituem palcos privilegiados de manifestação das disputas político-econômicas em torno do consumo do espaço e da diferenciação espacial. Quem mais consome o espaço, entretanto, é o próprio capital na produção de mais valores. Há porém, um "consumo improdutivo do espaço"<sup>22</sup> levado a termo pela própria sociedade, apresentando por isso mesmo todas as suas contradições (*Ibidem*)<sup>23</sup>.

A título de considerações gerais, resta-nos observar como se comportou esse processo de valorização capitalista do espaço no transcurso histórico, sobretudo durante o século XX. Desde seu surgimento até o início do referido século, o capitalismo vivia a época liberal, de livre-concorrência e de fraca incidência do Estado nas atividades econômicas. Entretanto, desde o final do século XIX, a lógica concentradora (de meios de produção) e centralizadora (de capitais) desse modo de produção estava promovendo uma drástica redução do número de capitalistas, de modo que a economia foi cada vez mais perdendo o

---

<sup>21</sup> "Esta é uma de suas contradições: o capital contemporâneo necessita revalorizar-se, ampliando a quantidade de trabalho vivo que apropria, mas desastrosamente necessita, ao mesmo tempo, aumentar a produtividade à custa do capital constante (trabalho morto)" (MORAES & COSTA, 1987, p. 156).

<sup>22</sup> "O consumo improdutivo do espaço implica o uso (capitalista) das virtualidades do espaço não diretamente afetadas à produção imediata. É o caso do uso residencial, sob um certo sentido das próprias cidades, dos espaços de lazer etc." (MORAES & COSTA, 1987, p. 161).

<sup>23</sup> Carlos (1999), com base em Lefebvre, estabelece a diferença entre o "espaço do consumo" e o "consumo do espaço". O primeiro diz respeito àquele especificamente produtivo ou condição da produção. O segundo diz respeito ao espaço usado à reprodução da vida.

caráter concorrencial e adquirindo um caráter notadamente monopolista (*Ibidem*). Os trustes, carteis e a formação de gigantescas corporações tornaram as empresas capitalistas cada vez mais poderosas, capazes de interferir nos rumos de países e da economia internacional. A força de tais corporações advinha do forte desenvolvimento tecnológico e, sobretudo, da internacionalização de capitais através de investimentos diretos em outros países.

Conforme esclarece Harvey (2009), com base no conceito de "modo de regulamentação"<sup>24</sup>, tais tendências pavimentaram o estabelecimento do "regime de acumulação fordista", tendo como exemplo mais representativo a linha automática de montagem de carros, introduzida por Henry Ford, em Dearbon, Michigan, no início do século XX. Naquele lugar, estava condensada a maior parte dos princípios organizacionais da "produção em massa", orientada segundo uma "administração científica". Esse regime de acumulação quase derruiu durante a segunda metade da década de 1920, quando a produção em massa encontrou seus limites de absorção junto à demanda, levando a uma crise de sobre-acumulação, cujo ápice foi a queda da bolsa de Nova York, em 1929. Tal crise apenas foi superada quando da implementação de políticas públicas de serviços básicos e distribuição de renda que garantiram o consumo das classes sociais. Tais políticas públicas fizeram com que o Estado assumisse outros papéis e poderes institucionais, como o de mediação das relações entre o Capital e o Trabalho, bem como o de coordenação das atividades econômicas, em um quadro político e social conhecido como *welfare-state*. Esse "estado de bem-estar social", concebido a partir de uma administração econômica keynesiana e difundido no horizonte de um consenso Estado-Capital-Trabalho, vicejou o crescimento econômico e o consequente progresso internacional do regime fordista, pela via do intervencionismo estatal, da racionalidade técnico-burocrática e pelo aumento dos padrões materiais de vida.

A "Era de Ouro" do capitalismo, como bem descreveu Hobsbawn (1995), adveio desse conjunto de fatos históricos, estendendo-se desde o fim da Segunda Guerra Mundial até a década de 1960, tendo como maiores marcas o forte

---

<sup>24</sup>A ideia de "modo de regulamentação" advém das teorizações da chamada "Escola da regulação", da qual Michel Aglietta e Alain Lipietz são os maiores precursores. Em linhas gerais, esses autores afirmavam que o sistema capitalista é intrinsecamente instável e está sujeito à crises periódicas. Porém, ele frequentemente alcança uma estabilidade provisória graças a um aparato regulatório formado pelas instituições políticas, econômicas e um padrão na organização das atividades produtivas, formando assim um "regime de acumulação" (BRAGA, 2003).

crescimento econômico, o aumento da qualidade de vida, o vertiginoso progresso tecnológico, o surgimento de uma enorme variedade de bens e serviços e a industrialização tardia do chamado "Terceiro mundo". A bem da verdade, o aumento da qualidade de vida apenas aconteceu nos países centrais, posto que os países periféricos ainda se encontravam economicamente dependentes e com enormes problemas socioeconômicos. Nesses países, algumas políticas desenvolvimentistas, muitas vezes combinadas com o autoritarismo militar, foram postas em prática e justificadas pela necessidade de reverter problemas estruturais que impediam o seu desenvolvimento econômico. Tais políticas, entretanto, não foram capazes de promover o mesmo crescimento econômico e desenvolvimento social constatado nos países centrais, seja por conta de sua maior proximidade aos interesses das burguesias regionais, ou por conta de sua incapacidade técnica e política em fazer frente à estrutura socioeconômica vigente.

O regime fordista conjuminado ao *welfare-state* deparou-se com limites, segundo Harvey (2009), a partir de meados da década de 1960, quando da queda da produtividade e da lucratividade das grandes corporações e da industrialização dos países do Terceiro Mundo, em parte apoiadas em políticas de "substituição de importações". Soma-se a isso a grande inflação nos países desenvolvidos, a crise fiscal dos Estados e, sobretudo, o "choque do petróleo" ocasionado pelos embargos realizados por países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Como resumiu Hobsbawn (1995, p. 281), "a Era de Ouro perdeu o seu brilho" e, após 1973, a perda das referências constituídas desde o fim da Segunda Guerra Mundial mergulhou o mundo em um período de instabilidade e crise. A alternativa que se avultou foi aquela propagada pelos economistas ultraliberais que, crentes no mercado, há tempos realizavam severas críticas ao modelo de economia mista administrada e de pleno emprego defendido pelos keynesianos. Na ofensiva, os defensores do livre mercado passaram a interferir na formulação das políticas econômicas dos governos, a partir da década de 1980. Seu grande argumento era o de que o aumento da demanda de consumo por meio de políticas distributivas apenas criou um "Estado gordo", incapaz de realizar o controle da inflação. A solução, portanto, residiria no corte de gastos do governo e das empresas privadas, permitindo que o lucro, verdadeiro motor do crescimento, pudesse enfim aumentar desimpedidamente.

Seguiram-se, assim, as políticas neoliberais conduzidas por Margaret Thatcher no Reino Unido e por Ronald Reagan nos Estados Unidos. O consenso Estado-Capital-Trabalho foi então substituído por uma fé incondicional no mercado, concretizada por cortes de gastos públicos, privatizações e, acima de tudo, uma violenta precarização das condições de trabalho. Nas décadas de 1980 e 1990, esses princípios foram difundidos para os demais países centrais, chegando inclusive à periferia do capitalismo, onde foi responsável por um impetuoso desmonte do Estado, sobretudo das empresas estatais. Concomitante à difusão do neoliberalismo, o mundo passava, desde a década de 1970, por uma profunda flexibilização dos processos produtivos, do mercado de trabalho, dos produtos e das formas de consumo, constituindo um novo regime de acumulação chamado por Harvey (2009) de "flexível". A produção em massa deu lugar a *just-in-time*, as atividades terciárias passaram a possuir um peso muito maior na composição da riqueza nacional, os contratos de trabalho tornaram-se precários, as mercadorias tornaram-se diversas e adequadas a todos os gostos, e o consumo tornou-se o motor e o sentido único da política. Tudo isso se deu junto a uma reestruturação do mercado financeiro, que passou a comandar a economia, e do papel do Estado, cujo objetivo seria agora criar um permanente clima favorável aos negócios.

Esse modelo vem encontrando seus limites objetivos na atualidade, onde o Capital, enfim, vem se deparando com seus limites estruturais. Segundo Mészáros (2008; 2011), desde a reestruturação produtiva da década de 1970, vem se desenhando no mundo uma crise sistêmica e estrutural do Capital, caracterizada por uma falência generalizada e progressiva desse modo de produção, a despeito do que apregoavam os apologistas desse sistema na década de 1990 (e que hoje, por certo, encontram-se perplexos diante dos fatos). Iniciada enquanto crise do *subprime*, em 2008, hoje a bancarrota do Capital assola o mercado financeiro, revelando uma especulação parasitária e uma acumulação muito maior que a capacidade real de criação de valores. O Estado, que havia sido posto à condição de coadjuvante, hoje tem sido chamado a nacionalizar a crise, precarizando ainda mais as condições de trabalho e desmontando o que ainda restava do Estado de bem-estar social. A crise chega hoje também aos países emergentes que, em função da queda dos preços das *commodities*, vem passando por um período de estagnação.

Por fim, vale destacar que as crises cíclicas do capital remontam, em linhas gerais, à tendência básica de sobre-acumulação. Como esclareceu Marx (1974) e bem lembrou Harvey (2006), as muitas manifestações de crise correspondem, na verdade, ao problema estrutural da sobre-acumulação e quase sempre insurgem enquanto sintoma de um embargo imposto por um obstáculo geográfico. Como quase todo o planeta foi transformado em ecúmeno, tais obstáculos são quase sempre de ordem social. A saturação de um mercado, um problema logístico, baixa produtividade e limitação tecnológica são alguns dos principais exemplos. Esses obstáculos forçam a uma racionalização do desenvolvimento econômico, levando o Capital a promover as supracitadas estratégias de expansão geográfica e redução dos custos de circulação das mercadorias. Outra estratégia não menos importante é a desvalorização-revalorização do espaço, posto que o esforço para desconstruir e reconstruir lugares demanda ostensivas quantias de capitais. Sabe-se que as guerras e a reconstrução de áreas sob conflito são os exemplos mais emblemáticos desse processo. Outro exemplo axiomático, porém, menos trágico, diz respeito à própria remodelação dos espaços urbanos no âmbito de reformas urbanísticas e obras de revitalização.

### ***Diferenciação espacial***

Na maioria dos casos, e em se tratando de espaço urbano, a estratégia da desvalorização-revalorização transcende a "esfera da produção", estando muito mais relacionada à "reprodução do espaço". No processo de produção, o solo é apropriado e sobre ele é instalado uma infinidade de valores. O consumo desse espaço o torna uma mercadoria rara, esgotando-o e, por isso mesmo, limitando o permanente processo de valorização. Daí é que surge a necessidade de ordena-lo e redirecionar sua ocupação. Em função disso, muitas vezes, tem-se uma valorização que não se dá mais por meio de uma espoliação e expansão da ocupação (de um *spraw*), mas de uma reestruturação que frequentemente envolve a intensificação do uso do trabalho morto já agregado ao solo.

Em ambas situações, e independente do contexto sócio-histórico, o espaço resultante é sempre diferenciado, isto é, nunca se apresenta homogêneo em sua

extensão. Smith (1988), neste sentido, afirmava que as diferenças na natureza implicavam em diferenças da organização social. De fato, a forma pela qual se distribuem os dados da natureza e os valores criados pelo homem determinam a organização social. O espaço, portanto, não é homogêneo e as constantes reestruturações de seu uso apenas fortalecem as diferenças<sup>25</sup>. Reconhecer as diferenças espaciais é, com efeito, uma das maiores tarefas da Geografia, sobretudo quando se considera como seu objetivo precípua a compreensão do processo de valorização. Com vistas a compreender as diferenças espaciais foi que Lacoste (1980) falou de uma “espacialidade diferencial”, que Milton Santos (1977) em “formação socioespacial”, e Smith (1988), Massey (1984) e Harvey (2006) em “desenvolvimento desigual”. O espaço é fundamentalmente diferenciado e desigual<sup>26</sup>, e nosso objetivo a partir de agora é compreendê-lo nessa sua diversidade.

Antes de mais nada, é preciso reconhecer que a natureza primeira é diversa e não está homogeneamente distribuída sobre a superfície. Com efeito, a constituição do ecúmeno deu-se historicamente de maneira diferente e desigual, posto que os recursos e as técnicas sempre estiveram desigualmente distribuídos sobre o globo, fazendo com que as forças produtivas se desenvolvessem de maneira heterogênea. Os valores, neste sentido, sempre foram criados de maneira diferente e descontínua em termos de extensão geográfica<sup>27</sup>. No capitalismo, porém, há uma homogeneização das técnicas e dos valores, mas a lógica desigual de distribuição permaneceu e ganhou novos contornos<sup>28</sup>. Há, portanto, uma

---

<sup>25</sup> Bessa (2010) chama a atenção para a importância da diferenciação na Geografia, uma vez que essa ideia, tratada sempre de forma banal e dissolvida no imediatismo do dado aparente, pode servir de categoria analítica capaz de enriquecer o significado de muitos conceitos-chave nessa ciência.

<sup>26</sup> Diferença e desigualdade não são sinônimos, como se costuma acreditar. Em termos geográficos, podemos dizer que, enquanto o primeiro implica na constituição de valores distintos em diferentes lugares, o segundo diz respeito à distribuição desigual desses valores nos diferentes lugares. Sobre esse assunto ver Vasconcelos (2013).

<sup>27</sup> Para a Geografia Tradicional, os “gêneros de vida” tornavam a superfície da Terra um verdadeiro mosaico de regiões singulares. Tal concepção não deixa de ser verdadeira. Segundo Santos (2014), ainda que admitamos processos globais, como a difusão de objetos e relações padronizados necessários a expansão geográfica do capitalismo, os lugares nunca se tornam idênticos e, pelo contrário, são sempre diferentes. Primeiro por que a configuração territorial é diferenciada em cada lugar. Depois, a adequação do trabalho aos objetos e o rendimento deles extraído é também diferenciado. Por último, o próprio sistema mundial de produção e circulação cria especializações produtivas nos mais diversos lugares.

<sup>28</sup> Como diria Santos (1999), os modos de produção que antes estavam separados convergiram com o surgimento do capitalismo, constituindo uma história global comum. Mas o movimento

produção do espaço cada vez menos diversa e mais desigual, sendo a desigualdade o principal aspecto do espaço resultante. Considerando os já citados movimentos contraditórios de expansão e concentração, pode-se dizer que, na escala global, a expansão cumpre a missão civilizadora do Capital de se estender por todo o planeta, e a concentração produz as grandes cidades, para onde converge a maior parte da riqueza. Na escala das cidades, por outro lado, a expansão amplia o tecido urbano em direção ao campo, e a concentração aglutina em poucos bairros a maior parte dos equipamentos e serviços urbanos.

O consumo do espaço é também desigual, posto que os valores do e no espaço são apropriados diferentemente pelo Capital em sua reprodução sempre ampliada. Tal apropriação desigual é ainda mais nítida nas cidades, onde vive a maior parte da população mundial. A chamada “acumulação urbana”<sup>29</sup>, com efeito, tem por base uma maior capacidade que possuem as classes mais abastadas em se apropriar do espaço urbano e dele extrair mais-valia. Neste sentido, essas classes criam as condições para o surgimento de uma verdadeira “indústria do espaço urbano”, isto é, um ramo da produção capitalista voltado inteiramente à produção do espaço a partir do próprio espaço<sup>30</sup>. Daí que surgem as empreiteiras e as demais firmas da área de construção civil. Sua atuação, baseadas no *sprawling* ou na desvalorização-revalorização, faz com que a cidade deixe progressivamente de ser um lugar para habitar, tornando-se um lugar primordialmente destinado aos negócios.

O consumo improdutivo do espaço, por sua vez, é ainda mais desigual, pois depende das capacidades econômicas e aquisitivas de cada classe social. O

---

unificador sempre teve de passar pela mediação das formações sociais constituídas a partir de cada lugar. Nesse mesmo movimento, acrescenta Harvey (2006), o modo de produção unitário criou especializações produtivas em cada região, sob diferentes patamares tecnológicos e níveis de apropriação da riqueza, hierarquizando-as de forma a promover um desenvolvimento geográfico desigual.

<sup>29</sup> Referimo-nos ao processo de acumulação de riquezas com base na apropriação e renda da terra urbana, na provisão de obras públicas e privadas, de moradias e infraestrutura. Esse tipo de acumulação, por sua vez, frequentemente leva ao monopólio sobre o solo urbano, tendo em vista se tratar de uma mercadoria com lenta capacidade de crescimento em termos de oferta. O monopólio acirra ainda mais as desigualdades e dificulta a vida dos mais pobres, pois, como bem lembra Harvey (1980), os ricos tem maior escolha econômica, enquanto que os pobres têm escolhas muitíssimo limitadas. Essa situação, por fim, faz com que "o rico possa dominar o espaço, enquanto que o pobre permanece aprisionado a ele".

<sup>30</sup> É neste sentido que Harvey (1978) se refere a um "secondary circuit of capital". Isto é, um circuito do processo de acumulação que se assenta na produção de bens imóveis e do próprio ambiente construído (ou seja, das habitações e das infraestruturas que compõem o capital social geral).

espaço é ele mesmo uma mercadoria e os modos de apropriação, moradia e localização, como bem lembra Carlos (2007b), estão sujeitos às regras de mercado<sup>31</sup>. As classes mais abastadas apropriam-se dos melhores lugares e, além disso, tendem a concentrar em torno de si a maior parte dos valores criados. Por isso mesmo, seus lugares são geralmente bem-dotados de equipamentos e serviços. As classes mais pobres, no entanto, não possuem as mesmas capacidades no que tange ao consumo do espaço e, por consequência, vivem nos piores lugares e não possuem, em torno de si, a mesma quantidade e/ou qualidade em termos de equipamentos e serviços<sup>32</sup>. Em vista disso, o espaço resultante apresenta inúmeros segmentos, cada qual expressando diferentes quantidades/qualidades de valores e formas de consumi-los.

### ***O papel dos valores subjetivos***

Vale acrescentar que essa produção e consumo desiguais do espaço requer necessariamente que os indivíduos estabeleçam representações acerca do seu espaço, para que se possa avaliar os meios materiais sobre o qual suas atividades incidirão e o que se pretende consumir. Conforme Moraes (2005, p. 15-16):

[...] Não há humanização do planeta sem uma apropriação intelectual dos lugares, sem uma elaboração mental dos dados da paisagem, enfim, sem uma valorização subjetiva do espaço. As formas espaciais são produto de intervenções teleológicas, materializações de projetos elaborados por sujeitos históricos e sociais. Por trás dos padrões espaciais, das formas criadas, os usos do solo, das repartições e distribuições, dos arranjos

---

<sup>31</sup> Nenhum exemplo é mais ilustrativo do consumo desigual do espaço que a metáfora do teatro ligeiramente citada por Harvey (1980) ao falar das teorias do uso do solo urbano. O espaço da cidade, segundo o autor, é como um teatro vazio, onde os primeiros a entrar possuem mais escolhas de assentos para se acomodar. Os que entram depois têm cada vez menos escolhas. E o que define quem serão os primeiros a entrar no teatro é a posição dos indivíduos na hierarquia social. Assim, “[...] se os que entram o fazem de acordo com seu poder de compra então os que têm dinheiro têm mais chances, enquanto os mais pobres pegam o que sobrou, depois de todos terem exercido a escolha” (Ibidem, p. 144).

<sup>32</sup> O “submercado informal de moradias em assentamentos consolidados”, como bem lembra Abramo (2010), rompe parcialmente com essa tendência nas cidades latino-americanas, na medida em que, muitas vezes, permite a localização dos mais pobres em regiões com uma melhor rede de serviços que aquela usufruída nos bairros pobres periféricos. Aliás, as cidades da periferia do capitalismo, como veremos a seguir, são extremamente rebeldes a determinadas formas de generalização, possuindo especificidades que põem em xeque, inclusive, as próprias noções de centro e periferia.

locacionais, estão concepções, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo [...]

Moraes (2005) argumenta que é inegável a influência da esfera econômica na valorização, mas apenas ela não recobre a integralidade do processo, pois não explica, por exemplo, a diversidade arquitetônica, a variedade dos estilos das construções, os diferentes usos e formas de convivência que podem respaldar. No intuito de destacar o papel da consciência e da subjetividade na produção do espaço, este autor afirmou que as sensibilidades, a moral e as concepções de belo interessam à Geografia na sua tarefa de compreender as diferenças espaciais. Isso significa dizer que o entendimento da valorização e do consumo do espaço requer que se leve em consideração as formas de consciência e seus valores subjetivos. Por isso Milton Santos (1996) apontou a importância da “psicoesfera”, isto é, da imagem padronizada do mundo, muitas vezes criada sob o fito de internacionalizar crenças, desejos e hábitos. Como diria Lefebvre (2008, p. 82), “[...] o espaço não é apenas organizado e instituído. Ele também é modelado, apropriado por este ou aquele grupo, segundo suas estratégias, sua ética e sua estética, ou seja, sua ideologia [...]”.

Os indivíduos são mobilizados segundo diferentes motivações e suas intervenções teleológicas estão sempre calcadas em valores subjetivos, avaliações sobre o real. Esses valores envolvem o complexo universo da moral e da arte, de forma que, no processo de produção do espaço, concorrem também um conjunto de princípios ético/morais e estéticos, individuais e coletivos. A valorização e o consumo do espaço, portanto, dependem desse conjunto de princípios, uma vez que as classes sociais produzem e se apropriam do espaço movidos por aquilo que consideram bom e belo (ou, movidos pelo bom e belo possíveis), provocando sua diferenciação. Portanto, a compreensão do processo de produção do espaço requer que se considere questões como a ética e a estética. Neste sentido, a partir de agora, nosso objetivo é esboçar de maneira bastante singela e inicial uma proposta teórica neste sentido. Antes, porém, faz-se necessário sumariar o que, no nosso entender, vem a ser a ética e a estética no contexto histórico do capitalismo.

Surgida na Grécia antiga enquanto busca de um princípio absoluto da conduta humana, a ética tem sido cada vez mais compreendida enquanto o estudo

das ações e paixões humanas<sup>33</sup>. Na Grécia antiga, a Ética se ocupava em descobrir o fundamento da boa conduta humana, considerando-se “o bem” aquilo que mantém a comunidade. Sócrates afirmava que o comportamento eticamente bom advém da busca da verdade pela via do exercício do autoconhecimento, algo que seria obtido pela “maiêutica” e pelas descobertas de suas próprias verdades. No mesmo sentido, Aristóteles afirmava que o comportamento ético, a “virtude” em especial, eram adquiridos por meio do desabrochar das “potências humanas”, sobretudo da razão. No período medieval, a Ética passou a ser compreendida enquanto observância aos mandamentos divinos. Na modernidade, porém, Kant revolucionou a Ética ao trazer para o debate a necessidade de se encontrar no homem as possibilidades do conhecimento verdadeiro e livre. Em busca de uma ética de validade universal, Kant considerava fundamental a igualdade entre os homens. Assim, este filósofo preconizava uma moral racional, única possível para os seres humanos. No centro das questões éticas, segundo Kant, havia o dever ou a obrigação moral, originariamente fundada na capacidade dos indivíduos de, por sua própria consciência, obedecê-la ou não (VALLS, 1987).

Destarte, segundo Valls (1987), falar sobre Ética é, necessariamente, falar sobre liberdade humana. Os valores e a responsabilidade em torno de escolhas comportamentais não fazem o menor sentido fora de uma concepção do homem intrinsecamente ligada a de um ser livre. Neste sentido, vale a pena lembrar a máxima sartriana de que o homem é essencialmente livre. Segundo Sartre (*apud* SILVA, 2010), o homem é livre e realiza suas escolhas no interior de uma determinada estrutura e dinâmica sociais em que todos os demais também realizam livremente suas escolhas, criando, por isso mesmo, uma completa responsabilização do indivíduo em relação a si e aos outros.

Ninguém mais do que Marx, contudo, procurou demonstrar por meio de seu pensamento, que o homem é o único demiurgo do seu destino e, portanto, um ser verdadeiramente livre. Segundo Marx (1974), o homem é livre para transformar o seu entorno e a si mesmo por meio de sua atividade teleologicamente orientada, pois sempre criou valores que independem de qualquer necessidade material

---

<sup>33</sup> A palavra ética vem do grego "ethos", que significa "costume" ou "modo de ser". Na filosofia, ela tem sido usada para designar a reflexão sobre a moral e os costumes. Valls (1987) explica que a ética pode ser tanto o estudo das ações e costumes, como pode ser a própria realização de um tipo de comportamento.

imediatamente. Isso, obviamente, não se dá de maneira completamente desimpedida, mas a partir de condições naturais e sociais herdadas. A ética e a moral, neste sentido, surgem quando o homem se depara com a necessidade de fazer escolhas no âmbito de sua atividade. Lukács (2013)<sup>34</sup>, nessa mesma via de entendimento, afirmava que o desenvolvimento do ser social se dá com base no desenvolvimento articulado de cada indivíduo singular e da totalidade de todos os indivíduos. Nesse processo, tanto os indivíduos, como o conjunto da sociedade, são levados a realizar escolhas entre necessidades e possibilidades, tendo também que lançar mão de valores cuja função é auxiliar no julgamento. Lessa (2002, p. 105) resume o entendimento de Lukács ao dizer que...

Todo processo social, seja ele mais universal seja mais particular, tem nos atos humanos singulares, de indivíduos concretos (historicamente determinados), seus elementos básicos. Tais atos possuem sempre uma dimensão de escolha entre necessidades a serem atendidas através de possibilidades – possibilidades e necessidades historicamente construídas. Entre outras coisas, essa relação entre os atos singulares e a totalidade social requer, com necessidade absoluta, que sejam avaliadas tanto as escolhas como as consequências de sua objetivação. É para atender a essa necessidade de avaliação que surgem os complexos valorativos, entre eles a ética e a moral.

Portanto, para Lukács (2007), “a ética é um momento da práxis” onde os homens formulam juízos sobre a própria conduta. Nas sociedades capitalistas, entretanto, esses complexos valorativos adquirem outra dimensão. Como vimos, o modo de produção capitalista constrói relações sociais muitas vezes no sentido de dar sustentação à própria reprodução do sistema. Pelo fato de centrar-se na criação de valores-de-troca, isto é, de mercadorias, as relações sociais são quase sempre reduzidas às relações entre mercadorias. Neste sentido, os complexos valorativos surgem para justificar e reproduzir o sistema em um processo contraditório onde a ética atribui aos atos individuais a dimensão de liberdade própria ao “individualismo burguês”<sup>35</sup>, e a moral reduz as possibilidades de ação

---

<sup>34</sup> Lukács foi o autor que, no interior do que se convencionou chamar de pensamento marxista, mais se esforçou à uma aproximação entre o pensamento revolucionário de Marx e a Ética. Sua Ontologia do ser social, inclusive, foi concebida enquanto suporte teórico desse projeto.

<sup>35</sup> Referimo-nos ao conjunto de práxis fundado na concepção liberal, segunda a qual o homem é uma mônada que estabelece relações com os demais indivíduos na sociedade, tendo para isso que definir os limites da ação de cada um. O Estado, neste sentido, possui esse papel de mediar um “contrato social” onde são determinados tais limites. Essa concepção liberal contratualista, portanto,

àquilo que determina o sistema. Assim, os homens parecem agir livremente em busca da realização do bem comum ou de seus interesses individuais, mas fazem isso sob os rígidos limites impostos pelo Capital, uma vez que a moral fundada nesse sistema induz todos os indivíduos a agir conforme sua reprodução.

Segundo Tonet (2002), daí vem a fratura entre os princípios éticos e a realidade objetiva, tão comum no modo de produção capitalista. O capitalismo insurgiu no mundo com a burguesia, em sua missão histórica de suplantar as iniquidades do sistema feudal pela constituição da liberdade humana, da igualdade e da ordem democrática. No entanto, em que pese os inúmeros avanços no que diz respeito à sociabilidade, os homens têm sido cada vez menos livres, o mundo tem se tornado cada vez mais desigual e a democracia tem sido constantemente atrofiada pela superposição dos interesses de pouquíssimos indivíduos. Essa situação, segundo o autor, tem nos levado à “decadência”<sup>36</sup> que caracteriza o período atual, onde os princípios que regem o comportamento humano são fundamentalmente contraditórios, levando a vida humana a uma profunda degradação.

A Estética, por seu turno, surgiu enquanto reflexão acerca da beleza e da natureza da arte, mas hoje tem sido compreendida como reflexão em torno da recepção sensível frente à arte e ao cotidiano<sup>37</sup>. Segundo alguns autores, trata-se de algo que se inscreve na fronteira entre a objetividade e a subjetividade. Não por acaso, ainda segundo essa linha de pensamento, as discussões sobre Estética sempre se revezaram, no âmbito da história do pensamento filosófico, entre concepções de belo calcadas nas coisas objetivas e concepções baseadas nos juízos subjetivos dos indivíduos. De uma maneira geral, a Estética também surgiu

---

insurgiu do regime de propriedade privada e de acumulação capitalista, sendo por isso uma forma de consciência subjacente a esse modo de produção.

<sup>36</sup> “[...] qual é o valor supremo que rege esta forma de sociabilidade? Parece-nos que não há dúvida que é a produção de mercadorias e, portanto, a reprodução do próprio capital. Qual é o valor supremo proclamado pela ética dominante? A vida humana, na sua forma mais digna possível. É evidente que entre esses dois valores há uma incompatibilidade radical. A produção de mercadorias implica, necessariamente, a transformação do próprio homem em mercadoria e, portanto, a manutenção da exploração do homem pelo próprio homem. A consequência disto é a completa destituição do sentido mais genuíno da vida humana”. (TONET, 2002, p. 19-20)

<sup>37</sup> A palavra estética surgiu no século XVII com Alexander Baumgarter (1714-1762) e, nesta época, significava “o estudo da sensibilidade”. A reflexão sobre a beleza e a arte, entretanto, existe desde a Antiguidade. Etimologicamente, o termo “estética” vem do grego “aisthesis”, que significa “percepção”. Trata-se, portanto, de um campo de estudos intimamente ligada à reflexão filosófica e, apenas recentemente, adquiriu status de ciência, possuindo um método próprio (BAYER, 1980).

no interior da filosofia, enquanto tentativa de universalizar o belo, de descobrir se existe a possibilidade de definir, a partir de critérios racionais, o que é a beleza e o que tem valor artístico. Neste sentido, Kant afirmava que o belo era algo universal, pois a capacidade de julgar era comum a todos os seres humanos. David Hume, porém, afirmava que a arte e a beleza não podiam ser universalmente definidas, uma vez que constituíam algo irremissivelmente de ordem pessoal (BAYER, 1980).

No contexto de seu dissenso entre o mundo sensível e o mundo das ideias, Platão afirmava que a arte é uma representação ideal das coisas objetivas. Aristóteles afirmava que o belo não podia ser algo arbitrário, nem contingente, mas racional e útil. A razão, segundo Aristóteles, "fixa e cria as leis a que estão submetidos os objetos belos" (BAYER, 1980, p. 49) (tradução própria). Kant, por outro lado, afirmava que o critério de avaliação da beleza, o chamado "juízo de gosto", não deveria advir da razão, posto se tratar de algo relacionado à faculdade da imaginação e dos sentimentos. O juízo a respeito do belo, segundo Kant (2002), é inicialmente de ordem pessoal. No entanto, no julgamento, os indivíduos frequentemente atribuem a qualidade de belo às coisas, na expectativa de que esse julgamento adquira caráter universal. Hegel (1996), por sua vez, compreendia a arte como fruição estética, atividade humana essencial para que o próprio homem se reconheça no mundo, tendo por função mostrar, de modo sensível, o espírito de cada época.

Nenhuma das discussões sobre a estética e nenhuma das concepções sobre o belo e a natureza da arte, entretanto, evidenciam o fato de que o objeto artístico é, antes de tudo, um valor, cuja criação e apropriação são realizadas de maneira desigual, no modo de produção capitalista. Apenas a partir de uma perspectiva materialista é que se pode, com efeito, compreender as relações concretas que determinam o que é belo e definem a natureza da arte. Mais uma vez, Marx (1987; 2011) oferece-nos elementos teórico-metodológicos essenciais a partir dos quais é possível conceber a estética para além do que ela aparenta, mostrando-nos, inclusive, o seu caráter ideológico, como bem esclarecem Eagleton (1993) e Vazquez (1978).

O belo e o artístico são valores que advém do próprio processo de desenvolvimento do ser social, enquanto um "momento da práxis". Em certo

sentido, o juízo do que é belo corresponde a mais um dos complexos valorativos, cuja função é auxiliar o homem no julgamento entre necessidades e possibilidades em processos de objetivação. Para Marx, a arte advém precisamente da capacidade do homem de fazer fruir sua criatividade, transformando livremente a natureza em valores, muitos dos quais sem qualquer relação com as necessidades mais essenciais da reprodução da vida (VAZQUEZ, 1978). Esse conjunto de valores são continuamente criados enquanto extensão do corpo humano e, com base nele, o homem se desenvolve em direção a patamares cada vez mais sofisticados de sociabilidade. Concretamente, a arte corresponde aos valores criados incessantemente pelos homens em seu cotidiano e que funcionam como reflexos da vida cotidiana, a partir dos quais os homens adquirem uma visão mais elevada da realidade. Essa visão, por sua vez, é fluida e imutável, diferente da visão científica que é universalizante e abstrata (LUKÁCS *apud* FREDERICO, 2000).

No capitalismo, porém, a produção da vida é realizada de forma a separar os produtores dos valores criados, fazendo com que os homens não se reconheçam mais em suas obras. Assim, as obras humanas não correspondem mais a reflexos do cotidiano humano e sua concepção e destinação inicial à geração de mais-valia cria uma situação em que os valores se desvinculam de seus criadores e ganham uma relativa autonomia. A este processo Marx (1987) chamou de "fetichismo da mercadoria". Benjamin (1994), por sua vez, compreendia a emancipação da obra como resultado de sua "reprodutibilidade técnica". Impedido de agir livremente e separado dos valores que criou, o homem não se reconhece mais em suas obras, ao passo que vai perdendo gradualmente sua sensibilidade. Mas, paradoxalmente, torna-se um consumidor dessas obras, de forma que, quanto maior a expectativa de consumo, maior também a possibilidade de reaver sua cultura. O capitalismo, em última instância, cria uma verdadeira barreira à fruição da criatividade humana, pois bloqueia sua sensibilidade, tornando-os meros assimiladores de mercadorias (EAGLETON, 1993). Por isso, a estética no capitalismo é sempre a estética da mercadoria e a preferência estética nada mais é que a inclinação a uma aparência específica dessas mercadorias. Segundo Haug (1997), na busca de seduzir os homens, arrebatando-os pelo ato do consumo, a mercadoria se metamorfoseia, muda de aparência, satisfazendo todos os gostos. Essas aparências, portanto,

frequentemente escamoteiam o valor-de-troca das mercadorias, ostentando apenas as promessas estéticas do valor-de-uso para aqueles que se comprazem e as adquirem.

Por fim, assim como a ética, a estética corresponde a um campo de estudo da filosofia cuja aplicação prática na vida cotidiana revela outros significados. Por exemplo, para o senso comum, a ética compreende a retidão na atividade política e na gestão da coisa pública. Já a estética é frequentemente vinculada aos métodos modernos de construção da boa aparência, segundo os padrões hegemônicos de beleza. De maneira geral, o senso comum não deixa de estar correto, embora realize uma evidente redução das ideias. Para os fins desta tese, o debate sobre a ética e a estética se aterá aos princípios, isto é, as concepções prévias que regem a sociabilidade e a preferência dos indivíduos, fazendo-os realizar suas escolhas no processo de valorização e consumo. Pretendemos com isso demonstrar que há princípios ético/morais e estéticos cuja principal função é reiterar processos de diferenciação espaciais que podem, no limite, levar à fragmentação do espaço.

Conforme já destacamos, o espaço é produzido de maneira diversa e desigual e isso ocasiona a sua diferenciação. As escolhas a respeito dos valores criados, sua aparência, sua distribuição na superfície e sua maior ou menor concentração em determinada localidade se dá em atenção a certos princípios ético/morais e estéticos. Entretanto, no capitalismo, esses princípios são afirmados e negados ao mesmo tempo, em um movimento contraditório e incessante. A produção atual, portanto, afirma a liberdade e a fruição artística e concretamente interdita ambas graças a acumulação e ao consumo. Aí reside, inclusive, o grande dilema deste modo de produção: o de servir a um só tempo à reprodução da vida e à criação de mais-valia. Como veremos, o atual contexto histórico caracteriza-se pela sobreposição deste segundo aspecto sobre o primeiro, isto é, a criação da mais-valia tem tido primazia sobre a reprodução da vida, pois, segundo Harvey (2008, p. 23), "[...] *we live, after all, in a world in which the rights of private property and the profit rate trump all other notions of right* [...]". No que tange a produção do espaço, isso significa dizer que os princípios ético/morais e estéticos imprimem um caráter universal e socialmente positivo para os processos de valorização. Porém, o resultado da produção atual é quase sempre o contrário do que esses princípios apontam, tendo em vista a desigualdade.

Tomemos como exemplo o caso das cidades contemporâneas, quando estas são acometidas por grandes processos de valorização, como as obras e intervenções urbanísticas de média ou larga escalas, sejam elas de ordem pública ou privada. Grosso modo, essas obras são orientadas e justificadas por princípios que, direta ou indiretamente, correspondem ou ao menos se assemelham àqueles que visam a contribuir ao bem comum e ao alargamento das liberdades individuais, como o desenvolvimento e a qualidade de vida. Mas, contraditoriamente, muitas dessas ações cerceiam eventuais efeitos socialmente positivos, pois se realizam com base na reafirmação da propriedade privada e do processo de acumulação que, inevitavelmente, restringem quaisquer ganhos sociais. O mesmo se pode perceber na construção de loteamentos fechados, bairros planejados e condomínios. Em geral, os princípios que os provém são os mais universais, como o da manutenção da vida comunitária e guarneçada. Contudo, como veremos adiante, esses enclaves fortificados construídos para distinguir formas de convivência são destinados apenas àqueles que podem comprar, fato esse que promove, por intermédio dos muros, a segregação e a fragmentação.

As preferências estéticas, por sua vez, parecem apontar para formas autênticas de fruição da criatividade humana. Mas, na verdade, indicam apenas as diferentes feições das mercadorias no seu permanente jogo de sedução. Seguindo o referido exemplo das obras e intervenções urbanas, as preferências projetam desenhos e formas arquitetônicas que parecem exprimir as mais genuínas expressões do cotidiano, quando, na maioria das vezes, correspondem a reproduções mais ou menos idênticas de objetos presentes em outros lugares, cuja função mais habitual é integrar partes da cidade aos fluxos econômicos globais. Isto é, a cidade passa a possuir objetos e lugares (monumentos, vias, parques, lugares revitalizados etc.), que servem quase exclusivamente para atrair outros valores (investimentos privados, turismo etc.) ao seu entorno, enriquecendo-o. Neste mesmo sentido, vale lembrar o que assinala Carlos (1999), ao evidenciar que as atividades de turismo e lazer, em sua contínua criação de lugares visuais e atraentes, criam novas centralidades, redimensionam os fluxos de pessoas, em um movimento orientado pela informação e pelo *marketing*, que completa a mercadificação do espaço e fortalece desigualdades.

Quanto ao consumo, os princípios ético/morais que os orientam pressupõem o acesso de todos à terra e aos equipamentos e serviços necessários a uma vida digna. Mais uma vez, contraditoriamente, o consumo sob moldes capitalistas estreita as possibilidades de acesso coletivo ao solo, posto que também afirma a propriedade privada e a acumulação. Por isso é que o direito a um lugar e o acesso ao conjunto dos lugares da cidade é declarado enquanto prerrogativa de todos, mas é, ao mesmo tempo, negado para grande maioria das pessoas que não consegue atender aos mínimos requisitos financeiros. A própria cidadania é frequentemente conclamada enquanto atributo de todos os indivíduos e, como bem lembrou Milton Santos (2007), ela não só é atrofiada, como em alguns casos simplesmente não existe. Em vez de cidadãos, tornamo-nos cada vez mais “consumidores mais-que-perfeitos”, muitos dos quais permanentemente insatisfeitos por não conseguir adequar-se perfeitamente aos ditames do mercado. Isso tudo, conseqüentemente, desencadeia profundas lutas políticas pelo consumo do espaço, como o são os fóruns de reforma urbana e as táticas espaciais dos movimentos sem-teto e sem-terra.

Há também uma disputa por certos lugares em função da presença de determinados valores do espaço, assim como há outros lugares cuja criação se deu para acolher aqueles que se identificam com esses valores. Nesses casos, as aparências do espaço-mercadoria, em sua permanente sedução, induzem as classes sociais, sobretudo aquelas com fortes possibilidades e propensões aquisitivas, a pensar que, no ato do consumo, estariam apropriando-se de um valor-se-uso. Porém, o que elas adquirem é um bem qualquer. Quanto mais dotado de valores do espaço que referenciem certas preferências estéticas, mais disputados tornam-se esses espaços e maior se torna a capacidade de o capitalista obter a partir dele a chamada "renda monopolista", conforme esclarece Harvey (2006). Essas aparências, portanto, não apenas obscurecem o valor-de-troca do espaço, como também conduzem as escolhas dos indivíduos e classes sociais, de modo a reafirmar hegemonias e consolidar o *status quo*. Velho (1978), por exemplo, demonstra como as elites realizam escolhas residenciais sempre orientadas por símbolos de prestígio social.

Por isso, algumas classes preferem se localizar em bairros e áreas específicos da cidade. Cada bairro ou localidade da cidade corresponde a uma

aparência do espaço-mercadoria e cada uma dessas aparências indica uma posição na hierarquia social. As classes sociais, sobretudo as mais abastadas, apropriam-se de alguns lugares da cidade com base nessas aparências, reafirmando sua posição na hierarquia. Em função disso, também Milton Santos (2007) afirmava que o valor dos indivíduos depende de sua localização no espaço. A localização na cidade muitas vezes corresponde a um fator denotativo de certas preferências estéticas e, conseqüentemente, da classe social. No entorno dos diferentes lugares, portanto, desenvolvem-se redes diferenciadas de equipamentos e serviços, sempre em conformidade com as preferências ali hegemônicas. No processo de consumo, portanto, os espaços são segmentados segundo os valores e regras de convivência praticados. Para cada segmento há um conjunto valorativo distinto. Muitas vezes, alguns segmentos são constituídos para demarcar diferenças entre distintos modos de conviver. Nestes casos, tem-se uma fragmentação.

### ***Segmentação, segregação e fragmentação***

Conforme Carlos (2007a), é na escala do habitar, no conflito pelas apropriações sempre diferenciadas do espaço, que a desigualdade e, conseqüentemente, a diferenciação se apresentam de maneira mais clara. Nossa reflexão encontra aqui um ponto de inflexão importante. Há diferentes formas de diferenciação na escala do habitar e boa parte delas está envolta em uma verdadeira polissemia. Conceitos como os de segregação e o de fragmentação, por exemplo, têm sido usados na Geografia e nas demais ciências sociais de maneira semelhante ou extremamente diversa, o que tem causado algumas confusões teórico-metodológicas e imprecisões interpretativas. Nosso objetivo a partir de agora é refletir um pouco sobre os conteúdos e as diferenças de cada uma das mais importantes formas de diferenciação, atentando para três que jogamos importantes no estudo da realidade urbana periférica, quais sejam, a "segmentação", a "segregação" e a "fragmentação".

Acreditamos que a segmentação é o resultado imediato da produção e reprodução capitalista do espaço, correspondendo às formas mais singelas de sua

desigual apropriação. A segregação, diferente do que sugere Carlos (2013) e a maior parte dos estudiosos sobre o tema<sup>38</sup>, é um desdobramento específico, pouco comum e recheado de mediações do processo de segmentação. Trata-se, como bem pondera Vasconcelos (2004), de um conceito surgido em contextos sócio-históricos bastante específicos<sup>39</sup>, procurando caracterizar o encerramento forçado ou auto-induzido de determinados grupos sociais em frações do espaço em virtude de conflitos sociais de fundo étnico e/ou político, tais como os guetos de Varsóvia, a Berlim da Guerra Fria e os cinturões negros das cidades norte-americanas. Nesses casos, como em muitos outros, há uma apartação radical entre classes e/ou grupos sociais, de forma que a totalidade do tecido social encontra-se efetivamente dividido em termos econômicos, políticos e culturais. A segregação, neste sentido, pode criar pequenas deseconomias e obstáculos ao permanente processo de acumulação, pois muitas vezes cria barreiras à circulação de mercadorias e ao consumo do espaço. Na simples segmentação, por outro lado, apesar de socialmente dividido, o espaço ainda se encontra muito mais integrado, sobretudo do ponto de vista econômico. Há uma circulação mais livre de mercadorias e os diferentes segmentos podem ser frequentados e consumidos por todos aqueles que apresentam propensões aquisitivas, independentemente de sua aparência ou lugar de origem.

Não pretendemos, com essa primeira distinção conceitual, dar margem a qualquer tipo de interpretação espacializada da realidade brasileira adjacente às ideias claramente conservadoras de cordialidade e fraternidade entre as classes e raças, como aquelas que fundamentam a tese freyriana da democracia racial. Acreditamos, inclusive, que o racismo e o preconceito de classe (e suas respectivas expressões espaciais) são concretamente mais fortes no Brasil do que nas sociedades onde tais fenômenos sociais ocorreram de maneira supostamente

---

<sup>38</sup> Para a grande maioria dos autores, a segregação corresponde à manifestação espacial das diferenças sociais, ou à acentuação da divisão social do espaço (SORBAZO, 2000).

<sup>39</sup> O conceito de segregação surgiu junto aos modelos sistemáticos de estudos das cidades norte-americanas, formulados por importantes pensadores da famosa "Escola de Chicago". As cidades periféricas, por outro lado, possuem especificidades que inviabilizam a irrestrita utilização desses modelos. Por isso é que, para Vasconcelos (2004), a segregação não é um conceito plenamente aplicável à realidade brasileira. Por outro lado, a ausência das condições sócio-históricas a partir das quais o conceito foi inicialmente utilizado não desautoriza definitivamente sua aplicação atual, até por que, como observou Souza (2013), ele já tem sido usado por diferentes grupos sociais para designar processos reais em suas vidas, estando presente também nos mais profícuos debates sobre as desigualdades e os conflitos urbanos periféricos.

mais explícita. No espaço segmentado há, naturalmente, embargos e restrições de acesso movidos por preconceitos e intolerâncias. O mercado imobiliário de hoje também tem se especializado em produzir segmentos diferenciados e destinado a determinadas classes que, por meio de interdições simbólicas, promovem fortes restrições ao acesso daquelas pessoas consideradas “perigosas”. Entretanto, quando se leva em consideração a realidade urbana de muitos países, sobretudo os periféricos, os discursos discriminatórios e todo o aparato restritivo poucas vezes são efetivamente capazes de interditar completamente a dinâmica social e a circulação de mercadorias. A presença de determinadas classes em segmentos onde elas “não deveriam estar” acaba se dando de uma forma ou de outra, nem que seja de maneira subordinada e/ou hostil, como são os casos das pessoas negras e pobres em *shopping centers*. Uma pessoa de origem pobre também pode adquirir sem grandes impedimentos um lugar em um bairro nobre, desde que apresente condições econômicas para tal, como fazem muitos narcotraficantes que mantêm suas atividades baseadas nas favelas mas moram em bairros de classe média alta.

A segmentação, portanto, muitas vezes baseia-se no estabelecimento de embargos e restrições espaciais. Mas, diferente da segregação, nela não há uma clara tentativa de bloqueio e separação. Talvez vale considerar, para fins dessa distinção conceitual, o que Vasconcelos (2013) chamou de “justaposição” e “separação” espaciais. Na segmentação haveria justaposição, na segregação, separação. Neste mesmo sentido, Sposito (2013b, p. 65) afirma que:

“[...] só cabe a aplicação do conceito de segregação quando as formas de diferenciação levam à separação espacial radical e implicam rompimento, sempre relativo, entre a parte segregada e o conjunto do espaço urbano, dificultando as relações e articulações que movem a vida urbana”.

Consideramos, portanto, que a segmentação é uma diferenciação que resulta de maneira imediata do processo de valorização e consumo capitalista do espaço. A segregação, por sua vez, é uma forma particular e muito mais cruel de diferenciação, baseada na separação. Podemos considerar como exemplo de segmentação a justaposição de bairros, com perfis socioeconômicos diferentes, e de segregação os condomínios e loteamentos fechados encravados do tecido da cidade, podendo situar-se entre diferentes segmentos (Figura 02).

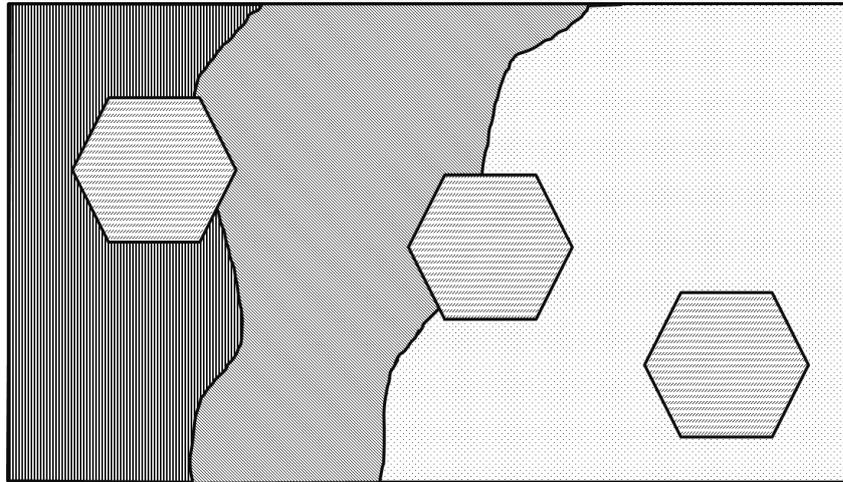


Figura 02: Esquema ilustrativo da segmentação e da segregação; Nota: As diferentes texturas indicam diferentes segmentos do espaço, os hexágonos indicam os espaços segregados; Elaboração: Otávio Santos, 2016

Mesmo assim, ainda é extremamente forçoso afirmar, por exemplo, que um loteamento auto-segregado como *Alphaville*<sup>40</sup> advém do mesmo processo que um condomínio fechado de classe média baixa com apartamentos de até quarenta metros quadrados, apenas por que se tratam de enclaves com muros e que resultam claramente de um processo de diferenciação por separação. Quando se faz isso, omite-se formalmente os conteúdos e atenta-se unicamente para as formas. Mesmo mantendo inegáveis semelhanças, o segundo tipo de enclave possui características tão diversas que inviabilizam situa-lo no mesmo patamar que o primeiro. E o que dizer dos condomínios edilícios, dos parques privados e de toda sorte de espaços para o lazer construídos sob processos de diferenciação por separação? Podemos afirmar que são apenas exemplos de espaços segregados? Conforme Sposito (2013), acreditamos que o conceito de segregação não é suficiente para tratar das mais diversas formas de diferenciação espacial por separação, ainda mais diante do atual processo de pulverização da vida social ocasionadas pelas estratégias privatizantes do capital. Quando o assunto são as mudanças espaciais contemporâneas em diversas esferas da vida social, envolvendo desde o aprofundamento da segmentação e da segregação, é preferível falar em fragmentação. Este último processo corresponde a algo que,

<sup>40</sup> O Alphaville é um loteamento fechado de alto padrão presente em diversas cidades brasileiras, cujo primeiro empreendimento foi construído nos anos 1960 entre os municípios de Barueri e Santana do Parnaíba, na Região Metropolitana de São Paulo.

sem contrastar com a segregação, vai muito além dela (SPOSITO, 2013; SPOSITO & GOES, 2013; SOUZA, 2000, 2008).

O tema da fragmentação, como bem lembra Souza (2000), popularizou-se recentemente e tem sido utilizado para os mais diversos fins, sobretudo o de caracterizar as desigualdades socioespaciais intensificadas pelo processo de globalização. Para Salgueiro (1998), a fragmentação diz respeito ao aumento da diferenciação e a existência de rupturas entre grupos sociais nas cidades pós-industriais. Tendo como referência as cidades europeias, Donzelot (1999) afirma que a antiga "questão urbana" desenvolvida no bojo da sociedade fordista em função das aglomerações dos pobres urbanos, dos problemas socioambientais e dos conflitos sociais, foi substituída pela "nova questão urbana". Segundo sua visão, essa questão aparece quando do declínio do fordismo, mais precisamente quando o urbanismo funcionalista é substituído pelo "urbanismo de afinidades" que fragmenta a cidade. Vasconcelos (2013) considera a fragmentação um complexo de usos desconexos ou mal articulados, produzido pelo mercado imobiliário e pelo Estado.

A partir do exemplo da cidade de São Paulo, Milton Santos (1990) afirmou que a produção do espaço é cada vez mais comandada por grandes corporações e, em função disso, os pobres estão cada vez mais isolados e com sua mobilidade reduzida. A fragmentação, segundo este autor, advém desse fracionamento da cidade em espécies de "guetos". Souza (2000, 2008), por sua vez, prefere falar em "fragmentação do tecido sociopolítico-espacial", sendo ela o conjunto de conflitos e tensões que frequentemente desafiam o controle territorial estatal, correspondendo à territorialização dos grupos criminosos e as estratégias espaciais defensivas das classes sociais mais abastadas. O autor ainda acrescenta que a cidade resultante dessa fragmentação compõe uma unidade do ponto de vista econômico, mas é fraturada sociopoliticamente, de forma que seu caráter congregador é sistematicamente relativizado. No mesmo sentido, Préteceille (1997, p. 65) afirma que a fragmentação "[...] resulta das tensões sociais, quase sempre explosivas, ligadas ao aumento da pobreza e da 'exclusão social', bem como ao crescente sentimento de insegurança".

Mesmo divergentes da perspectiva teórica aqui utilizada, as propostas de Souza e Prêteceille parecem-nos interessantes, na medida em que põem a questão dos conflitos e do medo no cerne do processo. Segundo Souza (2008), o medo generalizado se alastra exatamente nas cidades fragmentadas, levando ao tratamento militarizado de seus problemas. Analisando as cidades brasileiras, este autor chega a se referir a “Fobópoles”, isto é, a cidades onde o medo e a percepção do risco são demasiadamente determinantes do cotidiano. De fato, é a partir do sentimento do medo que se projetam e se objetivam as transformações urbanas e com base nele que as classes sociais disputam e fragmentam o espaço no ato do consumo.

Partindo da ideia de que os afetos e o corpo são os grandes determinantes da sociabilidade e da política, Safatle (2015) muito acertadamente explica que o sentimento do medo é o principal definidor dos “circuitos dos afetos”<sup>41</sup> nas sociedades modernas e liberais. A ideia tornada hegemônica de uma sociedade fundada em um pacto entre indivíduos proprietários sem qualquer relação natural, para que o pandemônio entre lobos seja evitado, já evidencia o medo como princípio ético/moral<sup>42</sup>. Esse elementar sentimento humano vê-se cada vez mais intensificado nas cidades periféricas em função das contravenções e da violência, sendo também manejado por um mercado de segurança privada cada vez mais robusto e por preconceitos de todos os matizes.

Por isso é que surgem as estratégias defensivas (mas também escapistas) das classes mais abastadas, que passaram a construir seus “territórios exclusivos” (SEABRA, 2004). Em função da difusão dos condomínios e loteamentos fechados, tem-se uma cidade cada vez mais dividida entre aqueles que estão “entre-muros” e aqueles que estão “além-dos-muros”, sendo o muro a fronteira que delimita

---

<sup>41</sup> Segundo Safatle (2015), os indivíduos produzem crenças, desejos e interesses, adotando certos comportamentos e recusando outros, criando assim circuitos de afetos. Seja na vida cotidiana ou na política, os indivíduos produzem constantemente afetos a partir dos quais mobilizam sua adesão no tecido social. A política, portanto, é um modo de produção de circuitos de afetos. E o sistema capitalista, com todas as suas vicissitudes econômicas e políticas, reproduz-se com base no manejo de nossos afetos.

<sup>42</sup> É o medo da despossessão, da morte violenta e da “guerra de todos contra todos” que obriga os indivíduos a criar o Leviatã, segundo Hobbes. O Estado surge com a dupla função de bombeiro e de piromaníaco, conforme adverte Safatle ao comentar essa via de entendimento. Bombeiro por que tende a evitar o genocídio mútuo pela via da constituição de um contrato que estabelece o raio de ação de cada um, mas ao mesmo tempo piromaníaco por que tal contrato apenas se estabelece por meio do usufruto exclusivo do poder e da violência. De toda forma, o medo permanece sempre presente, se não evidente pela violência direta, ao menos a latente diante das ações do Estado.

diferentes formas de conviver. Aqueles que se encontram entre-muros vivem de acordo com certas regras de convivência social e aspiram a certos gostos e preferências estéticas. Os que estão além-dos-muros, supõe-se, possuem outros valores e preferências. A fronteira não é rígida, muito menos intransponível, pois as diferentes formas de sociabilidade e de consumo do espaço frequentemente se imbricam ou invadem umas às outras, criando mal-estar. Os muros evitam sistematicamente tal mistura, sendo essa uma de suas principais funções. Mas as interdições dificilmente conseguem conter as “transgressões” ou os “amalgamas”, evidenciando o fato de que os muros são quase sempre “porosos” e que os espaços nunca estão totalmente fechados. O quadro abaixo sintetiza os conceitos até então apresentados (Quadro 02):

Quadro 02: Síntese dos conceitos apresentados

<i>Valorização do espaço</i>	<i>do</i>	Processo por meio do qual o homem, em seu agir teleológico, vai criando valores, transformando ao mesmo tempo o entorno onde vive.
<i>Consumo do espaço</i>		Apropriação de parcelas do espaço, seja para fins produtivos (consumo produtivo) ou para suprir suas necessidades de moradia e lazer (consumo improdutivo)
<i>Produção do espaço</i>		Totalidade do processo por meio do qual o espaço é construído pelo homem em sua ação transformadora sobre a natureza
<i>Reprodução do espaço</i>	<i>do</i>	Processo de valorização e consumo do espaço pautado em uma reestruturação ou intensificação do trabalho morto já acumulado ao solo
<i>Diferenciação espacial</i>		O espaço, graças ao desigual processo de valorização e consumo, é produzido de maneira diferenciada, podendo apresentar-se de forma segmentada, segregada ou fragmentada
<i>Segmentação</i>		Resultado direto da produção capitalista do espaço, correspondendo muito mais às formas desiguais de seu consumo
<i>Segregação</i>		Forma mais rígida de diferenciação baseada na separação, onde o espaço é dividido por enclaves, muitos dos quais fortificados.
<i>Fragmentação</i>		Processo de pulverização do tecido social e do espaço público em função da difusão de um estilo de vida entre-muros, o que muitas vezes implica a atuação conjunta e intensa da segmentação e da segregação
<i>Vida entre-muros</i>		Cotidiano dos grupos sociais que tem no sentimento do medo o seu principal valor ético/moral

Elaboração: Otávio Santos, 2017

## ***O espaço público***

Há, também um processo de diferenciação mais essencial e que subjaz todos os demais citados, sendo ele o responsável pela distinção entre o privado e o público. Ainda quando das transformações mais elementares do espaço, um espaço de uso coletivo é constituído, sendo ele destinado a ação política. Hannah Arendt (2000) explica que o privado é a esfera da necessidade, da vida familiar, já o público é a esfera da liberdade e, por isso mesmo, da política. Essa segunda esfera, segundo a autora, seria o lugar da ação, do agir político, que não pode prescindir da convivência e da experiência entre os homens para além de suas necessidades e interesses privados. Essa esfera se materializa no espaço público, um espaço que é produzido como os demais, mas que não é propriamente destinado ao consumo, muito menos ao consumo produtivo. Além da acessibilidade universal, sua função é servir de base material para o cotejamento entre diferentes posições e para o arranjo do governo da sociedade.

É exatamente essa contradição público-privado, segundo Carlos (2016), que fundamenta a práxis, que funda as relações sociais. O *oikos*, lugar a partir do qual o indivíduo lança suas teias de relações, encontra na *ágora* o lugar de onde se define coletivamente as transformações do mundo e a arrumação do trabalho e do consumo. No mundo contemporâneo, porém, essa contradição revela a extensão da privação. O espaço público vê-se cada vez mais minguado, posto que a propriedade privada e a valorização com vista à constituição da mais-valia penetra sob todos os poros das atividades humanas. Em razão disso é que o espaço se torna cada vez mais segmentado, segregado e fragmentado. Portanto, no mundo contemporâneo, o espaço público é aquele onde ainda prevalece o valor-de-uso, ou onde o capitalismo ainda não impôs de maneira plena o valor-de-troca. Quando produzido sob o fito de gerar mais-valia, o espaço se torna uma mercadoria. Uma mercadoria especial, pois também é condição e meio do ininterrupto processo de valorização. O valor-de-troca, nesse caso, se impõe, constituindo uma dialética entre valor-de-uso e valor-de-troca no ato social do consumo. Contudo, no espaço público, o valor-de-troca não se estabelece integralmente, de forma que esse

espaço passa a ser definido muito mais por sua utilidade imediata, do que por sua destinação ao mercado.

O espaço público sempre constituiu o suporte para o complexo da política, um dos muitos complexos sociais com base nos quais a reprodução social é garantida. Ele, entretanto, possui um caráter duplo. Por um lado, funciona como resultado e sustentáculo das relações de produção. Por outro lado, abre possibilidades para o novo e para trajetórias sociais divergentes que, inclusive, podem questionar os fundamentos da produção. Assim, o espaço público é aquele capaz de fugir ao cálculo capitalista de valorização e consumo visando à acumulação. Não por acaso, seu alargamento tem sido apontado como resistência. Não apenas uma resistência do político frente ao econômico, o que significaria a ampliação do Estado (lugar por excelência da política), mas uma resistência a todo o sistema. Neste sentido, muitos dos atuais movimentos sociais buscam avigorar esse segundo caráter do espaço público, que é o de abertura para o novo, seu sentido político mais profundo.

O fortalecimento do espaço público enquanto via para o surgimento do novo não implica necessariamente que se desconsidere as possibilidades para uma superação do sistema tomando-se proveito daquilo que o Estado oferece. Poulantzas (1985), por exemplo, afirmou que o Estado correspondia a uma relação de forças. Isso nos leva mais uma vez a constatação de que o sistema capitalista não é um bloco coeso. Além de suas contradições naturais, a atividade política que ele mesmo engendra, com sua relativa autonomia frente à base infra-estrutural da sociedade, pode apontar algo inteiramente novo. De certa forma, Mézáros (2015) concorda com essa perspectiva ao afirmar que o Estado constitui hoje a "montanha" a ser conquistada na luta pela derrocada do capitalismo. Entretanto, este autor também afirma que é preciso reformular esse Estado, no sentido de reconhecer sua falência, superar as ilusões do liberalismo democrático e da gestão do capitalismo e, assim, partir para seu resgate sobre outras bases, onde a "democracia substantiva" e a "igualdade substantiva" sejam os grandes referenciais (MÉSZÁROS, 2015, 2008).

Independente da perspectiva, o espaço público é de fato o lugar da ação política, pois é o lugar da experiência, conforme asseveram Arendt (2000) e

Benjamin (1994). Este último autor, por sua vez, distingue a experiência da vivência. A experiência estaria relacionada à tradição e à memória coletiva, já a vivência estaria relacionada a vida privada. Nas sociedades modernas, afirmou Benjamin e reiterou Sennet (1989), há um declínio da vida pública, isto é, da experiência. Estudando a moderna sociedade europeia, Benjamin (1994) ainda afirmava que havia uma intensificação da vivência, da vida privada, posto que as experiências de choque presentes no mundo moderno – choques em relação às antigas certezas – inviabilizam a plena elaboração cognitiva do percebido, criando uma consciência fechada na vivência ou no esforço de evitar outros choques. Trata-se, portanto, de uma consciência incapaz de compreender e julgar o real, que não prevê o compartilhamento e a vida pública. Este autor nos leva a pensar, conforme muito bem deduz Serpa (2016), na impossibilidade da esfera pública, dada a situação de isolamento dos indivíduos.

\*\*\*

Em posse dessas considerações preliminares a propósito da valorização, do consumo e das formas de diferenciação do espaço no capitalismo, podemos enfim tornar à questão posta no início acerca dos enclaves fortificados e da fragmentação do espaço na periferia do capitalismo.

## 2.2 Condomínios e Loteamentos fechados - exemplos emblemáticos e periféricos de fragmentação

Muito mais que uma simples forma contemporânea de habitar a cidade, os condomínios constituem o exemplo mais eloquente da fragmentação do espaço urbano na periferia do capitalismo. Não se trata, obviamente, de uma exclusividade dessas regiões, mas algo que, sem sombra de dúvidas, caracteriza decisivamente os desdobramentos mais recentes de sua urbanização. Neste subcapítulo, procuraremos demonstrar o que, afinal de contas, significam esses enclaves no contexto das grandes cidades periféricas, dando especial atenção às cidades latino-americanas. Antes, porém, necessitamos revisar algumas das principais características do próprio processo de urbanização.

### ***Urbanização na periferia do capitalismo***

A valorização e o consumo desiguais do espaço até então caracterizados podem ser também compreendidos nos marcos do atual processo de urbanização do mundo. Neste sentido, é preciso atentar para a perspectiva metodológica da construção global de uma “sociedade urbana”. Essa concepção é amparada no pensamento de Lefebvre, para quem a cidade deve sempre constituir a reflexão inicial do processo de produção do espaço. Para Lefebvre (1999; 2008), há uma diferença entre cidade e urbano, pois, segundo este filósofo, a cidade é a materialidade próxima, o prático-sensível. O urbano é a dinâmica que redimensiona a referida materialidade. A cidade é anterior ao urbano, ela é a maior de todas as obras humanas, lugar da política e do comércio. O urbano, por outro lado, surge do valor-de-troca, da indústria e do mercado capitalista. O mundo vem passando por um conflituoso processo de transformações sociais e ambientais em direção à uma “sociedade urbana” global. Essa sociedade urbana, por sua vez, não designa um objeto dado, posto tratar-se muito mais de uma tendência, um movimento que

nasce desde as questões impostas pela industrialização até o momento atual, onde o mundo é majoritariamente urbano.

Neste sentido, faz-se necessário compreender a urbanização enquanto processo espacial cujo entendimento requer que se leve em consideração os valores **do** e **no** espaço, uma vez que se trata de algo que vai além de sua expressão material e próxima, sendo também os processos sociais que transformam essa materialidade. A cidade, conforme mencionado, é um acúmulo de valores do espaço, mas sobre eles incidem certas atividades teleologicamente orientadas, algumas destinadas a criar determinados valores do espaço, outras a criar valores que circulam pelo espaço, promovendo transformações espaciais de forma indireta e cujo maior resultado é o redirecionamento de todo o processo.

Lefebvre (1999; 2008) ainda afirmava que a industrialização induziu uma série de transformações socioespaciais, quais sejam: os processos de implosão da cidade-política; explosão do espaço habitado; redirecionamento do mundo rural, fazendo-o existir em função do urbano. A cidade que existia a partir de valores-de-uso transformou-se com a industrialização, e a centralidade da mercadoria no mundo moderno fez com que tudo passasse a possuir um valor-de-troca<sup>43</sup>. Nesse conflituoso transcurso histórico, o sentido de *polis* foi suplantado e o espaço público pulverizado. Em vez de lócus privilegiado da atividade política como em outrora, a *Coketown* – para empregar o termo usado por Mumford (1982) e oriundo do romance de Charles Dickens – surgida a partir da cidade industrial é o lugar da mercadoria, cujas grandes modificações espaciais procuram dar respaldo a reprodução do regime então hegemônico, incluindo as condições de reprodução coletiva da força de trabalho. Neste sentido, a urbanização caracteriza-se pela: elevação do mundo da mercadoria; por um esmaecimento do espaço público; e pela desigualdade. Trata-se, assim, de um fenômeno que se esteia em conflituosos processos de diferenciação.

---

<sup>43</sup> “[...] Com a indústria, tem-se a generalização da troca e do mundo da mercadoria, que são seus produtos. O uso e o valor de uso quase desapareceram inteiramente, não persistindo senão como exigência do consumo de mercadorias, desaparecendo quase inteiramente o lado qualitativo do uso. Com tal generalização da troca, o solo tornou-se mercadoria; o espaço, indispensável para a vida cotidiana, se vende e se compra. Tudo o que constitui a vitalidade da cidade como obra desapareceu frente à generalização do produto [...]” (LEFEBVRE, 2008, p. 83).

Lembre-mos de que a mais elementar expressão da segmentação no espaço corresponde àquela caracterizada pelas diferentes formas de morar que, quase sempre, evidenciam as desigualdades socioeconômicas. Excelente descritor das condições espaciais do início da industrialização europeia, Friedrich Engels produziu o mais completo relato da segmentação do espaço das cidades inglesas em sua obra “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, de 1845. Em capítulo onde descreveu as condições de moradia dos operários ingleses, Engels já discriminava o surgimento dos primeiros bairros pobres modernos, tão comuns nas cidades de hoje:

Todas as grandes cidades [inglesas] têm um ou vários bairros pobres onde se concentra a classe operária. É certo que muitas vezes a pobreza habita tugúrios escondidos perto dos palácios dos ricos; mas, de uma maneira geral, é-lhe atribuído um terreno à parte, longe das vistas das classes mais felizes, onde o proletariado se governa sozinho, bem ou mal. Estes bairros miseráveis são organizados da mesma forma em quase toda a Inglaterra e constituídos pelas piores casas, nas zonas piores da cidade. As mais das vezes, são edifícios de dois andares, ou mesmo térreos, em tijolo, alinhados em longas filas, se possível com caves habitadas e quase sempre irregularmente construídos. Estas pequenas casas de três ou quatro compartimentos e uma cozinha constituem vulgarmente em toda Inglaterra, exceto em alguns bairros de Londres, o tipo de habitação da classe operária. As próprias ruas, habitualmente, não são nem planas, nem pavimentadas; são geralmente sujas, cheias de detritos vegetais e animais, sem esgotos e cobertas de poças de água estagnada e fétida. A ventilação é dificultada pela construção deficiente e confusa de todo o bairro, e como muitos indivíduos ali vivem num reduzido espaço, é fácil imaginar o ar que se respira nesses bairros operários (ENGELS, 1975 [1845], p. 47) (acréscimos nossos).

A urbanização diz respeito, em resumidas contas, a um pujante e caótico processo de valorização e consumo desiguais do espaço, com imbricadas e profundas repercussões políticas, ambientais e sociais, que levam sempre a um processo de segmentação. Exatamente por isso é que sempre incitou e, muitas vezes, até se baseou em práticas institucionais concebidas a partir de conhecimentos parcelares, destinadas à reconstrução e ordenamento da cidade. O urbanismo, como são chamadas tais práticas, é a ciência responsável pela reinvenção da realidade urbana, depois de sua destruição pelo Capital, conforme asseverou Lefebvre (2001). Para essa ciência, alicerçada no racionalismo operatório, é preciso gerir o “caos urbano” e as formas de habitar, sendo essas

atividades uma das principais responsabilidades do complexo social Estatal. A esse ente, portanto, cabe a tarefa de valorizar os espaços consoante ao modelo de acumulação hegemônico, bem como reger e administrar o seu consumo, observando-se os preceitos e metodologias do ideário modernista.

O urbanismo modernista surgiu na esteira do processo de reinvenção da realidade urbana, calcado no racionalismo tecnicista e operatório, assim como em um conjunto fragmentado de conhecimentos pretensamente ilibados por uma conotação de neutralidade. Seus modelos analíticos, cuja melhor expressão é a própria Carta de Atenas de 1933, baseiam-se em setorizações do espaço e esquematismo simplistas que frequentemente levam à crença de uma permanente “disfunção urbana”<sup>44</sup>. Tal disfunção, portanto, devendo ser objeto de intervenções, cujo objetivo precípua é arranjar o espaço de maneira funcional, revalorizando-o e redefinindo seletivamente as formas de consumo, segundo os hábitos do “homem moderno”. Não é de se estranhar que, no transcurso das experiências de aplicação desses preceitos, algumas classes sociais e suas respectivas formas de sociabilidade, tidas como não-modernas, tenham sido desconsideradas. O caráter muitas vezes higienista e impiedoso das reformas urbanas sempre deixou claro os seus reais objetivos políticos. Ao falar das cidades europeias no século XIX, por exemplo, Hobsbawn (2004, p. 295) afirmou que:

Para os planejadores de cidades, os pobres eram uma ameaça pública, suas concentrações potencialmente capazes de se desenvolver em distúrbios deveriam ser cortadas por avenidas e bulevares, que levariam os pobres dos bairros populosos a procurar habitações em lugares não especificados, mas presumidamente mais sanitizados e certamente menos perigosos [...].

Por isso, os habituais processos de realocação das classes mais pobres para as “regiões periféricas” da cidade, criando uma estrutura espacial urbana segmentada e cujos modelos concêntricos da Escola de Chicago são sua melhor representação. As periferias, desde então, passaram a ser o lugar dos mais pobres e de onde frequentemente insurgiam princípios ético/morais e estéticos diferentes daqueles vivenciados nas regiões centrais, bem como ações políticas que, se por um lado almejavam a garantia dos meios mais essenciais de reprodução da classe trabalhadora (moradia, serviços e equipamentos públicos), por outro lado

---

<sup>44</sup> Leia-se, uma incompatibilidade entre o processo imediato de trabalho e os valores do espaço, isto é, entre o conteúdo e a forma.

questionavam o próprio sistema. Foi na periferia das grandes cidades europeias que surgiram o movimento sindicalista e as mobilizações sociais por melhores condições de trabalho. Vêm das periferias também as lutas pela identidade e pelo reconhecimento das distintas formas de consumo do espaço.

O supracitado modelo moderno de urbanismo foi parcialmente transposto para a periferia do capitalismo, sendo o responsável, entre outros fatores históricos, pelo crescimento de suas principais cidades e pelo acirramento das desigualdades. Na verdade, há diferenças fundamentais entre a urbanização desses países e aquela que ocorreu nas regiões ricas e desenvolvidas, diferenças essas que são facilmente percebidas quando tomamos em consideração as paisagens e as condições de trabalho. Devido à própria posição histórica na divisão internacional do trabalho e o contexto de empobrecimento alavancado pelas políticas econômicas neoliberais, as cidades das regiões periféricas são notadamente mais pobres e desiguais. Suas paisagens, caracterizadas pela conflituosa coexistência entre áreas opulentas e áreas de extrema miséria deixa isso tudo muito visível. Outra diferença é a existência muito mais numerosa de “trabalhadores sem emprego e renda fixos”<sup>45</sup> que, como bem descreveu Santos (2004b), constituem o chamado “circuito inferior da economia”.

No intuito de caracterizar a urbanização nos países “subdesenvolvidos”, Milton Santos (2008) havia afirmado que não houve, nesses países, uma passagem da população do setor primário, para o secundário e, depois, deste para o terciário, tal como ocorreu no mundo desenvolvido. Pelo contrário, a urbanização periférica sempre foi terciária<sup>46</sup>. Entretanto, esse setor sempre se apresentou de

---

<sup>45</sup> Sabe-se que o Capital tende a reduzir a massa de trabalho vivo engajado na produção, como forma de reduzir os custos de produção ou como resultado do aumento da produtividade do trabalho empregado. Por isso, em todos os lugares do mundo, mas sobretudo nas regiões periféricas, tem-se a constituição de um enorme contingente de trabalhadores desempregados ou subempregados, descrito por Marx como “exército industrial de reserva”. Nos países periféricos, esses trabalhadores sem emprego e renda fixos, tornados mecanismos exemplares de controle da massa trabalhadora empregada, frequentemente recorrem às atividades terciárias informais para garantir sua reprodução. A informalidade, portanto, é uma das muitas formas precárias de trabalho e que, no caso do setor de distribuição e serviços, serve para que se efetivem de todas as formas a circulação e o consumo de mercadorias (ANTUNES, 2009, 2011).

<sup>46</sup> Poder-se-ia pensar, em função disso, que a urbanização na periferia do capitalismo não é produto da industrialização, conforme havia sugerido Lefebvre. Entretanto, é preciso lembrar que o capitalismo é um modo de produção global, um sistema-mundo como diria Wallerstein (1974) e suas transformações muitas vezes localizadas repercutem-se para todo o mundo. Neste sentido, o processo de industrialização, mesmo que majoritariamente localizado na Europa, suscitou o conjunto de transformações socioeconômicas que resultaram, ainda que indiretamente, na

maneira dividida, posto ser constituído por dois circuitos. Há, dessa forma, um circuito superior da economia urbana, formado pelas grandes firmas, pelos bancos e pelas demais atividades formais, e um circuito inferior formado pelas atividades de menor escala, geralmente informais<sup>47</sup>. Segundo o autor, o caráter contraditório e ao mesmo tempo complementar desses circuitos torna a urbanização periférica ainda mais peculiar (SANTOS, 2004b). Neste sentido, pode-se dizer que os processos de valorização e consumo do espaço nas cidades periféricas realiza-se com base em duas dimensões distintas e interdependentes, mas cujo circuito inferior apresenta-se muito mais numeroso em comparação ao dos países desenvolvidos.

O maior número de atividades ligadas ao circuito inferior indica uma predominância muito maior, nas cidades periféricas, de um "operariado urbano informal"<sup>48</sup>. Longe de ser uma exceção, como nas economias centrais, essa espécie de *lumpemproletariado*<sup>49</sup> é a regra na maioria dos países periféricos, correspondendo a uma fatia representativa de sua população. Jessé de Souza (2003) refere-se a essas classes como "ralé social", demonstrando que esses trabalhadores super explorados muitas vezes são vistos como inaptos a qualquer outro tipo de atividade. Entretanto, mesmo diante da ausência de uma organização política nos moldes do operariado europeu, esses "hiperprecarizados"<sup>50</sup> (SOUZA,

---

urbanização da periferia. Além disso, é preciso lembrar que esse processo se viu intensificado exatamente na esteira da industrialização tardia do chamado "Terceiro Mundo".

<sup>47</sup>A informalidade tem sido historicamente entendida enquanto atividades que se desenvolvem à margem da legislação e nos limites do mercado, além de um aspecto denotativo de atraso socioeconômico. No entanto, ela não deve ser vista apenas do ponto de vista legal, mas também político-econômico e sua existência ressalta muito mais a especificidade da economia urbana na periferia do capitalismo do que resultado de um hipotético atraso. É neste sentido, inclusive, que Milton Santos formula sua tese, evidenciando a existência de dois circuitos que, em vez de opostos e indiferentes, articulam-se dialeticamente.

<sup>48</sup>A rigor, não há uma divisão clara e determinada entre formalidade e informalidade. Desde o processo de reestruturação produtiva da segunda metade do século XX, pode-se dizer que as formas de trabalho modernas que não se encaixam plenamente no modelo hegemônico capitalista têm sido progressivamente sujeitas às mesmas exigências de competição e produtividade e, por isso, têm se tornado funcionais ao capitalismo (TAVARES, 2004). Não se pode, portanto, incorrer o erro de compreender o trabalho informal como uma modalidade de trabalho não capitalista. Pelo contrário, ele é funcional à acumulação sistêmica do Capital, estando conforme sua lógica de valorização e circularidade. O que o distingue, na verdade, é muito mais a forma últraprecária com que se realiza (ANTUNES, 1995, 2011).

<sup>49</sup> Terminologia frequentemente usada pela literatura marxista para designar os trabalhadores informais sem renda fixa, tratados muitas vezes com desprezo pelos próprios Marx e Engels.

<sup>50</sup> Termo proposto por Marcelo Lopes de Souza para designar os trabalhadores sem trabalho e renda fixos nos países periféricos, a fim também de evitar o uso do termo "lumpemproletariado" que, segundo o autor, referencia-se no pensamento marxista tradicional e na realidade europeia de

2009) não constituem uma massa amorfa, sendo também sujeitos na produção do espaço e na resistência ao modelo hegemônico de valorização e consumo. Em resumo, pode-se afirmar que há diferentes patamares no processo de produção do espaço nas cidades periféricas, dos quais são notavelmente mais marcantes aqueles desenvolvidos no circuito inferior e desempenhado pelo operariado urbano informal.

Com base nessas constatações, Mike Davis (2006) afirma haver uma verdadeira generalização dos "slums", sendo esse modo de valorização e consumo do espaço o maior distintivo da urbanização no chamado "Terceiro Mundo". Segundo este autor, a urbanização tem se dado de forma muito mais intensa nos países "subdesenvolvidos", mas ela resguarda muito pouca coisa daquela ocorrida nos países industrializados europeus, uma vez que tem se dado de maneira muito rápida e, na maior parte dos casos, pela via da "reprodução da pobreza". Tendo em vista o fato de que a maior parte das grandes metrópoles atuais se localizam nos países periféricos, esse autor prevê que:

[...] as cidades do futuro, em vez de feitas de vidro e aço, como fora previsto por gerações anteriores de urbanistas, serão construídas em grande parte de tijolo aparente, palha, plástico reciclado, blocos de cimento e restos de madeira. Em vez das cidades de luz arrojando-se aos céus, boa parte do mundo urbano do século XXI instala-se na miséria, cercada de poluição, excrementos e deterioração (DAVIS, 2006, p. 28-29).

Davis também esclarece que essa mega-urbanização precária é "[...] apenas uma das várias descidas inesperadas para as quais a ordem mundial neoliberal vem direcionando o futuro" (*Ibidem*, p.26). Por isso, no seu entendimento:

[...] o capitalismo neoliberal, a partir de 1970, multiplicou exponencialmente o famoso cortiço Tom-All-Along de Charles Dickens em *A casa soturna*. Os favelados, embora sejam apenas 6% da população urbana dos países desenvolvidos, constituem espantosos 78,2% dos habitantes urbanos dos países menos desenvolvidos; isso corresponde a pelo menos um terço da população urbana mundial (*Ibidem*, p. 34).

Esse enorme contingente de favelas, entretanto, não está apenas localizado nas áreas mais distantes do centro das grandes cidades periféricas, mas também

---

séculos passados. As principais lutas e movimentos sociais urbanos em países como o Brasil, segundo este autor, tem por base a atuação desses hiperprecarizados.

nas próprias áreas centrais. As invasões de terrenos em áreas centrais e, como diria Abramo (2010), o "subcomércio informal de moradias em assentamento consolidados" permitem a fixação dos pobres no centro. Por isso mesmo, no mundo periférico, a periferia urbana deve ser entendida muito mais pelo seu conteúdo do que por sua localização no mapa da cidade. A estrutura espacial das cidades periféricas nem sempre obedece à lógica mais tradicional centro-periferia, advindas dos modelos geométricos de interpretação das cidades anglo-saxônicas.

O urbanismo, portanto, que havia surgido na Europa para dar conta das disfunções urbanas e solucionar a questão da habitação da classe operária, torna-se completamente obsoleto frente a essa realidade. Suas metodologias modernistas de compartimentação sintática do espaço entre centro, periferia, áreas residenciais, comerciais, eixos viários etc., não fazem qualquer sentido em cidades onde a pobreza emana de todos os lugares, onde os espaços manifestam a coexistência de diferentes tempos e os conteúdos frequentemente subvertem as formas espaciais<sup>51</sup>. A matriz modernista/funcionalista do urbanismo, por sua vez, não compreende o fato de que, na periferia do capitalismo, o ilegal se sobrepõe ao legal e, por isso mesmo, comete o equívoco de considerar como "subnormal" aquilo que concretamente deveria ser tratado como normal. Essa transposição de ideias constituídas em outras realidades ao contexto urbano periférico, bem como a desconsideração dessa realidade concreta nas ideias urbanísticas é uma das marcas do urbanismo nos países pobres, chegando a constituir, como sugere Maricato (2000), a situação em que "as ideias estão fora do lugar e o lugar está fora das ideias".

Talvez por isso, o urbanismo venha sendo utilizado enquanto prática discricionária para acirrar desigualdades, fragmentar o espaço e incitar tensões sociais. Em capítulo que trata do urbanismo "nos trópicos", Davis (2006) afirma que, nas cidades periféricas, os governos estão permanentemente engajados na

---

<sup>51</sup>A herança funcional-racionalista tende a fazer com que as práticas urbanísticas, na periferia do capitalismo, contemplem mais algumas partes da cidade, tratando-as também de maneira fragmentada e seguindo prioridades destacadas por agendas internacionais. O grande desenvolvimento técnico e o refinamento dos instrumentos para se propor soluções contrasta com a reduzida capacidade de compreender a totalidade e a coexistência de tempos que a caracterizam. Há, portanto, uma grande dificuldade em compreender e intervir nos "espaços liminares", isto é, naqueles que expressam materialmente a coexistência de tempos e que, por isso mesmo, os conteúdos frequentemente subvertem as formas (GOMES, 2008, 2002). A reprodução do trabalho formal e informal no âmbito do espaço residencial é um exemplo neste sentido e ajuda a tornar o modelo funcional de cidade completamente obsoleto (*Ibidem*).

eliminação dos pobres, considerando-os, inclusive, verdadeiros "entraves humanos" ao bom funcionamento da cidade (isto é, à acumulação urbana). Os *slums*, tão comuns nessas cidades, muitas vezes constituem obstáculos geográficos, obstruções ao ininterrupto processo de valorização capitalista que forcem uma racionalização do desenvolvimento econômico e a implementação de estratégias geográficas à superação, como os processos de desvalorização-revalorização do espaço. A trama é quase sempre a mesma: identifica-se o lugar dos pobres, estigmatiza-o como a fonte do mal, do crime e do atraso, depois se realiza a remoção de todos ali para lugares notadamente piores. Por fim, realiza-se a destruição dos valores agregados ao solo (casas, ruas, praças etc.) e projeta-se um novo processo de valorização, sob novas perspectivas estéticas e destinadas à outras formas de convivência ética<sup>52</sup>.

Comprometido política e economicamente com os interesses de proprietários, de investidores estrangeiros e das classes predispostas ao consumo do espaço, o urbanismo periférico tem a função de limpar e reconstruir a cidade, sob o fito de possibilitar a acumulação urbana e o controle social. No lugar dos *slums* ou apesar deles, constroem-se e defende-se o que Davis (2006) chamou de "ilhas de cibermodernidade" ou o que Svampa (2008) chamou de *nuevos paraísos*, destacados da paisagem social urbana periférica e a despeito de suas necessidades não atendidas. Trata-se de espaços exclusivos e amenos, amparados pelo que há de mais avançado em termos de segurança e tecnologia.

Fora dos muros concretos e simbólicos das referidas ilhas, onde, segundo Dunker (2015), "o desejo não é determinado nem a angústia determinante", a valorização e o consumo do espaço segue o curso desigual até então descrito. É lá onde se difundem as tensões sociais e o permanente clima de guerra ocasionado pela ascensão dos "espaços do *homo sacer*"<sup>53</sup>, lugar onde habita aqueles cujos

<sup>52</sup> Segundo Smith (1996), os discursos e práticas regenerativas na cidade funcionam como instrumentos de poder e de mobilização de excedentes e recursos públicos para processos de "gentrificação", isto é, de valorização do espaço pela via da expulsão e reapropriação por diferentes classes. Tratam-se, conforme o autor, de práticas que denunciam um novo regime de desenvolvimento geográfico por ele chamado de "cidade revanchista", fruto da ofensiva neoliberal e cuja principal característica é o privilegiamento de determinadas classes sociais em detrimento da maioria dos cidadãos. Smith (2007) ainda afirma que a ideia da gentrificação relaciona-se a ideologia de fronteira, tão comum no nacionalismo norte-americano.

<sup>53</sup> Conforme lembra Agambem (2002), O *Homo Sacer* é o sujeito constituído mediante o permanente estado de exceção paradoxalmente criado pelos Estados modernos e cuja consolidação dá-se por um processo de exclusão. Do ponto de vista histórico, a figura do *Homo Sacer* alude àqueles sujeitos que, na sociedade romana, não possuíam direito algum. Tais

valores criados e formas de consumo destoam (ética e esteticamente) dos padrões estabelecidos. Sobre eles frequentemente recai de maneira implacável o braço pesado do estado de exceção policial<sup>54</sup>.

Portanto, além da divisão entre os circuitos da economia urbana, da esmagadora presença de um operariado urbano informal e da existência de um urbanismo alienado e socialmente predatório, as cidades periféricas possuem uma estrutura espacial profundamente fragmentada entre aqueles que estão entre-muros — *los que ganaron*, como prefere Svampa (2008) —, e aqueles que estão além-dos-muros. Conforme já mencionado, o sentimento do medo (que frequentemente leva a uma arquitetura do medo), justifica e possibilita tal fragmentação. Contudo, longe de apenas indicar sociedades violentas, o medo e os muros revelam um escapismo por parte das elites socioeconômicas e a tendência à fratura social, conforme destacam Mollenkopf e Castells (1991), Svampa (2008) e Caldeira (2000).

### ***A urbanização brasileira e a vida entre-muros***

Conforme Santos (2015), a urbanização brasileira deu-se com base na utilização dos excedentes da economia nacional. Até a década de 1980/90, havia uma produção expandida do espaço pela via da ampliação da fronteira urbana (*sprawling*). Nesse primeiro período, o Estado exercia o papel essencial de proporcionar as condições de investimento do excedente, a ocupação e a industrialização do território. O alucinante crescimento do mercado imobiliário neste período prova que a urbanização do território brasileiro já foi uma lucrativa atividade econômica e, em muitos casos, condição à acumulação. O crescimento das grandes cidades e seu processo de metropolização, bem como o surgimento de cidades médias permitiram a absorção do excedente, possibilitando a própria acumulação na economia brasileira. A partir da década de 1990, entretanto, é a reprodução do espaço, com o intermédio do urbanismo, que tem possibilitado a

---

indivíduos não poderiam ser utilizados em sacrifícios religiosos, mas suas vidas poderiam ser interrompidas sem que o homicida imputasse para si o crime do homicídio. Tratava-se, assim, de vidas sacrificáveis.

<sup>54</sup> A “militarização da questão urbana”, isto é, o tratamento bélico dos problemas espaciais urbanos tem se tornado, cada vez mais, um paradigma de governo, conforme assevera Souza (2008).

acumulação. Conforme exposto em itens anteriores, a reprodução do espaço acontece, substancialmente, quando da emergência dos limites à produção expansiva do espaço, no sentido de ordenar e redirecionar o processo de valorização. No novo estágio do processo de urbanização brasileira, em que a reprodução se sobrepõe à produção do espaço, consolida-se um pacto estabelecido entre o Estado e o mercado imobiliário financeirizado, onde o excedente é aplicado em processos de des-revalorização, bem como na construção de novas centralidades.

Isso significa dizer que a urbanização brasileira segue a própria dinâmica geográfica do Capital, baseada no ininterrupto e contraditório movimento de expansão e concentração. Até a década de 1980/90, o processo de valorização e consumo era expansivo, depois tornou-se mais concentrado. Isto é, o processo de acumulação da economia brasileira que se assentava na ampliação da quantidade de trabalho vivo, foi reestruturado nas últimas décadas do século XX e passou a se dar pelo uso mais intensivo do trabalho morto. A acumulação urbana, que é hoje central à própria acumulação global do capital, conforme assevera Carlos (2015), tem se dado majoritariamente por sucessivos processos de des-revalorização e na construção de novas centralidades urbanas, muitas vezes a partir de obras gestadas no âmbito de uma associação entre o Estado e o mercado imobiliário financeirizado. Este último, por sua vez, orienta muitas das práticas urbanísticas, tendo o Estado como viabilizador dos investimentos em termos de provimento de infraestruturas. Daí, inclusive, é que surgem as parcerias público-privadas e demais formas de gestão urbana neoliberais, onde alguns setores do Estado e da sociedade tem o protagonismo reduzido.

Santos & Silveira (2008) confirmam a supracitada tese ao afirmar que as cidades brasileiras surgiram inicialmente enquanto centros de comando regionais no contexto de uma mecanização incompleta do território nacional. Conforme foi se materializando o processo de integração desigual desse território, calcado em uma modernização conservadora e consoante às determinações hierárquicas advindas de grandes firmas internacionais, mas também com vistas a viabilizar a absorção de excedentes econômicos nacionais, o território brasileiro foi se tornando majoritariamente urbano e o referido processo de mecanização cada vez mais concentrado. As mudanças nos padrões de valorização do espaço urbano

brasileiro no final do século XX, conforme acrescenta Santos (2015), acontece quando o modelo urbanização expansiva encontrou seus limites estruturais, voltando-se ao processo de reprodução do espaço já constituído.

O espaço urbano brasileiro, portanto, constituiu-se de maneira profundamente desigual, pois teve sua expansão e organização comandada por projetos de modernização<sup>55</sup> conservadores. Foi a presença do processo de modernização que acirrou as desigualdades nas cidades brasileiras, e não sua ausência. Neste sentido, Jessé Souza (2003) afirma que as desigualdades no Brasil e sua naturalização na vida cotidiana não dizem respeito à uma suposta condição de pré-modernidade ou atraso, conforme definem algumas das mais usuais teorias sobre a modernização, mas correspondem à forma periférica com que se deu a modernidade nesse país, cujo principal resultado foi a "construção social da subcidadania". Assim...

"[...] como parte integrante das características que assume o processo de acumulação capitalista no Brasil, o urbano se institui como pólo moderno ao mesmo tempo em que é objeto e sujeito da reprodução ou criação de novas formas arcaicas no seu interior, como contrapartidas de uma mesma dinâmica" (MARICATO, 1996, p. 43).

As formas arcaicas a que se refere Maricato correspondem às permanências de características sócio-históricas de períodos passados, tais como a concentração de terra, renda e poder, bem como o autoritarismo e a aplicação arbitrária da lei. De certa forma, o espaço urbano brasileiro é um espectro moderno dos engenhos coloniais. Os bairros e enclaves fortificados das classes mais abastadas resguardam semelhanças com a Casa Grande, pois firmam-se negando a rua e o espaço público (LEITÃO, 2005). Até a metade do século XX, a urbanização no Brasil aparentava significar a superação da economia agrário-exportadora vigente até então no país e a consequente construção de uma economia urbano-industrial. Entretanto, a urbanização nesse país aconteceu mantendo-se heranças coloniais e privilégios senhoriais (MARICATO, 2003).

No supracitado contexto de produção expansiva do espaço urbano, que se estende até a década de 1980/90, a modernização ainda foi responsável pela

---

<sup>55</sup> Falamos em modernização no sentido atribuído por Harvey (2009), isto é, o conjunto de transformações sociais, políticas e econômicas oriundas de uma forma específica de consolidação do modo capitalista de produção.

proliferação das favelas nas periferias urbanas, integrando um processo de metropolização marcado pela reprodução da pobreza e pela formação do que Santos (1982) chamou de “metrópoles incompletas”. Maricato (2000) considera que a maior marca da urbanização brasileira é a multiplicação dos bairros ilegais de arquitetura vernácula, frequentemente obliterados pela prática urbanística e sobre o qual subsistem maior parte do operariado urbano informal. Em cidades como o Recife ou Belém, esses bairros são mais numerosos que aqueles associados à cidade legal. Segundo a autora, essa representativa ilegalidade no processo de urbanização do Brasil advém de um incipiente processo de industrialização baseado em baixos salários, do pequeno e mal aplicado investimento público na área de gestão urbana, bem como de uma legislação urbana contraditória e seletivamente aplicada.

O contexto atual é marcado pela maior proeminência da reprodução do espaço, haja vista a presença muito mais numerosa de processos de desvalorização de determinados lugares da cidade, seja para sua inclusão às dinâmicas econômicas globais de consumo do espaço pela atividade turística, ou para construção de lugares exclusivos cuja função é garantir a difusão de um padrão específico de consumo do espaço. A entusiástica recepção do ideário do “empreendedorismo urbano”<sup>56</sup> e dos modelos de “planejamento estratégico”<sup>57</sup> durante os anos 1980/90 e 2000 ilustra essa tendência. Entretanto, o retorno dos investimentos públicos e privados no espaço urbano trazido pela política de crescimento econômico e pelo “neodesenvolvimentismo” (MARICATO, 2014) tem sido responsável pelo surgimento de inúmeras obras de infraestrutura para eventos esportivos e mobilidade do automóvel, sejam em áreas centrais consolidadas, ou em áreas periféricas e pouco ocupadas. Assim, essa proeminência da reprodução

---

<sup>56</sup> O empreendedorismo urbano, conforme definiu Harvey (2006), diz respeito a um conjunto de tendências no planejamento urbano que se traduz na busca pela inserção de toda a cidade na lógica de acumulação do capital por meio de uma gestão empresarial de seu espaço, onde as ações se orientam com vistas à concorrência interurbana por ganhos econômicos.

<sup>57</sup> Segundo Vainer (2000), o modelo de planejamento estratégico é aquele inspirado em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, adotado com base na crença de que as cidades estão submetidas às mesmas condições que as empresas. Neste sentido, suas estratégias discursivas quase sempre envolvem a ideia de que: a cidade é uma mercadoria que pode ser comprada; a cidade é uma empresa que requer investimentos; ou ainda uma nação, da qual todos os cidadãos devem se empenhar univocamente para o seu desenvolvimento. Este modelo tem sido difundido no Brasil e na América Latina pela ação combinada de agências internacionais e consultores que, frequentemente, reportam-se à experiência de Barcelona como exemplo.

sobre o *sprawling* não é de modo algum absoluta, havendo em vez disso uma coexistência ou situações híbridas.

Tudo isso, vale lembrar, tem se dado com base no supracitado contexto de permanências de heranças coloniais em que o patrimonialismo é reafirmado e o espaço público é vigorosa e sistematicamente pulverizado. O espaço urbano brasileiro, portanto, tem sido produzido e reproduzido em meio a um processo ambíguo de valorização e consumo desiguais do espaço onde a desigualdade e a contravenção são as regras (MARICATO, 2003). Também onde o urbanismo, negligente a esse dado concreto e assentado em ideias alienadas, muitas vezes surge enquanto organizador do caos, limpando e reconstruindo a cidade para garantir a acumulação urbana e o controle social.

Daí é que surgem os condomínios e loteamentos fechados. Pelo menos desde a metade do século XX, com maior vigor a partir da década de 1980, o espaço urbano brasileiro tem sido tomado pela construção desse tipo de enclave fortificado, seja para fins residenciais ou comerciais. Esses condomínios são construídos para possibilitar o controle e a diferenciação espaciais, intensificando a fragmentação do espaço e o esfacelamento do tecido social. Os muros a que nos referimos no item anterior e que delimitam tais enclaves não são propriamente muros de concretos e tijolos, mas “fronteiras”, no sentido mesmo que lhe atribui Neil Smith (2007), cuja função é demarcar formas específicas de consumir o espaço. Para cada uma dessas formas há um conjunto de princípios comportamentais e preferências estéticas que orientam sua construção e os caracterizam.

Os muros são muito mais que mecanismos de segregação, são valores cuja função precípua é discriminar formas de conviver. Aqueles que se encontram entre-muros vivem de acordo com certas regras de convivência social e aspiram a certos gostos e preferências estéticas diferentes daqueles que se encontram além-dos-muros. Mas, como dito, essa fronteira distintiva não é rígida nem intransponível, pois as diferentes formas de sociabilidade frequentemente invadem umas as outras. Por isso, há o sentimento recorrente e comum a todos os condôminos de que o enclave está em constante ameaça, ou prestes a se tornar um lugar qualquer. Em muitos casos, o medo da indistinção é mais devastador que o da despossessão ou da morte violenta. Os muros, portanto, têm se difundido na

mesma proporção em que o sentimento do medo se intensifica enquanto ordenador da sociabilidade e da moral. Safatle (2015), conforme mencionado, explica que o sentimento do medo é o principal definidor dos “circuitos dos afetos”, tendo como prova mais fundamental a própria concepção sócio-política contratualista hoje hegemônica. Essa sociedade de indivíduos proprietários (inclusive proprietários de si mesmos, *self owners*), para qual o contrato e a violência do Estado é imprescindível, já se acha imersa no medo.

Na verdade, o medo é um sentimento natural, intrínseco aos seres-vivos, sejam eles racionais ou não. Trata-se de um sinal de alerta frente à possibilidade do risco. Ele advém da habilidade que esses seres possuem em perceber, analisar e classificar as coisas no mundo (BAIERL, 2004). Mas esse sentimento tem sido fomentado sobretudo hoje pelas habituais contravenções urbanas e por um mercado de segurança privada em ascensão (CALDEIRA, 2000; LOW, 2000). Conforme esclarece Caldeira (2000), em consequência do atual modelo de organização do espaço urbano brasileiro, difunde-se um conjunto de discursos classificatórios que contribui sistematicamente a uma percepção estereotipada e amedrontada da realidade urbana periférica. A “fala do crime”, segundo a autora, corresponde a toda sorte de conversas, comentários, narrativas e piadas que têm a violência como tema principal. Disseminados também pela mídia, esses discursos são fragmentados, repetitivos e ajudam a criar uma forma de consciência neurótica, com representações distorcidas a respeito do espaço público e das favelas. Eles alimentam as experiências de choque, conforme sugeriu Benjamin (1994), que alteram a elaboração cognitiva do percebido, criando uma consciência fechada à experiência.

O sentimento do medo tem sido, pois, o grande princípio ético/moral no processo de valorização e de consumo do espaço urbano brasileiro. É a partir dele que se projetam e se concretizam as transformações urbanas e com base nele que as classes sociais disputam e fracionam o espaço no ato do consumo. Há, com efeito, uma arquitetura do medo, da qual os muros e toda a parafernália de segurança são os exemplos mais eloquentes. A arquitetura do medo corresponde a uma aparência do espaço-mercadoria, uma estética belicista na arquitetura caracterizada pela presença de formas que aludem à defesa militar, seja nas habitações ou nas edificações comerciais e públicas. Conforme Ferraz e

Possidônio (2004), essa estética tem sido cada vez mais alimentada pelo mercado imobiliário brasileiro e suas estratégias publicitárias que sempre se utilizam de uma imagem caótica e violenta da cidade, em que alguns moradores devem obrigatoriamente se proteger dos demais. Quanto mais guarnecido, mais cobiçado e valioso torna-se o espaço. Neste sentido, os muros e os adornos militares (cercas elétricas, câmeras filmadoras, alarmes e vigilância motorizada) surgem de fato para evitar os amalgamas e imprevistos, mas sua função é também contribuir à valorização financeira do ativo imobiliário.

A cidade além-dos-muros, desordenada e pobre, é sistematicamente evitada por aqueles que vivem entre-muros. O acesso dos que vivem na primeira à segunda é restrito, intermediado por inúmeros instrumentos de segurança e profissionais armados que, muitas vezes, mais parecem paramilitares. Tudo isso para que a ordem aparentemente idílica não seja desvirtuada pela presença de pessoas indesejáveis ou de comportamento reprováveis. Os condomínios e loteamentos fechados expressam a tentativa de construção de uma comunidade de cuidado, tal como os *gated communities* norte-americanos (DUNKER, 2015), pensado na esteira das exigências de uma vida plenamente realizada, onde tudo o que é necessário faz-se presente, um “estilo de vida total” (CALDEIRA, 2000). Pode-se pensar, inclusive, em uma espécie de resgate do ideal preservacionista, mormente o da luta pelos parques naturais, para quem a destruidora presença humana deveria ser definitivamente afastada. Sem a incomoda presença do operariado urbano informal (exceto em uma condição subalterna e, por isso mesmo, invisibilizada), esses enclaves exprimem “uma vida autenticamente natural e preservada do caos”.

### ***Enclaves fortificados na América latina – breve panorama***

Há, com efeito, uma constante busca de uma vida guarnecida e comunitária, pensada a partir de uma arquitetura estéril e mercantilizada. Essa vida entre-muros é cada vez mais tratada com um “mal menor”, um ônus necessário ao gozo de uma vida relativamente tranquila. Essa busca, portanto, tem marcado decisivamente a urbanização recente em toda a América latina, constituindo uma forma de valorização e consumo do espaço presente na grande maioria de suas cidades. No

nosso entender, três estudos lançam luz à compreensão da difusão desses enclaves na realidade latinoamericana. O primeiro e já mencionado é o de Svampa (2008) que, apesar de oferecer grandes aportes teóricos (muitos dos quais centrais nesta tese), tem como foco a realidade urbana argentina. O segundo é a coletânea de textos "Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas" coordenada pelo geógrafo mexicano Luis Felipe Cabrales Barajas no âmbito de um estudo feito pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Essa obra reúne reflexões de pesquisadores de diversos países, constituindo um esforço pioneiro de compreensão do que viria a ser um processo de fechamento das cidades frente ao processo de globalização. Um terceiro estudo é da também argentina Sonia Roitman que, tendo dedicado maior parte de suas pesquisas a elucidação do surgimento dos *barrios privados*, tem construído com outros pesquisadores muitos avanços teóricos e metodológicos de caráter interdisciplinar para o entendimento dos *gated communities* (ROITMAN, WEBSTER e LANDMAN, 2013). Apesar de seguirmos uma perspectiva teórica e metodológica diferente, não podemos deixar de citar esses esforços.

Dois outros estudos não citados até então constituem importantes referenciais para a compreensão dos enclaves fortificados na América latina. No primeiro deles, mais teórico, Peter Marcuse (2004) procura estabelecer o que seria uma 'segregação socialmente aceitável', indicando o papel do Estado enquanto indutor ou diluidor das situações de segregação. Para isso, lança mão de muitos exemplos. No segundo, Sposati (2001) toma o exemplo da cidade de São Paulo para demonstrar a divisão do tecido urbano. Vereadora e professora universitária, ela se apropriou de uma infinidade de dados para caracterizar o quão espedaçada encontra-se a maior metrópole do país. Na verdade, os estudos sobre segregação na cidade de São Paulo são numerosos e quase todos eles ainda hoje são utilizados para fundamentar a compreensão da difusão dos enclaves fortificados no Brasil e na América Latina. Isso se deve: ao fato de que foi nessa cidade onde primeiramente se percebeu as mudanças no padrão de valorização e consumo do espaço, indicando sua fragmentação; e ao fato de que foi nela onde surgiu, ainda na década de 1970, um pulsante processo de privatização do espaço e difusão de enclaves fortificados.

Foi estudando a realidade paulistana que Caldeira (2000) identificou diferentes formas de manifestação da segregação: uma primeira forma, ainda na primeira metade do século XX, onde a segregação se resumia às formas de habitação; uma segunda, pautada na divisão centro-periferia; e uma terceira, onde já se consolida um "modelo fractal". O modelo fractal, segundo a autora, diz respeito à mudança na escala da segregação, que agora é intra-urbana e complexa. A autora ainda afirma que os condomínios e demais tipos de residência compartilhada existem em São Paulo desde o início do século XX, levando um tempo até que o estigma de cortiço fosse suplantado pelo de habitação de luxo. Os condomínios e loteamento fechados de São Paulo atualmente compartilham várias características dos *common interest developments*, isto é, das incorporações imobiliárias dos subúrbios norte-americanos, sendo Alphaville o caso mais emblemático. Na verdade, desde a década de 1990, as classes médias e altas paulistanas têm abandonado o centro da cidade para habitar nas áreas mais periféricas da metrópole (D'OTTAVIANO, 2008). As periferias passaram a receber enclaves fortificados e o centro a acolher grandes investimentos e processos de des-revalorização, como bem os esclarece Fix (2001).

O Alphaville é um empreendimento idealizado ainda na década de 1960, tendo sido implantado anos mais tarde entre os municípios de Barueri e Santana do Parnaíba, na Região Metropolitana de São Paulo (Figura 03). A construtora responsável, Albuquerque & Takaoka, especializou-se em grandes obras públicas e condomínios residenciais destinados para a população de alta renda, diante da crise imobiliária da década de 1970 — que preparou o terreno para a mudança nos padrões de valorização do espaço, conforme mencionamos. Essa empresa encontrou uma saída para o setor na construção de loteamentos de alto padrão em locais mais afastados do centro, onde pudesse apropriar-se de algumas amenidades naturais. A intenção subjacente a essa mudança era a de dotar, via iniciativa privada, as infraestruturas necessárias para a constituição de um bairro seguro e com todos os serviços necessários. A construção das habitações ficaria a cargo dos compradores das glebas ou de empreendimentos organizados em forma de condomínio, embora a ocupação fosse regida pela Lei de parcelamento (Lei Federal 6.766/1979). Interessante é notar que o morador do Alphaville não tem a propriedade plena de seu imóvel, embora goze de todos os preceitos da

propriedade, o que inclui a posse perpétua e o direito de alienar. Isso por que boa parte das terras onde foi implantado o loteamento pertencem à União e estão cedidas à loteadora e aos moradores em regime de *enfiteuse*<sup>58</sup>, tendo eles que cumprir o pagamento de foro anual (0,6% sobre valor do imóvel) e de laudêmio (5% sobre valor do imóvel) em caso de alienação (GUERRA, 2013).



Figura 03: Alphaville, Região Metropolitana de São Paulo; Disponível em: <http://www.lopes.com.br/blog/conheca-seu-bairro/em-alphaville-sao-paulo-condominios-verticais-se-consolidam-como-opcao/#axzz4VAnUSILb>; Acesso em: 08 de Janeiro de 2017

No Rio de Janeiro, os enclaves fortificados surgem por toda a cidade, tendo uma primeira área de concentração na zona sul, sendo esta área superada pela região sudoeste da cidade, especialmente no bairro Barra da Tijuca. Na verdade, a dinâmica imobiliária na cidade do Rio de Janeiro consolida-se conforme uma lógica em que, como bem resume Smolka (1992), expulsa os pobres e redistribui os ricos. Essa dinâmica move-se formal e informalmente pelo tecido da cidade em busca de inovações e novas oportunidades de acumulação, relegando antigas áreas de

<sup>58</sup> *Enfiteuse* é o regime de divisão abstrata da propriedade, criado ainda pelos artigos 678 e 679 do Código Civil de 1916, onde 17% do imóvel pertence à União e os outros 83%, considerado como de domínio útil, pertence ao ocupante titular do aforamento. O novo código civil de 2002, embora não permita mais a constituição de situações regidas por esse instrumento, subordinou as existentes antes de sua vigência.

atuação para extratos de renda inferiores. Ao mesmo tempo em que se difunde, também se compacta, ensejando uma estrutura "com-fusa", conforme adverte Abramo (2010). Seja nas áreas de dispersão ou de compactação, os enclaves fortificados vão se desenvolvendo, tendo o combate ao tráfico de drogas organizado um de seus fatores. Um recorte do referido bairro Barra da Tijuca chama a atenção, pois lá é onde se situa o chamado "Condomínio Península" (Figura 04), complexo com mais de 50 prédios, cercado de águas e que dispõe de inúmeras amenidades naturais, além de shopping, supermercados e restaurantes.



Figura 04: Condomínio Península, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro; Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/de-valeska-popozuda-crivella-como-a-vida-no-maior-condominio-da-barra-13857593>; Acesso em: 08 de Janeiro de 2017

Na Argentina, os principais tipos de enclaves fortificados são chamados de *barrios cerrados*, sendo eles o equivalente ao loteamento fechado brasileiro. Roitman (2003, 2008) explica que se trata de áreas residenciais homogêneas, onde o acesso é controlado por vigilância 24 horas e dispositivos de segurança, sendo que sua difusão se deu com maior força a partir da década de 1990. Na cidade de Buenos Aires, explicam Janoschka e Borsdorf (2004), é onde eles se proliferam de forma mais notável, sendo o bairro de "Nordelta" (Figura 05) o mais representativo. Com 1.600ha e aproximadamente 80 mil habitantes, Nordelta é considerado o maior *barrio cerrado* da América Latina, dispondo de parques, centros de compras, campo de golfe, escolas e faculdades privadas. Janoschka e Borsdorf (2004) ainda afirmam que os habitantes de Nordelta se reconhecem como "Nordelteños" e não como "Porteños", como o são os demais moradores da cidade. Esse e outros

aspectos, complementam os autores, fazem com que a esfera pública quase não exista neste lugar.



Figura 05: *Barrio cerrado* Nordelta, Área Metropolitana de Buenos Aires; Disponível em: <http://www.nordelta.com/en>; Acesso em: 08 de Janeiro de 2017

O município de Pilar, Área Metropolitana de Buenos Aires, segundo Thuiller (2006), constitui o epicentro da difusão dos *barrios cerrados*. Segundo o autor, esses enclaves geram efeitos negativos no espaço urbano já consolidado e os planejadores, com os meios de que dispõem, não sabem lidar com esses efeitos. Em estudo sobre a mesma cidade, Roitman e Phelps (2011) afirmam que os *gated communities* contribuem à suburbanização da metrópole, além de que o crescimento dessa *private city* possui fortes implicações sobre a *public city*. Ambos concordam que é nas franjas metropolitanas onde os enclaves fortificados mais se difundem na Argentina. Há tempos elas têm sido o lugar da constituição dos chamados *countries*, isto é, áreas residenciais também fechadas nas chamadas 'áreas peri-urbanas'.

Roitman (2003) afirma que desde a década de 1990 a cidade de Mendoza vem assistindo a um "boom" de *barrios cerrados*, muitos dos quais justificados pelo aumento da violência. De fato, conforme a autora demonstra, Mendoza sustenta índices de violência apenas inferiores aos de Buenos Aires, mesmo sendo apenas

a quarta maior cidade do país. Em outro artigo sobre Mendoza, Roitman (2005) se pergunta sobre 'quem segrega quem' na cidade. Sua conclusão é a de que o processo possui dois lados, pois tanto os moradores dos enclaves, quanto os habitantes dos bairros vizinhos sentem-se discriminados. Rosario e Córdoba, duas outras importantes cidades argentinas, também possuem um grande contingente populacional vivendo em enclaves fortificados. Rosario possuía cerca de 10 grandes enclaves, segundo pesquisa de Bragos, Mateos e Pontoni (2002), difundindo-se preferencialmente em seu setor oeste. Em Córdoba, as principais ofertas imobiliárias são hoje em *countries* ou *barrios cerrados*, segundo Valdés (1999), tendo sido constatado 13 em seu estudo.

Em Santiago do Chile, os enclaves fortificados surgiram sobretudo a partir da década de 1990, conforme Meyer e Bähr (2001). Os autores concordam que eles expressam a segregação e que levam à fragmentação. De forma muito próxima ao que Caldeira (2000) sustenta ao falar dos modelos de segregação em São Paulo, analisando a cidade de Santiago, Sabatini (2004) afirma que há uma diminuição do padrão de segregação em larga escala (os cones de alta renda), sendo ela hoje muito mais residencial, dada a proliferação de bairros fechados. Veiga (2005) afirma que Montevideo, como muitas outras cidades latino-americanas, possui um espaço urbano extremamente fragmentado, mas seu estudo enfoca a dinâmica da desigualdade, apontando a necessidade de políticas sociais locais de 'inclusão social'. A emergência da agenda neoliberal ocasionou uma grande transformação socioterritorial na Região Metropolitana de Montevideo (COURIEL, 2010), ampliando a dinâmica da pobreza e modificando as opções de moradia, levando também à formação de verdadeiras ilhas de riqueza (JANOSCHKA, 2002). As realidades do Brasil, da Argentina e do Chile são, portanto, muito semelhantes. A do Uruguai parece-nos um pouco diferente.

Na Colômbia, os *conjuntos cerrados* surgiram entre os anos 1970 e 1980. Entretanto, Franco (2013) afirma que desde as décadas de 1950 e 1960, junto a própria difusão do movimento moderno na arquitetura, já se procuravam promover núcleos residenciais com áreas comunais exclusivas. Samper (*apud* FRANCO, 2013) explica que, durante a década de 1960, dado o forte crescimento econômico, surgiu uma nova unidade urbanística originalmente chamada de *vencidario*, sendo mais tarde chamada de *agrupación de vivienda*. Essa unidade foi introduzida em

legislações de cidades como Bogotá, estimulando a consolidação das atividades imobiliárias. Durante as décadas de 1980 e 1990, os *conjuntos cerrados* passaram a ser tratados como uma opção para uma vida com mais qualidade e segurança. Lembremo-nos que a realidade social e política colombiana é também marcada pela presença de grupos paramilitares e carteis de controle do tráfico de drogas. Assim, o sentimento do medo sempre teve muito vigor em suas cidades.

Nas proximidades de Bogotá, difundem-se cada vez mais condomínios campestres, onde se privilegia o contato com áreas verdes (COLMENARES, 2006). Em Medellín, as bordas metropolitanas tem sido transformadas em razão de atividades econômicas que visam, entre outras coisas, a promover *urbanizaciones cerradas* (SÁNCHEZ, 2008). Em Cali, a difusão de enclaves é ainda mais notável. Jerez e Ardila (2014) afirmam que a própria estrutura urbana dessa cidade, bem como a posição de suas ruas e de seus equipamentos públicos, disposto segundo o moderno Plano piloto de Weiner e Sert, tem constituído junto à atual dinâmica de acumulação e o narcotráfico, uma "urbe de vecindades fragmentadas y carente tanto física como simbólicamente de espacios públicos" (JEREZ e ARDILA, 2014, p. 216).

A realidade mexicana, por fim, se parece muito com a brasileira no que diz respeito à fragmentação do espaço. Em uma abordagem muito próxima daquela que vimos construindo nesta tese, Giglia (2008) afirma que os *gated communities* na Cidade do México não resultam apenas do medo do crime, mas do escapismo das elites que buscam criar ilhas de homogeneidade e novas formas de governo. Trata-se, dessa forma, de um dos desdobramentos da crise do espaço público, frente a uma sociedade extremamente desigual. Guadalajara, por sua vez, é uma cidade que se desenvolveu no transcurso do século XX com base em *fraccionamientos*, isto é, de bairros modernos segregados e autogestionados, dos quais o mais conhecido é o chamado *Colonia Chapalita*. Apesar da enorme concentração de indústrias e serviços, a zona metropolitana de Guadalajara possui hoje uma densidade urbana relativamente baixa, possuindo muitos vazios urbanos de onde atualmente têm insurgido muitos enclaves (CABRALES BARAJAS e ZAMORA, 2001; ICKX, 2002). Processo semelhante de fragmentação se pode constatar nas cidades de Puebla e Toluca, segundo Rodríguez e Mollá (2002).



### 3 NUANCES DA FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO NO RECIFE

### 3.1 Processo histórico de produção do espaço no Recife

No primeiro capítulo, procuramos elucidar como se dá a produção do espaço na cidade periférica, enfatizando suas formas de diferenciação e o surgimento de enclaves fortificados, atentando para a realidade latino-americana. Vimos, entre outras coisas, que no processo de produção o solo é apropriado e sobre ele cristalizam-se valores do espaço. O posterior consumo desse espaço (produtivo ou não) o torna uma mercadoria rara, esgotando-o e, por isso mesmo, limitando o permanente processo de valorização. Daí é que surge a necessidade de ordená-lo e redirecionar sua ocupação. Tem-se, por conseguinte, um processo de reprodução, ou seja, uma valorização que não se dá mais por meio de uma espoliação e expansão da ocupação (de um *sprawl*), mas de uma reestruturação ou intensificação do uso do trabalho morto já acumulado ao solo. Neste sentido, vimos que a urbanização brasileira se deu com base na utilização dos excedentes da economia nacional, pois havia até a década de 1980/90 uma produção expandida do espaço pela via da ampliação da fronteira urbana (*sprawling*). A partir da década de 1990, entretanto, tem sido a reprodução do espaço, com o intermédio do urbanismo, que tem possibilitado a acumulação. Nesse novo estágio, em que a reprodução se sobrepõe à produção (ou associa-se a ela de forma híbrida), difunde-se novas formas de morar baseadas em enclaves fortificados, cuja principal consequência no espaço da cidade tem sido a fragmentação, isto é, uma forma complexa de diferenciação que envolve desde o aprofundamento da segmentação até formas mais refinadas de segregação, levando o espaço urbano a perder seu caráter congregador. Nas linhas que seguem, apresentaremos a parte mais substancial desta tese. Isto é, a ideia segunda a qual o Recife (e, a reboque, sua região metropolitana) corresponde a uma cidade onde a reprodução de seu espaço induz um vigoroso processo de fragmentação, levando a permanência do caráter insular fundamental a partir do qual a cidade se edificou e cresceu no transcurso dos anos.

### ***Bases fundamentais do atual processo de valorização e consumo***

O Recife desenvolveu-se a partir de um “pequeno aglomerado constituído no entorno do Corpo Santo edificado em banco de areia”. Foi essa a paisagem que chamou a atenção Charles Darwin em sua passagem por essa cidade, conforme assevera Lins (1982). Essa autora afirma que os aspectos originais sobre os quais surgiu a cidade resumiam-se a “C’roas e bancos de areia, cordões litorâneos arenosos ou restingas, associado tudo a pântanos de água salobra, manguesais, lagamares, esteiros e camboas” [sic] (LINS, 1982, p. 81), isto é, um “estuário afogado comum dos rios Capibaribe, Beberibe e Tejipió”. Josué de Castro (1948, p. 16) descreveu o lugar como:

[...] uma planície constituída de ilhas, penínsulas, alagados, mangues e pauis, envolvidos pelos braços d’água dos rios que, rompendo passagem através da cinta sedimentar das colinas, se espraíam remansosos pela planície inundável. Foi nesses bancos de solo ainda mal consolidados - mistura ainda incerta de terra e de água - que nasceu e cresceu a cidade do Recife, chamada de cidade anfíbia, como Amsterdã e Veneza, porque assenta as massas de sua construção quase dentro de água, aparecendo numa perspectiva aérea, com seus diferentes bairros flutuando esquecidos à flor das águas.

A planície se constituiu pelo entulhamento de sedimentos ora fluviais, ora marinhos. Os manguezais, que se desenvolveram pelos lamaçais salobros, ajudaram a consolidar o solo. Essa difusa rede hidrográfica criava uma paisagem insular, onde as terras secas eram intermitentes e, por isso mesmo, bastante raras. Nos arredores dessa planície, tem-se a região colinosa e arredondada que se desenvolveu por boa parte do Nordeste oriental úmido já no período quaternário (Figura 06).

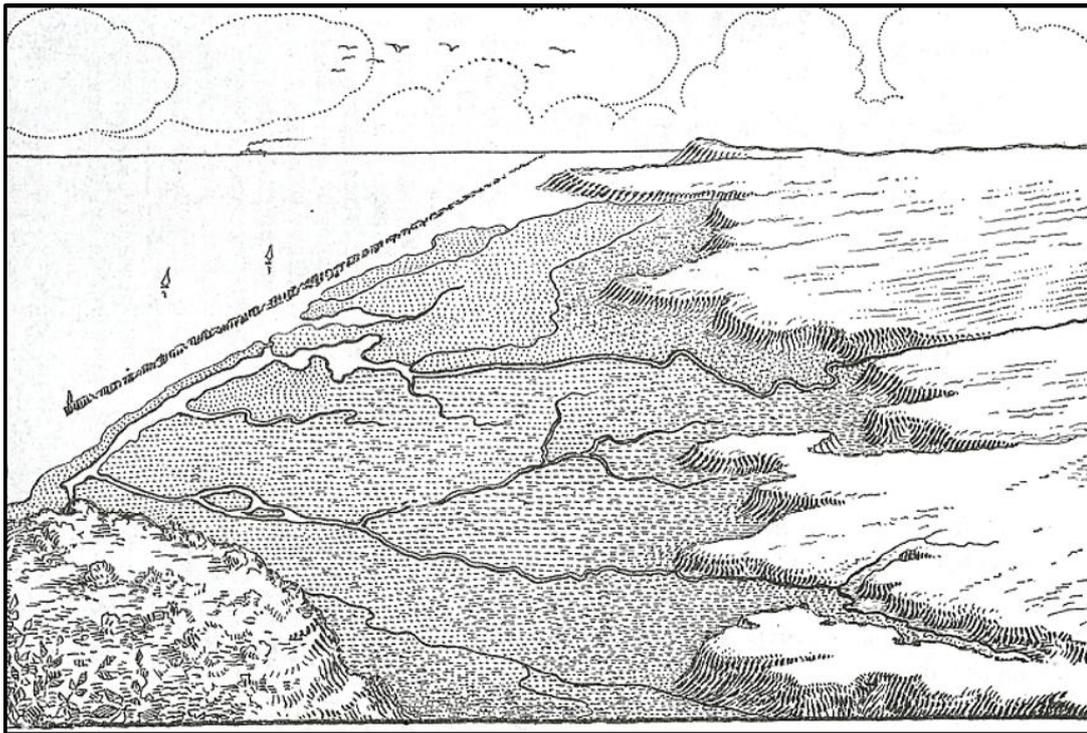


Figura 06: Formação geomorfológica do Recife; Fonte: Castro (1948, *Apud* GOMES, 2007, p. 63)

A formação da cidade, por sua vez, deu-se por um processo de ocupação desigual, onde as terras firmes e secas foram imediatamente apropriadas por parte das classes mais abastadas e brancas, primeiramente pela concessão de sesmarias, depois pela obtenção e aquisição via mecanismos institucionais ou de mercado, formalizados ou não. Esse modelo de ocupação manteve-se inalterado por séculos, persistindo mesmo depois do fim do regime colonial-escravocrata. O declínio da economia açucareira e a constituição de uma economia terciária urbana, pautada no comércio de produtos agrícolas e pequenos serviços foi que, gradualmente, tornou a cidade do Recife o centro de sua hinterlândia. Na verdade, desde o período colonial, o Recife representava um ponto de intersecção de boa parte da produção regional, o que lhe conferiu destaque frente as demais cidades do país (CASTRO, 1948).

O processo de valorização capitalista e acumulação no Recife, assim como em todo o Brasil, nunca foi resultante nem fator do desenvolvimento das forças produtivas, mas sempre se deu muito mais com base na atividade especulativa e na renda da terra. Esse caráter parasitário do capitalismo brasileiro torna-se perceptível ainda hoje, tendo em vista que a burguesia nacional é majoritariamente

rentista, não produtiva. A permanência de estruturas arcaicas é perceptível também quando se observa o quimérico fim da escravidão que, de maneira muito conflituosa, desgarrou uma parcela considerável de negros das unidades produtivas do campo sem que essa enorme massa pudesse ulteriormente se inserir em alguma outra atividade econômica. Atraídos para a cidade, onde havia alguma expectativa de inserção nas atividades terciárias então crescentes, essa massa de trabalhadores conviveu e ainda hoje convive com uma série de condições estruturais que os impedem de desenvolver-se e contribuir com a riqueza nacional, tornando-se uma classe inerte, às vezes explorada por relações de trabalhos semelhantes aos da extinta escravidão. A primeira e, talvez, a mais representativa dessas condições é a do acesso à terra. Depois, destacam-se as desigualdades de acesso ao capital social geral e aos espaços políticos de decisão.

A ocupação do sítio físico-geográfico que deu origem a produção do espaço da cidade do Recife ocorreu de maneira muito desigual, sendo marcado por uma apropriação dos solos secos e infraestruturados pelas classes mais ricas e brancas, relegando aos trabalhadores negros e mestiços os solos úmidos e não-infraestruturados. A esses últimos, por sua vez, restava apropriar-se desses lugares por meio de invasões informais, construindo ali mesmo suas moradias. Sobravam-lhes, portanto, os resíduos do espaço, lugares cuja devida ocupação requeriam conhecimentos técnicos e a posse de equipamentos materiais que eles não dispunham (FALCÃO NETO e SOUZA, 1985; BEZERRA, 1965). Em função disso, as diferenças espaciais já se faziam notar. Havia, pois, uma segmentação descontínua do espaço, tendo em vista a complexa estrutura hidrográfica, o perfil insular das terras secas e a difusa disposição dos terrenos úmidos. Não havia, portanto, uma diferenciação espacial nos moldes centro-periferia, uma vez que os dados da natureza e sua disposição na superfície a impedia.

Essa segmentação descontínua acentuou o desigual processo de implantação das infraestruturas. Os lugares mais firmes e valorizados foram sendo dotados cada vez mais de equipamentos e serviços indispensáveis à reprodução humana saudável e ao exercício da vida pública. Nesses lugares é que se edificou a cidade formal, com todos os seus valores do espaço, bem como os valores no espaço que, ao circularem, frequentemente redimensionavam os primeiros.

Enquanto isso, nos solos inconsolidados e nas encostas, as massas de trabalhadores precarizados tentavam sobreviver, lançando mão de alternativas técnicas e econômicas que, mais tarde, possibilitaram a construção do circuito inferior da economia urbana. De um lado, desenvolveram-se ruas, edifícios, praças e todos os objetos necessários à construção do urbano, constantemente redimensionados por novas levas de interesses, necessidades e desejos. Do outro, a completa ausência desses objetos e a difusão de habitações vernáculas e precárias, também conhecidas por "mocambos", enredadas muito mais pelas dinâmicas naturais que as sociais. Tratava-se, pois, de palhoças ou casas de poucos cômodos, feitas de pau-a-pique, resíduos de construção e folhas de flandres, geralmente localizadas nas áreas *non aedificandi* que, mais tarde, vieram a ser incorporadas à União enquanto "Terrenos de Marinha". Esses terrenos, por sua vez, correspondiam aos solos periodicamente banhados pelas águas oceânicas ou dos rios navegáveis (BEZERRA, 1965; SOUZA, 2002a).

Devido à escassez de terra, as áreas que foram sendo historicamente apropriadas pelas classes mais populares e negras, aos poucos, tornaram-se desejadas pelas classes mais abastadas. Desde 1850 com a Lei de Terras, mas sobretudo a partir do início do século XX, quando do início da industrialização e do crescimento populacional, a disputa por terras na cidade veio a se acirrar. Para a burguesia rentista urbana, o parcelamento e o mercado de terras sempre foram prósperas e seguras atividades econômicas. Havia, pois, uma crescente busca por terrenos, algo que tomou impulso com o instituto do "Aforamento". Tratava-se de uma concessão de domínio útil do solo ao ocupante, mediante o pagamento à União, real detentora da propriedade, de uma taxa anual, o chamado 'foro'. A alienação do domínio útil, por sua vez, tornou muitas terras da União sujeitas ao senhorio e, neste sentido, muitos pagadores de foro passaram a fazer delas uso econômico (SOUZA, 2002a). Com o apoio do Estado, a burguesia rentista urbana passou a expulsar os trabalhadores desses lugares no intuito de praticar aterros e fazer uso econômico dos terrenos<sup>59</sup>. Isso ocasionou conflitos sociais de monta,

---

<sup>59</sup> O instituto do Aforamento também proporcionou o surgimento de uma incontrolável especulação imobiliária que só foi parcialmente contornada com o Decreto-Lei 9.760 de 1946, que pôs certa ordem no sistema de compras e aquisição de terras, criando também as condições para o nascimento do mercado imobiliário local (ALVES, 2009).

sobretudo aqueles relacionados aos direitos de propriedade (FALCÃO NETO e SOUZA, 1985).

Havia, assim, diferentes concepções da propriedade da terra. De um lado, o Estado e a burguesia rentista a tomavam nos marcos do regime de direito e sua apropriação estava circunscrita ao mercado formal. Para os trabalhadores negros e mestiços, entretanto, a propriedade era definida segundo o uso imediato, baseada na posse (*Ibidem*). As respostas do poder público a tais conflitos quase sempre surgiram no sentido de atender aos interesses da burguesia. As ações do Estado nessa época limitavam-se a medidas discricionárias, embebidas de ideais higienistas e que recaíam implacavelmente sobre os trabalhadores. O urbanismo, diga-se de passagem, surgiu nesta cidade no âmbito do processo de reforma de seu centro, também pautado em ideais higienistas que visavam a modernizar a cidade, realçando aquilo que nela remetia às paisagens urbanas europeias, ao passo que buscava extirpar violentamente as habitações dos trabalhadores. O início do século XX viu surgir também a famosa “Liga Social Contra os Mocambos”, política implementada pelo interventor Agamenon Magalhães e que tinha por finalidade aterrar alagados, destruir os mocambos e estimular a construção de casas populares por meio da iniciativa privada.

Não foi por acaso que, durante esse período, a reconstrução urbana do centro e a produção de moradias tenham surgido enquanto alternativa ao ordenamento da cidade. Vivia-se, no Brasil dos anos 1930/40, alguns ricochetes da profunda crise de 1929-30 que abalou o mundo, fazendo o capitalismo se reestruturar. O fato mais marcante da crise foi a famosa compra e posterior destruição, por parte do governo brasileiro, de parte da produção de Café do Sudeste, como forma de assegurar os preços e não permitir a desvalorização do produto. Ainda assim, vivia-se uma crise de superacumulação que, no caso brasileiro, foi parcialmente sanada pela conversão de maior parte do capital para a atividade produtiva industrial, algo fortemente capitaneado por iniciativas do Estado. Outra parte desse capital foi utilizada para a urbanização, isto é, para a reforma de localidades urbanas e construção de habitações. É importante aqui lembrar daquilo que afirma Harvey (2008) a respeito da íntima relação entre as crises de superacumulação e a urbanização. No Recife não foi diferente. Como em

muitas outras grandes cidades do Brasil, o Recife foi palco de grandes transformações espaciais a partir das décadas de 1930/40, cujos resultados revelaram, acima de tudo, um poderoso crescimento territorial e populacional.

Ainda centrado no sítio complexo de águas e terras do estuário comum dos rios Capibaribe e Beberibe, tendo apenas alguns bairros e localidades afastadas na planície, o Recife passou a expandir-se vertiginosamente a partir da metade do século XX, seguindo o sentido de vias radiais que interligavam os referidos bairros e localidades com o centro (MELO, 1978). Desde o século XIX, já havia vias que desenhavam um esboço de expansão radial (Figura 07), seguindo para os antigos engenhos de açúcar, onde hoje estão localizados os bairros da Madalena, Engenho do Meio, Várzea e Apipucos (CASTRO, 1969; BEZERRA, 1965). Essas vias, entretanto, tornaram-se vetores da produção do espaço, pois a partir delas é que a cidade foi se expandindo, constituindo uma malha tentacular e segmentada. Nesse mesmo período, outra frente de expansão preenchia os espaços entre vias, fazendo a malha perder sua estrutura tentacular, mas mantendo a segmentação. Esse processo de valorização foi criando um espaço extremamente complexo, permeado por rugosidades naturais e, ao mesmo tempo, diferentes segmentos espaciais.



Figura 07: Sistema viário radial do Recife e seus arredores em 1870; Fonte: Melo (1967 *apud* ALVES 2009, p. 45)

As décadas de 1950/60 foram marcadas pela implementação, no âmbito nacional, de políticas favoráveis ao desenvolvimento econômico do país, pautadas por um pulsante estímulo ao crescimento industrial que, acreditava-se, fundamentaria um processo de substituição das exportações, fazendo o país deixar de ser agrário-exportador para constituir uma economia desenvolvida e industrializada. As condições para realização de tais políticas tiveram no alargamento da fronteira urbana e na produção expansiva do espaço urbano um de seus pilares (SANTOS, 2015). A busca alucinante pela modernização durante esse período suscitou não apenas a formação da famosa “região concentrada” (SANTOS e SILVEIRA, 2008), como também a industrialização e crescimento populacional de grandes e médias cidades que ofereciam vantagens locacionais e peso político-econômico no interior de uma região de influência. O Recife foi um exemplo (MELO, 1978; ANDRADE, 1979).

Nessa cidade, a produção expansiva do espaço ampliou as condições gerais de produção urbano-industrial para além da capital, com a criação de polos industriais peri-urbanos. Mas, também criou condições para o investimento dos excedentes no mercado imobiliário por meio de ofertas habitacionais nas áreas periféricas, com os programas viabilizados pelo Banco Nacional de Habitação e, depois, pelos loteamentos privados ou promovidos pelas Companhias Estaduais de Habitação (COHABs), levando mais tarde ao processo de metropolização. A maior evidência dessa produção expandida do espaço urbano, além do aumento populacional e da ampliação do tecido urbano, reside no surgimento de estudos e planos urbanos voltados à construção de grandes vias que indicavam a implantação de equipamentos em áreas ainda rurais. Outra prova é a preocupação crescente, a partir da década de 1950, pelos estudos relativos ao processo de desenvolvimento urbano-regional. No Recife, ilustra a vinda do emblemático Padre Lebrecht e a difusão dos ideais do Movimento Economia e Humanismo, com suas teses e metodologias para planificação e gestão econômico-social de regiões subdesenvolvidas. Tais ideais fundamentaram as “Diretrizes de um plano regional para o Recife” (1951), de Antônio Bezerra Baltar, e toda a atuação de intelectuais e das agências de planejamento urbano do Estado.

Mais tarde, aliada às demandas populares que se inscreviam no contexto de resistência à modernização conservadora do período militar, bem como em respaldo ao incentivo de organizações internacionais para o estudo da “pobreza urbana” no Terceiro Mundo, o debate sobre o desenvolvimento urbano-regional voltou-se muito mais à elucidação dos processos criadores de desigualdades espaciais. Toda a agitação política em face da luta do movimento “Terras de Ninguém”, assim como toda a efervescência intelectual em torno do Mestrado em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco e da divulgação dos cadastros institucionais das áreas pobres, promovido pela Fundação de Desenvolvimento Urbano, com o apoio do Banco Mundial, no final da década de 1970, exemplifica o que estamos falando (SANTOS e MAHMOOD, 2013).

Interessante é notar que, uma das muitas frentes do processo de metropolização foi a construção de empreendimentos imobiliários sob a forma de condomínios horizontais ou edifícios, concebidos durante o próprio período de

atuação do Banco Nacional de Habitação, nas regiões mais afastadas do núcleo metropolitano, onde o preço da terra era consideravelmente mais barato. A vida comunitária, ou baseada na identidade e no convívio de bairro ainda eram predominantes no Recife e, até aquele momento, os condomínios não haviam se tornado a forma mais comum de habitar nessa cidade. Neste sentido, os enclaves foram introduzidos inicialmente nas áreas mais periféricas, ou até mesmo no limiar entre a cidade e o campo, funcionando como vetores do processo de expansão do espaço urbano. O surgimento de enclaves nas áreas centrais do núcleo metropolitano apenas veio a ocorrer mais tarde, quando o então processo de produção foi redimensionado e o padrão de valorização e consumo do espaço foi conseqüentemente transformado.

Antes, porém, as áreas centrais e os bairros mais consolidados já passavam por importantes mudanças que redefiniram suas formas predominantes de sociabilidade. A explosão populacional das décadas de 1960/70 foi, sem sombra de dúvidas, uma delas, pois introduziu uma grande massa de trabalhadores em áreas menos privilegiadas. Acreditamos que, como resultado desse fato histórico, diferentes classes sociais, inclusive grupos sociais até então desconhecidos, advindos de outras cidades, passaram a conviver de maneira mais frequente e, conseqüentemente, também conflituosa com os antigos moradores da cidade. Até as referidas décadas, muitos dos principais bairros consolidados da cidade do Recife mantinham uma vida comunitária e uma vivência do espaço público que foi aos poucos solapada em função do medo da nova vizinhança. O primeiro reflexo foi este sentimento, avultando-se enquanto definidor da convivência social e da estética arquitetônica. Os antigos habitantes pararam de frequentar as ruas, fecharam-se em suas casas, aumentaram os seus muros e a instalaram adereços de segurança, como cercas de arame e ofendículos.

Vale dizer que, entre as classes altas e médias urbanas, sempre houve o hábito de construir uma segunda casa para férias, seja em área de praia ou no interior do Estado, sendo ela tratada como refúgio necessário ao descanso da agitada vida urbana. Essas casas de veraneio, por sua vez, eram quase sempre concebidas em conjunto, próximas e dispendo de serviços e equipamento comuns, de forma a diminuir os gastos com manutenção. Havia, pois, verdadeiros

condomínios de casas de férias, sendo este tipo de moradia um protótipo dos atuais condomínios. Acreditamos que esse modelo de habitar foi posteriormente introduzido na cidade por dois motivos: primeiro, o cotidiano metropolitano tornou-se cada dia mais tenso e violento; depois, os gastos com segurança, cada vez mais elevados em função da alta demanda, poderiam ser compartilhados por grupos de pessoas que comungassem as mesmas ideias e valores. Esse desejo e as mudanças que eles apontavam foram plenamente concretizadas, sobretudo, no processo de consolidação e crescimento de alguns bairros da zona Sul da cidade, tais como Boa Viagem e Pina (Figura 08). Nesses bairros, como em nenhum outro, difundiu-se uma vida aferrada em enclaves fortificados, haja vista a propagação de diversos condomínios edilícios. Houve, entre as décadas de 1980/90, uma mudança notável no mercado imobiliário e em suas estratégias publicitárias que, deixando de apenas tentar convencer as classes médias urbanas a morar em condomínios edilícios luxuosos, passaram a propor esse tipo de moradia como algo cada vez mais indispensável, numa cidade marcada pela violência (LOPES, 2008).



Figura 08: Orla do bairro de Boa Viagem na década de 1950 e nos dias atuais; Disponível em: <http://especiais.ne10.uol.com.br/recifeecopa/recife.html>; Acesso em: 21 de Novembro de 2016

A valorização de algumas regiões periféricas, a escassez de terras propícias à implantação de unidades residenciais, a distância em relação ao centro e, sobretudo, o forte crescimento populacional representaram um embargo à forma pela qual o espaço urbano vinha sendo produzido. Na verdade, houve entre as referidas décadas de 1980 e 90 uma verdadeira mudança no padrão de valorização

do espaço, sobretudo quando da irrupção de planos de reforma urbana dos bairros centrais da cidade. Não se tratava mais das reformas urbanísticas do início do século que tinham o claro objetivo de modernizar a cidade em atenção a algumas prescrições sanitárias e de mobilidade, seguindo preceitos estabelecidos pela matriz modernista/funcionalista do urbanismo. As reformas das décadas de 1980-90 relacionavam-se muito mais a uma tentativa de inserir certos lugares da cidade à dinâmica econômica global de consumo do espaço pela via do turismo. Foi com esse propósito, inclusive, que surgiu o Plano de Reabilitação do Bairro do Recife (1995) e, mais tarde, o próprio Projeto Capital (2000).

Elaborado entre os anos 1993 e 1995, o Plano de Revitalização do bairro do Recife, conduzido pela Empresa de Urbanização do Recife (URB), tinha como objetivo definir uma área de intervenção no centro histórico, integrando a zona portuária com o restante do bairro, de forma a transformá-lo, com base na atividade especulativa e empreendedora, em um centro de atrações turísticas. Esse plano subdividia-se em dois: o "Cores da Cidade", que visava a restaurar e valorizar as fachadas das edificações antigas; e o "Pólo Bom Jesus", que procurava revitalizar a rua Bom Jesus, de forma a ampliar as atividades comercial e de entretenimento no bairro (GOMES, 2006). O Projeto Capital, por sua vez, consistia em um plano estratégico inspirado em experiências internacionais que reunia um conjunto de operações para os bairros centrais e ao sul da orla oceânica, de forma a integrar diferentes territórios da cidade aos fluxos econômicos globais (BITOUN, 2001). O surgimento de ambos os planos demonstra que o objetivo, a partir de então, não era mais utilizar o excedente econômico em ofertas habitacionais nas áreas periféricas ou na ampliação das condições de produção urbano-industrial, mas em práticas regenerativas em áreas antigas, sob o fito de integrá-las às dinâmicas da acumulação global.

De certa forma, desde a década de 1970, já havia uma predisposição dos investidores em acolher essa mudança. Os inúmeros programas de urbanização de áreas consolidadas ou de financiamento de lotes urbanizados que marcaram uma última e menos burocrática fase do Banco Nacional de Habitação exemplificam isso. Pode-se dizer, inclusive, que as próprias pressões populares no âmbito da luta pela permanência no lugar e pelo Direito à Cidade contribuíram à supracitada

mudança. Em que pesem as evidentes diferenças de escopo político e econômico, os movimentos de luta pela regularização de áreas pobres centrais, junto ao mercado imobiliário, contribuíram, cada qual de sua maneira, para a proeminência da reprodução do espaço sobre a produção expansiva. Em vez de objetivar o avanço da cidade sobre as áreas rurais, ambos buscavam transformar as áreas mais centrais e consolidadas da cidade, de forma a acolher mais pessoas e novas formas de consumo do espaço.

O fato é que, a partir das décadas de 1980-90, passou-se a primar muito mais pela reprodução do que pela produção do espaço. Vem desse período, inclusive, o abandono da maioria dos Planos de Desenvolvimento Metropolitano e a irrupção dos projetos de identificação e tombamento dos sítios históricos. Os grandes planos viários foram engavetados e substituídos por pequenas infraestruturas de interligação entre bairros (GOMES, 2014). Paradoxalmente, e em consonância a um movimento internacional de preservação do patrimônio urbano coletivo, houve um conflituoso processo de zoneamento e preservação de estruturas arquitetônicas antigas, no intuito de que elas fossem novamente usadas depois da concretização de processos de revitalização. Os planos de revitalização e requalificação são modelos de reforma urbana que, mesmo preservando as formas estético-arquitetônicas, transformaram profundamente seu conteúdo, possibilitando o investimento de vultosos recursos econômicos. São, por fim, formas de reprodução do espaço urbano que se acham cada vez mais difundidas na esteira da recepção entusiástica do ideário do empreendedorismo urbano e dos modelos de planejamento estratégico.

### ***Vetores e tendências do atual processo de fragmentação***

A proeminência da reprodução sobre a produção, entretanto, não é de modo algum absoluta. Em vez disso, há situações híbridas, em que se pode constatar tanto um processo de produção expansiva quanto de reprodução do espaço. Exemplo neste sentido é a construção de uma nova centralidade no Oeste metropolitano impulsionada pelas obras da chamada Cidade da Copa. O retorno

dos investimentos públicos no espaço urbano ocasionados pelo “neodesenvolvimentismo” da última década foram responsáveis pelo surgimento de inúmeras obras de infraestrutura, sejam em áreas centrais consolidadas, ou em áreas periféricas e pouco ocupadas (VAINER, OLIVEIRA, LIMA JÚNIOR, MARICATO, 2014). O hibridismo, neste caso, consiste exatamente na peculiaridade dessas obras em aproveitar estruturas já consolidadas no espaço e, a partir delas, lançar novos processos de valorização, avançando para regiões pouco ocupadas da metrópole. No Recife, é extremamente ilustrativa a utilização das rodovias BR-232 e 408, bem como a Avenida Belmino Correia em Camaragibe (de onde parte o Ramal Arena Pernambuco) e as ruas Gastão Vidigal e Vale do Siriji, no bairro da UR7-Várzea, como acessos para a cidade da Copa e para o setor Oeste em expansão (Figura 09).



Figura 09: Projeto inicial do oeste metropolitano e da Cidade da Copa; Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/pe/noticia/2012/11/consequencias-da-copa-das-confederacoes-em-pernambuco.html>; Acessos em: 03 de novembro de 2017

Tais obras têm possibilitado também o surgimento de empreendimentos imobiliários periféricos (Quadro 03), os quais Davis (2006) chamou de *Off World*. No município de Camaragibe, no distrito de Aldeia, por exemplo, há muito se difundem loteamentos, condomínios e sítios murados, com forte aparato de segurança. Entre os municípios do Recife, Jaboatão e Moreno, os loteamentos

fechados Alphaville Francisco Brennand e Três Lagoas constituem outros exemplos desse tipo de enclaves. Eles surgem ao mesmo tempo em que as áreas mais centrais têm sido tomadas pela construção de condomínios edifícios, como os que dominam a paisagem dos bairros do Pina e Boa Viagem. Por isso argumentamos que esses enclaves fortificados, sejam em áreas centrais ou periféricas, constituem formas de diferenciação que caracterizam a própria atualidade da valorização e do consumo do espaço nessa cidade e em sua região metropolitana.

Quadro 03: Principais empreendimentos periféricos da Região Metropolitana do Recife

<b>Empreendimento</b>	<b>Município</b>	<b>Tipo</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>População estimada</b>
Reserva do Paiva	Cabo de Santo Agostinho	Bairro planejado	450	15 mil
Convida Suape	Cabo de Santo Agostinho	Bairro planejado	470	100 mil
Cone Suape	Cabo de Santo Agostinho	Torres empresariais	14	-
Dharma Ville	Cabo de Santo Agostinho	Bairro planejado	200	2 mil
Reserva Ipojuca	Ipojuca	Bairro planejado	72	20 mil
Engenho Trapiche	Ipojuca	Bairro planejado	200	56 mil
Villa Três Lagoas	Jaboatão dos Guararapes	Loteamento fechado	100	0,8 mil
Villa Natal	Jaboatão dos Guararapes	Bairro planejado	37	15 mil
Alphaville Francisco Brennand 1	Jaboatão dos Guararapes	Loteamento fechado	88	2,7 mil
Alphaville Francisco Brennand 2	Jaboatão dos Guararapes	Loteamento fechado	89	2,2 mil
Ecocity Jiquiá	Recife	Bairro planejado	4	40 mil
Alphaville Francisco Brennand	Recife	Loteamento fechado	0,4	2,1 mil
Shopping Metropolitano	Recife	Centro de compras	-	-
Parque Verde Condomínio Clube	Camaragibe	Condomínio fechado	-	2,3 mil
Reserva Camará	Camaragibe	Bairro planejado	26	8 mil
Cidade da Copa	São Lourenço da Mata	Bairro planejado	240	50
Reserva São Lourenço	São Lourenço da Mata	Bairro planejado	32	12
Paulista North Way Shopping	Paulista	Centro de compras	-	-

Adaptado de REYNALDO *et al*, 2013

O referido loteamento fechado Alphaville Francisco Brennand, por exemplo, consiste em um caso extremamente ilustrativo e que requer uma análise acurada. Sua implantação se deu na esteira da valorização de inovações no produto imobiliário, como os ‘bairros planejados’ e os ‘condomínios clube’, pensados sob “novos” paradigmas de acumulação urbana e novas convenções. Tais loteamentos, por sua vez, orientam gostos e escolhas residenciais com base nos conceitos de sustentabilidade e qualidade de vida. Sua implantação, entretanto, está repleta de controvérsias e irregularidades. A principal delas, conforme destaca Barroso (2015), é o próprio fato de corresponder a um loteamento, portanto regido pela lei de parcelamento do solo (Lei Federal 6.766/1979), mas cujo acesso é restringido por muros e aparatos de segurança (por isso, um loteamento fechado). Trata-se, pois, de uma ilegalidade, uma vez que todo parcelamento constitui mais um espaço para a cidade, devendo possuir equipamentos públicos em que o acesso não deve ser regulado. Seu encerramento constitui uma apropriação do espaço público e, por isso mesmo, um crime. O decreto 099/2011 do município de Jaboatão dos Guararapes, entretanto, procurou reverter a situação, autorizando a loteadora e os proprietários a fazer uso privativo do arruamento e dos espaços públicos localizados no perímetro, numa clara e inconstitucional afronta à supracitada Lei Federal.

Os loteadores do Alphaville Francisco Brennand tomam proveito de dois fatores distintos que, juntos, atuam na valorização do ativo imobiliário: a proximidade de amenidades naturais, possibilitadas pelos remanescentes de mata atlântica, pelo reflorestamento, e pelos cultivos e pastos que se situam na periferia do tecido urbano metropolitano; e a interligação com importantes rodovias que permitem o acesso ao núcleo metropolitano, ao centro do Recife e aos serviços que ali são oferecidos. O loteamento oferece, portanto, a possibilidade de afastar-se relativamente da cidade, tendo-a por perto para usufruir seus serviços. Entretanto, as três etapas do loteamento cercam o Curado, bairro pobre periférico e extremamente precário do município de Jaboatão dos Guararapes. Por isso, há uma grande disparidade de paisagens e o robustecimento de uma tensão social que, muito provavelmente, acarretará no aumento da violência e do sentimento do medo no futuro.

A Reserva do Paiva é outro empreendimento que se situa às margens do tecido metropolitano, aproveitando-se de estruturas já consolidadas, mas lançando novos processos de expansão do espaço urbano para áreas antes pouco ocupadas. Implantada nas propriedades das empresas imobiliárias Terrenos e Construções S.A e Terrenos e Construções RG Ltda, ambas pertencentes à poderosa família Brennand, a Reserva do Paiva corresponde a um empreendimento imobiliário e empresarial. Estendendo-se por quase toda extensão da praia do Paiva, no Cabo de Santo Agostinho, o empreendimento faz a interligação litorânea entre o centro metropolitano e o Complexo Industrial e Portuário de Suape, no município de Ipojuca. A área do empreendimento conta a seu favor com uma série de amenidades naturais e um certo isolamento em relação ao demais bairros do município, de forma a configurar um espaço exclusivo. Foi com vista a explorar esse exclusivismo que os empreendedores buscaram constituir um espaço restrito e sofisticado, destinado a grupos sociais muito específicos, dotado de edifícios empresariais e residenciais, *resorts*, marinas, hotéis, bem como centros de gastronomia e lazer (BARBOSA, 2014). O local que também era conhecido pela tradicional “Festa da Lavadeira”, hoje tem seu acesso controlado por pedágios, seguranças particulares e leis municipais que impedem a visita dos mais pobres.

O espaço metropolitano torna-se cada vez mais diferenciado também em função dos condomínios edilícios que se constituem em seu núcleo. O mercado imobiliário recifense desenvolveu-se de maneira jamais vista nas últimas décadas, levando ao fortalecimento do processo de verticalização, o acirramento do mercado em bairros tradicionalmente valorizados e utilizados para a prática da especulação e o aparecimento de empreendimento em bairros onde antes não havia tanta procura, na perspectiva de se apropriar de eventuais vantagens locais. Grandes obras públicas, muitas das quais pensadas no rastro de intervenções que denunciam os atuais vetores de reprodução do espaço urbano (ALBUQUERQUE e GOMES, 2015), possibilitam a entrada de vultosos capitais, com largos aportes do mercado financeiro, na construção de *condomínios resorts*. Este é o caso do *Evolution Shopping Park* (Figura 10), do Condomínio Le Parc e do Projeto Novo Recife, enclaves concebidos na esteira das inovações do produto imobiliário e que se apoiam nas ideias de segurança, exclusividade e sustentabilidade.



Figura 10: Evolution Shopping Park; Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=654633&page=15>; Acesso em: 22 de Outubro de 2016

O *Evolution Shopping Park* é um condomínio incorporado pela empresa Moura Dubeux, uma das maiores do ramo na região, que se situa ao lado do Shopping Center Recife, no bairro de Boa Viagem. Trata-se de um empreendimento que se utiliza de sua proximidade ao referido shopping para repassar uma imagem de segurança, realçando o acesso exclusivo que os moradores podem usufruir ao adquirir um de seus imóveis. De fato, o condomínio acha-se integrado ao shopping, de forma que seus moradores não têm apenas acesso exclusivo, mas a sensação de que moram dentro do shopping e de que podem acessar os serviços oferecidos a qualquer hora. Já o condomínio Le Park (Figura 11) surgiu da associação entre o poderoso grupo JCPM e a *join venture* formada pelo grupo Cyrela e a construtora Andrade Mendonça. Trata-se de outro condomínio resort que tem como mote de sua peça publicitária a “proximidade e a integração com a natureza”, pois situa-se próximo à Zona Especial de Proteção Ambiental “Parque dos Manguezais”, no bairro de Boa Viagem. Esse empreendimento, portanto, utiliza-se de sua proximidade à referida área de

proteção para reforçar sua imagem de *resort urbano*, dando a entender que se trata de um condomínio sustentavelmente integrado ao ecossistema local (CAVALCANTI, 2011).



Figura 11: Condomínio Le Parc; Disponível em: <http://leparcboaviagem.blogspot.com.br/>, Acesso em: 21 de Outubro de 2016.

O Projeto Novo Recife (Figura 12), por fim, corresponde a um empreendimento imobiliário de caráter particular, proposto por um consórcio de quatro empresas do ramo: Moura Dubeux, Queiroz Galvão, Ara Empreendimentos e GL Empreendimentos. O empreendimento foi idealizado por sobre o Terreno da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA), adquirido pelo consórcio através de leilão. Mesmo em situação irregular, tendo em vista o não atendimento de estudos obrigatórios, ele pode ser implementado em uma localidade mercadologicamente valiosa da cidade: no Cais José Estelita, localizado entre os bairros do Cabanga e de São José, e próximo ao histórico Forte das Cinco Pontas. (SANTOS e GOMES, 2016).



Figura 12: Imagem virtual do Projeto Novo Recife; Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/tag/projeto-novo-recife/page/3/>; Acesso em: 03 de novembro de 2017

O consórcio objetiva construir no lugar treze (13) edifícios modernos que variam entre 20 a 40 pavimentos, destinados a habitações de alto padrão, redes hoteleiras e escritórios empresariais. Há muito se discute o caráter privatista e segregador do empreendimento, sendo apontado por Santos e Gomes (2016) como: vetor de fragmentação; de descaracterização do lugar; e de impactos físico-ambientais. É por isso que, segundo os autores, o "novo" sugerido por esse projeto não acrescenta nenhuma novidade substancial, constituindo em vez disso um processo de (des-re)valorização orientado segundo interesses estranhos ao lugar, e que seguramente desencadeará mais desigualdades.

### ***Da "insularidade natural" à "insularidade social"***

O Recife é uma cidade construída pelos seus rios, disse Josué de Castro (1969, 1957) ao caracterizar o sítio físico-geográfico dessa cidade. Tratava-se de

uma planície aluvial constituída de penínsulas, mangues e alagados entrecortados por rios que ziguezagueavam toda a sua extensão, formando ilhas. Esse sítio insular, afirmava Castro (1969), foi que atraiu os holandeses, fazendo-os preferir a referida planície à colinosa Olinda para construir sua cidade portuária. Foi essa insularidade, semelhante àquela encontrada nas principais cidades neerlandesas, que encorajou os invasores a fincar as bases de seu domínio mercantil, escolhendo a Ilha de Antônio Vaz como ponto irradiador de uma cidade que deveria se expandir radialmente, acompanhando suas pontes e avenidas. O Recife é, portanto, uma cidade em que a presença de ilhas estuarinas configurou um fator para sua origem, constituição e expansão.

A princípio, a produção do espaço encontrava nessa superfície intermitente de águas e terras um obstáculo para sua expansão contínua. Mas, esse obstáculo foi logo vencido pelas pontes. Veneza brasileira, o Recife é a cidade em que suas pontes são o cartão postal e a via de integração de suas ilhas. As pontes atestam definitivamente o fator de insularidade natural a partir do qual o Recife se edificou segmentadamente, com seus sobrados e palácios, mas também com seus mocambos. Interessante é notar a mudança, ocorrida no transcurso dos anos, do caráter dessa insularidade. Se antes ela era natural, hoje ela é cada vez mais social.

A conversão da condição de insularidade natural para social acompanhou precisamente o processo de valorização e consumo. Trata-se, assim, de uma perspectiva possível do processo de humanização do espaço desta cidade. Por se tratar de uma região periférica, a dita conversão não se deu de forma semelhante ao dos países centrais. Aqui, a natureza foi inicialmente tomada como *commodity*, na pilhagem conduzida pela metrópole portuguesa. Depois, os colonizadores foram responsáveis pela instalação de diferentes sistemas de engenharia, muitos dos quais modernos para a época. De ambiente natural, com a presença de povos primitivos em regime de comunidade, a região passou em pouco tempo a receber valores do espaço semelhantes àqueles existentes na Europa e um conjunto de relações sociais pautadas na exploração e na acumulação. Este salto ocasionou um rápido, violento e desigual processo de valorização, cujas marcas espaciais permanecem até os dias de hoje.

Conforme dito, no transcurso histórico de formação da cidade, as terras firmes e secas foram tomadas pelas classes mais abastadas, deixando as terras úmidas e mais difíceis de estabelecimento para as classes mais pobres. Depois, quando da instalação dos valores ao solo, os lugares dos mais ricos receberam, tanto por iniciativa do Estado como por via particular, as infraestruturas necessárias ao exercício da vida moderna, em sintonia com os princípios ético/morais e estéticos hegemônicos, levando seus bairros a serem devidamente considerados no conjunto daquilo tratado como "cidade formal". Enquanto isso, os mais pobres tiveram que, por iniciativa própria, lançar mão de seus circuitos precários, dotando seus lugares de valores diferentes daqueles considerados normais, muitos dos quais concebidos a partir de preferências estéticas e destinados à uma convivência ética possíveis. Esse processo de segmentação tem resultado em um espaço complexo e descontínuo, em que o quadro geomorfológico insular combina-se com bairros de diferentes perfis de classe.

A referida conversão tem no modelo arquitetônico praticado outro aspecto do qual vale algumas considerações. Os conceitos e partidos trazidos pelos colonizadores e cristalizados na sociedade sempre tiveram como fundamento a reprodução de formas adequadas ao ambiente e ao modo de vida europeu, desconsiderando muitas vezes a tropicalidade. A Casa Grande é um exemplo neste sentido. Autônoma e indiferente ao seu entorno, essa habitação contribuiu à fixação de uma tendência na construção do habitat em que o entorno é sistematicamente negado (LEITÃO, 2005). Essa autossuficiência e segregação das Casas Grandes, já evidenciam o novo caráter insular do espaço. A cidade cresceu ocupando toda a paisagem descrita por Josué de Castro. Mas, em certos aspectos, o espaço resultante constituiu um espectro moderno dos engenhos coloniais, pois como se não bastassem as semelhanças entre segmentos das classes mais abastadas com a antiga Casa Grande, seu isolamento e desprezo em relação ao entorno permaneceu vivo.

A segmentação fundada na desigualdade social e a segregação alicerçada no desejo de distinção, foram se tornando cada vez mais complexas, na medida em que a cidade acolhia grandes levas de trabalhadores inaptos, com suas estratégias de sobrevivência e seus circuitos econômicos precários. Logo, gigantescos bairros pobres não só passaram a existir, como a marcar

decisivamente a paisagem. A violência e o sentimento do medo também entraram nessa equação, fomentando o surgimento de enclaves segregados. Hoje, pode-se dizer que a cidade se fraciona em função da generalização da vida entre-muros e dos empreendimentos privados citados no item anterior.

Os princípios que orientam e justificam a vida entre-muros correspondem aos da vida guarnecida e comunitária. Os enclaves que eles ensejam constituem-se mediante um nítido processo de isolamento e implosão da vida pública que, muitas vezes, contribui ainda mais à difusão do medo. O sentimento do medo é hoje o grande princípio ético/moral e estético da vida urbana no Recife. Os condomínios e loteamentos fechados, cada vez mais comuns nessa cidade, comprometem uma socialização voltada à cidadania, constituindo uma verdadeira ameaça ao espaço público, lugar do encontro e da política, conforme já advertiu Souza (2000). Essa insularidade social corresponde ao espaço onde vigora um declínio do homem público em direção a uma sociedade cada vez mais intimista, conforme assevera Sennet (1989). Por isso, Souza (2000, p. 207) afirma que:

Enquanto ambientes de socialização primária, os condomínios auto-segregados são, ademais, estímulos à geração de anticidadãos, estreitando os horizontes convencionais de adolescentes e jovens e contribuindo para incutir em seu imaginário uma ideia de cidade que, de certo modo, significa a dissolução da cidade enquanto um espaço do encontro, ainda que esse encontro seja tenso e conflituoso.

Nos dias atuais, a ausência do encontro e a inexistência de um espaço para o debate público robustece as atuais formas de gestão urbana neoliberais, para as quais, em se tratando de projetos urbanísticos, pouca coisa deve interessar ao cálculo político e ao debate democrático. É desse vácuo de cidadania, e sob a alegação de que “não há outra alternativa”, que o “empreendedorismo urbano” (HARVEY, 2006) se firma como elemento essencial dos atuais modelos de planejamento. Tem-se, assim, o surgimento de uma “cidade pós-política”, conforme sugeriu Swyngedouw (2012), em que a busca de consensos substitui o cotejamento entre diferentes posições políticas. Este autor afirma que, além de se distanciar de considerações reguladoras e distributivas, as atuais formas de planejamento e gestão urbanas pautam-se em redes de governança compostas por atores que, em sua grande maioria, compartilham uma mesma visão dos problemas urbanos e das técnicas consideradas necessárias ao seu

enfrentamento. É com base nessa coesão em termos de perspectiva que a rede e a geração de consensos se torna possível, ao mesmo tempo em que as agendas conflitantes e os projetos radicalmente divergentes são tratados com desprezo. Essa abordagem de governo puramente gerencial, despida da necessária politização, Zizek (2006) também chama de “pós-política”.

O conflito entre diferentes projetos tem sido substituído, segundo Swyngedouw (2012), por um associativismo colaborativo de tecnocratas que, nos marcos daquilo que é imposto como única alternativa e seguindo agendamentos políticos e engenharias sociais presumidamente democráticas (mas definida nos moldes *top-down*), elaboram interpretações e elegem ações que jugam necessárias e suficientes para a transformação positiva da realidade urbana. Mas, o resultado é uma cidade à deriva, sem controle. Fragmentado, o Recife é uma cidade que caminha a passos largos para a desintegração de seus espaços públicos. Como se não bastasse o crescente encerramento das classes mais abastadas em enclaves e o abandono da convivência pública, o pensamento unidimensional no planejamento urbano, cuja sustentação reside no discurso competente e apolítico (GOMES, 2015), prepara o terreno para uma verdadeira atomização de grupos e indivíduos, ocasionando um retorno à situação insular de grupos e sociabilidades solitárias, numa espécie de exemplificação periférica da “solidão na multidão” das metrópoles modernas, tão bem registrados por Baudelaire (1985), por Simmel (2005) e por Benjamim (1994).

A insularidade social é, pois, a manifestação local da fragmentação, da vida entre-muros. O esquema a seguir ilustra a relação entre os conceitos apresentados (Figura 12):



Figura 12: Relações entre os conceitos de fragmentação, vida entre-muros e insularidade social; Elaboração: Otávio Santos, 2017

A cidade do Recife encontra-se cada vez mais fragmentada por condomínios, loteamentos fechados e shopping centers que encerram entre seus muros a convivência de diversos grupos sociais, interferindo negativamente no espaço público.

## 3.2 Planejamento urbano e fragmentação do espaço

Tudo isso não se constituiria sem que o Estado e a legislação vigente, no que tange ao uso do solo, fossem condescendentes. Como vimos, a criação de determinados valores do espaço, bem como o processo de produção de um modo geral requerem relações de produção que os sustentem. O ordenamento e as práticas de planejamento e gestão urbanas do Recife, ao estabelecer zoneamentos, discriminar parâmetros construtivos e direcionar o crescimento da cidade, contribuíram ainda que indiretamente ao processo de fragmentação ou à constituição da supracitada insularidade social, pois sempre se apoiou em princípios que negavam a diversidade e a mistura, preconizando muito mais a padronização, o controle e a atuação quase anárquica do capital imobiliário.

### ***Marcos normativos e práticas urbanísticas***

Os primeiros e mais singelos marcos que visavam a ordenar o uso do solo na cidade do Recife, excetuando-se aqueles vigentes no período de dominação holandesa, foram os códigos de condutas provenientes do reino português, baseados nas Ordenações, que discriminavam os sistemas de representação municipal, as disposições sobre abastecimento, limpeza e saúde públicos, bem como as padronizações para obras públicas. Nelas, como em outros marcos normativos do período, buscava-se a centralização da administração colonial e o controle sobre as riquezas e a sociedade. Elas foram implementadas sem que fossem alteradas as condições iniciais de acesso à terra, isto é, a concessão de sesmarias. Assim, em função da forma pela qual era ordenada a apropriação e o uso do solo pela Coroa, foi se constituindo uma grande concentração fundiária e um rígido controle sobre arranjo dos espaços das vilas e cidades. Essa situação perdurou até o século XIX quando: o regime colonial-escravocrata foi sobrepujado pelo Império; o regime de sesmaria foi encerrado e, em seu lugar, instituída a Lei de Terras; e os municípios puseram-se a dispor da administração e do

planejamento de suas sedes de forma mais autônoma (SOUZA, 2002b; REZENDE, 2005; REIS FILHO 1968, 1994).

As cidades brasileiras no final do século XIX e início do século XX estavam em franco processo de crescimento, por conta mesmo da chegada de um enorme contingente de antigos escravos, imigrantes e trabalhadores do campo, justificando a irrupção de planos de reforma urbanística e reorganização dos seus espaços. Chegavam também ao país os ideais modernos, influenciando uma grande leva de administradores, arquitetos e engenheiros. No âmbito da formulação de grandes obras públicas, esses profissionais passaram a constituir a *intelligentsia* com base na qual foi tomando corpo a cultura do planejamento urbano no Brasil. Inspirados em modelos racionalistas de ordenamento, esses intelectuais introduziram no país as práticas do zoneamento, objetivando com isso disciplinar os usos do solo e direcionar o crescimento da cidade. No Recife, os processos de valorização e consumo, e a resultante fragmentação do espaço, não se constituiriam sem as normativas Estatais de zoneamento historicamente implementadas, pois elas sempre pressupunham a divisão e a padronização de usos do espaço, envolvendo desde determinados princípios ético/morais até tipos estético-arquitetônicos nas construções, permitindo também ampla liberdade para os promotores imobiliários.

A primeira lei que visava claramente repartir a cidade para ordenar seu uso e direcionar o contínuo processo de valorização e consumo data de 11 de Setembro de 1919. A Lei 1.051, formulada pelo Conselho Municipal do Recife, criou o primeiro zoneamento da cidade, regulamentando a lei nº 868/18 que estabelecia quatro diferentes zonas: o Perímetro principal; o Segundo perímetro, o urbano; o Terceiro perímetro, o suburbano; e o Quarto perímetro, o rural. O primeiro perímetro compreendia os bairros do Recife, de São José, Santo Antônio e Boa Vista. Nele, assim como sobre o perímetro urbano, ficou determinado a proibição da construção de mocambos ou habitações de baixo padrão, numa clara tentativa de afastar esses tipos de moradia do centro da cidade. O perímetro principal, portanto, recebeu determinados parâmetros de afastamento entre edificações e diretrizes para seu embelezamento (ALVES, 2009). A partir desse zoneamento ficou determinado também que o perímetro periférico, o rural, seria o lugar onde se poderia construir mocambos e chalés, obedecendo-se a parâmetros específicos de

afastamento entre as construções, sob o fito de constituir uma dualização centro-periferia no mapa da cidade.

Essa tentativa não foi bem-sucedida, posto que os mocambos se desenvolveram por todos os lugares, inclusive naqueles incluídos no perímetro principal. O maior efeito da normativa, porém, foi o encarecimento do valor do solo nos primeiros perímetros. Isso fez com que fosse constituindo, desde então de forma institucionalizada, uma elementar segmentação do espaço (ALVES, 2009). Uma segmentação descontínua, vale lembrar, tendo em vista a complexa rede hidrográfica e a confusão entre solos firmes e encharcados. Não obstante, era um processo que lançava as bases para uma diferenciação amparada na desigualdade social, jungido de um forte componente ético e estético, uma vez que este zoneamento também apontava para a necessidade de afastar das regiões mais centrais e embelezadas, as habitações precárias e a população negra e mestiça. A percepção que prevalecia do espaço urbano moderno era aquele semelhante ao das cidades europeias, para o qual Paris servia de maior exemplificação.

É exatamente por isso que na década de 1930 insurgem os planos de remodelação do bairro de Santo Antônio, num extenso processo que só veio a culminar na década de 1940 com a construção da Avenida Guararapes. Em 1927, na gestão do prefeito Joaquim Pessoa Guerra, foi realizada uma reforma no bairro do Recife, firmou-se um contrato com a Companhia Construtora do Norte do Brasil, sob a liderança do engenheiro Domingos Ferreira, para a elaboração de um projeto capaz de livrar o bairro de Santo Antônio do seus aspectos anti-higiênicos e atrasados. Esse projeto foi revisto mais tarde pelo Clube de Engenharia, sendo substituído por outro formulado pela Comissão do Plano da Cidade, sob a liderança de Nestor de Figueiredo. Esse plano, por sua vez, foi substituído pelo de Atilio Corrêa Lima em meados da década de 1930. O projeto efetivamente executado foi um reformulado pela Comissão do Plano da Cidade, com o aporte do engenheiro Uilhôa Cintra, já no governo do interventor Novaes Filho, tendo sido construído sob fortes problemas financeiros e sociais. Em 1944, por exemplo, para a finalização da obra, foi desapropriada e destruída a famosa Igreja do Paraíso, fato esse que gerou muito descontentamento (OUTTES, 1992, 1997).

Ainda no Estado Novo, foi posta em prática também uma verdadeira cruzada contra as habitações dos trabalhadores negros e mestiços, no intuito de retirá-los da moderna cidade que se imaginava surgindo por meio dos melhoramentos. Tanto nas reformas, como na Liga Social Contra os Mocambos, subjazia uma tentativa de segmentar a cidade, cada vez mais com base em separações entre formas de valorizar e consumir o espaço. Tratava-se, pois, de formas mais elementares de fragmentação, de constituição da referida insularidade social, algo que foi sendo cada vez mais robustecido com as legislações e ações institucionais posteriores. Em 1936, sob o calor das reformas no centro, foi reformulada a lei de zoneamento, sob a batuta do Clube de Engenharia e do arquiteto e urbanista Atilio Correia Lima. Por meio do decreto 374, de 12 de Agosto, os quatro perímetro (então chamados de zona) foram estendidos sobre o mapa da cidade e, no interior de cada um, foram definidas subzonas funcionais (residencial, comercial ou industrial). O novo zoneamento dividiu ainda mais a cidade e reafirmou os princípios higienistas, na medida em que proibiu definitivamente a construção de chalés, casa de taipa ou mocambos na cidade (ALVES, 2009).

O zoneamento de 1936, também chamado de Código de Obras, somado ao decreto 27, de 15 de julho de 1946, contribuíram também para a valorização dos bairros centrais, pois possibilitaram uma maior verticalização dessas áreas. A Lei 2.590, de 24 de Novembro de 1953, por sua vez, incorporou os bairros do Pina e Boa Viagem à zona principal, atribuindo-lhes altos parâmetros construtivos e de verticalização (ALVES, 2009). Isso funcionou como um verdadeiro incentivo para a ocupação e valorização da região sul, bem como para a instalação de condomínios edilícios naquela área, conforme já mencionamos no subcapítulo anterior. Na década de 1950, vivia-se no país um forte processo de modernização, baseado na instalação das condições urbano-industriais e no processo de valorização expansiva do espaço pela via da ampliação da fronteira urbana. O excedente da economia nacional investido na valorização do espaço não foi capaz, entretanto, de dar conta das desigualdades sociais e, em vez disso, ampliou os bolsões de pobreza urbana, representando uma de suas manifestações mais eloquentes.

Foi no rastro de permanências das desigualdades urbanas, bem como na tentativa de superá-las, que as ideias do Movimento Economia e Humanismo

encontraram na cidade um solo fértil para sua propagação. Para tanto, concorreram a vinda do padre dominicano Louis-Joseph Lebret e sua contribuição à reformulação institucional e metodológica das agências de planejamento, bem como na difusão de seus princípios humanistas. Compreendendo que os problemas urbanos são cada vez mais regionais, Antônio Bezerra Baltar, grande interlocutor do Padre Lebret, foi autor do já mencionado estudo que visava à planificação e gestão econômico-social da região metropolitana (antes mesmo de sua institucionalização) (PONTUAL, 2014). Entretanto, as teses e metodologias do referido movimento não foram capazes de fazer frente ao já embrionário processo de fragmentação do espaço, sobretudo por que as formas de valorização e consumo continuaram seguindo seu rumo desigual. Além disso, o Golpe de 1964 interditou os canais de participação popular e suprimiu as preocupações sociais presentes no Estado. Um novo zoneamento instituído em 1961, por sua vez, estabeleceu um grande período de estímulo à consolidação de mais desigualdades.

Por meio da lei 7.427, de 19 de Outubro de 1961, foi então substituído o antigo Código de Obras. Neste novo código, a zona urbana (agora chamada de setor urbano) tornou-se ainda maior, também subdividido em zonas funcionais, ratificando o código anterior no que tange à proibição do surgimento de moradias precárias. O que a supracitada lei trouxe de especial foi a regulamentação de loteamentos e conjuntos habitacionais, preocupando-se também com a transformação do padrão urbano ao introduzir os conceitos de Parque, Jardim e Sítio, caracterizando inclusive as novas ofertas imobiliárias (ALVES, 2009). Está claro que a ideia de cidade-jardim já vinha sendo usada pelo mercado e a busca de segurança, conforto e vida comunitária já se fazia presente. Portanto, desde essa época, o medo já se instaurava como princípio ético/moral e estético, e os processos de valorização e consumo já manifestavam essa mudança, faltando apenas o Estado legislar nesse sentido.

Talvez por isso, durante todo o período de atuação do Banco Nacional de Habitação, a maior parte dos empreendimentos viabilizados tenha sido concebida em enclaves. Há, com efeito, modelos arquitetônicos de habitações, para as classes médias e altas urbanas, que foi e ainda hoje é replicado nas atuais ofertas

imobiliárias, com breves mudanças e adaptações. Quase todos eles, conforme já mencionamos, eram desenhados no interior de enclaves, já que a violência e o sentimento do medo eram crescentes. A explosão populacional e o acirramento das desigualdades, conforme expomos nos subcapítulos anteriores, impulsionou a necessidade do auto-isolamento das classes médias urbanas e a segregação. Somados o esvaziamento das praças e ruas e a irrupção de uma arquitetura belicista, estavam constituídos os elementos mais fundamentais de um movimento de implosão dos espaços públicos. Note-se que foi exatamente no período autoritário, de endurecimento da política urbana e de forte atuação do mercado imobiliário, que a fragmentação tomou contornos muito mais visíveis.

Por outro lado, o final da década de 1970 e início de 1980 foi também marcado pelo ingresso, no debate público, de temas atinentes à pobreza urbana e ao acesso à terra. A luta do movimento Terras de Ninguém, que já coordenava inúmeras invasões na cidade, estava ajudando a constituir um entusiasmo intelectual por essas questões, algo que foi avigorado em face das demandas por informações sobre a pobreza por parte de organismos multilaterais e agências de planejamento locais. O Seminário Nacional sobre Pobreza Urbana e Desenvolvimento, realizado pela Universidade Federal de Pernambuco em 1978, conseguiu reunir intelectuais do Brasil e de outros países para discutir as questões urbanas e de lá saíram importantes estudos, tais como o "Pobreza Urbana" de Milton Santos. De lá também saiu o primeiro cadastro que visava a identificar e registrar as áreas pobres da região (SANTOS & MAHMOOD, 2013). O resultado mais significativo desse movimento, portanto, foi a introdução, nos meios intelectual e institucional, da necessidade de viabilizar o direito a terra e ao conjunto da cidade para os mais pobres por meio da regularização e valorização, segundo os parâmetros urbanísticos vigentes, das áreas mais pobres resultantes de processos de invasão.

Nessa época, questionavam-se os tradicionais processos de realocação, que retiravam as classes mais populares de áreas mais prestigiadas da cidade e discutia-se, por complemento, a "função social" da propriedade urbana e da cidade. O acúmulo dessas discussões se desdobrou em dois sentidos: um primeiro, articulando-se em lutas sociais nas mais diversas escalas, visava a apontar novos

caminhos para a formulação de políticas habitacionais mais abrangentes, descentralizadas e justas; um segundo, procurava revisar as normativas de uso do solo, reconhecendo as áreas populares e criando meios para sua regularização e valorização. Do ponto de vista institucional, em resposta às pressões populares, já vinham sendo postos em prática alguns programas de urbanização de áreas consolidadas ou de financiamento de lotes urbanizados. Esse movimento culminou, no Recife, na instituição de um novo zoneamento para a cidade, em 1983.

A Lei 14.511, de 17 de Janeiro de 1983, conhecida por Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), dividiu a cidade em seis diferentes zonas, dentre as quais as de atividades múltiplas e as especiais (de interesse social, verde etc.). Os critérios não se pautavam mais em parâmetros urbano-arquitetônicos, mas em densidade construtiva. A referida lei também inovou no que concerne à incorporação de novos agentes na gestão com a criação de conselhos e comissões de representantes, tais como o "Conselho de Desenvolvimento Urbano", a Comissão Especial de Acompanhamento do Plano de Ocupação e Uso do Solo e a Comissão Especial do Código de Obras e Posturas. Mas, a maior inovação foi a introdução das chamadas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), criadas sob o fito de reconhecer as áreas populares e, posteriormente, servir de base geográfica para processos de regularização e valorização, sendo assim um dos frutos de toda a pressão popular exercida nos anos anteriores. Entretanto, segundo Medina (1997), a LUOS constituiu uma inversão total entre o domínio público e privado na legislação urbana. Isto é, passou-se a privilegiar o controle das práticas dentro dos lotes, sem muitas preocupações com a rua. Com efeito, as zonas residenciais é que tinham maior importância, detendo os maiores coeficientes de utilização.

O processo de redemocratização do país apontava para mais conquistas populares e todo o debate a propósito do direito à cidade que também aportaram a Constituinte de 1987/88, inseriu nela alguns capítulos sobre a política urbana. Antes, porém, alguns avanços institucionais no nível local foram realizados. Isso por que, em 1987, as ZEIS do Recife ganharam uma utilidade prática com o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS). A partir de então, dependendo do grau de organização popular, elas seriam efetivamente lugar

para concretização de planos de regularização que poderiam mudar o mapa desigual da cidade. O resultado objetivo do PREZEIS, entretanto, foi frustrante. Cooptação, fisiologismo e limites orçamentários restringiram o alcance social do programa, levando-o a perder gradualmente sua importância (SOUZA, 2010). Seu efeito mais significativo foi o de contribuir indiretamente à revalorização financeira de determinadas áreas da cidade, criando verdadeiras reservas para a prática especulativa, levando também o mercado imobiliário a atentar para os raros terrenos no interior do espaço já constituído. É preciso lembrar que, desde a década de 1990, já se faziam sentir as mudanças no padrão de valorização e consumo do espaço que, se antes constituíam um processo de produção expansivo, agora já se voltava para a reprodução do espaço.

A partir de então, mercado imobiliário passou a atuar fortemente nos bairros já consolidados da cidade, aproveitando-se dos poucos terrenos disponíveis e das vantagens locacionais decorrentes da proximidade em relação ao centro. Quando não havia mais terrenos, adquiriam-se edificações mais antigas, promoviam sua desvalorização (isto é, sua destruição) e, por fim, construía novas ofertas imobiliárias, sempre de acordo com as expectativas estéticas e de convivência social hegemônicas. O aquecimento do setor ocasionou um vertiginoso encarecimento do solo, fazendo com que o Estado e setores da sociedade passassem a elaborar dispositivos que pudessem conter esse movimento. O primeiro deles, conforme Alves (2009), foi a lei 15.199, de 18 de Março de 1989, resultante de pressões sociais por parte de moradores do bairro de Casa Forte. Nela se restringiam os gabaritos desse bairro, criava-se a zona de preservação de Monteiro e revisava-se a de Apipucos. Contudo, ela não foi capaz de reduzir substancialmente o encarecimento do solo e a especulação imobiliária da região. Assim como em Boa Viagem, aquele setor estava passando por uma explosão de novos empreendimentos, quase todos eles concebidos em forma de enclaves fortificados.

Em 13 de Abril de 1996, foi instituída a lei 16.176/96, um novo Plano de Uso e Ocupação do Solo para a cidade. Em relação ao anterior, foram introduzidos novos conceitos, como o de "solo criado", "transferência do direito de construir" e "taxa de solo natural". Dividiu a cidade em quatro novas zonas: de urbanização

preferencial; urbanização de morros, urbanização restrita; e de diretrizes específicas. Permitiu um maior índice construtivo em algumas regiões e restringiu em outros. Mas, ao final, não conseguiu criar dispositivos concretos que pudessem inibir o avanço da atividade especulativa (ALVES, 2009). Bairros como o de Boa Viagem, por exemplo, passaram a ter um alto índice de 'coeficiente de utilização do terreno', o que impulsionou a construção de condomínios edilícios. Cabe registrar que o país estava passando por uma grave crise social decorrente da implementação da agenda neoliberal. Os índices de criminalidade cresciam a cada ano e, conseqüentemente, o sentimento do medo e do risco. A construção de enclaves, portanto, não se restringia mais às ofertas imobiliárias, mas incluía também as áreas de lazer e consumo, como os shoppings. Entrava em vigor um poderoso processo de privatização dos espaços e de implosão da vida pública.

Em 2000, com a vitória de João Paulo, liderança ligada ao Partido dos Trabalhadores e às lutas populares do Recife, os promotores imobiliários apressaram-se em aprovar, junto ao Estado, um grande número de empreendimentos, pois temiam que, depois de assumir a prefeitura, o PT levasse a termo uma grande mudança na política urbana. O governo de João Paulo, entretanto, não obstaculizou a dinâmica do mercado imobiliário, resumindo-se a potencializar os canais de participação popular e a criar mecanismos de controle e acesso à terra. A única medida nesse sentido foi a formulação de uma polêmica medida que restringia o coeficiente construtivo e congelava a aprovação de empreendimentos para os bairros da margem esquerda do Rio Capibaribe, formulada depois de alguns estudos e discussões, mas, também em atenção ao compromisso de campanha firmado em face das reivindicações dos moradores daqueles bairros. Depois de sua reformulação e aprovação junto à Câmara de Vereadores e do Conselho de Desenvolvimento Urbano da Cidade (CDU), tal medida foi instituída sob a Lei 16.719 de 30 de Novembro de 2001, também chamada de "Lei dos doze bairros" (ALVES, 2009).

No mesmo ano, chegava-se ao fim o extenso processo de regulamentação dos dois artigos sobre política urbana da Constituição Federal (182 e 183), com a instituição da Lei 10.257, de 10 de Julho de 2001, também chamada de Estatuto da Cidade. Nele dispõe-se sobre a obrigatoriedade dos Planos Diretores e de uma

miríade de instrumentos para inibir a atividade especulativa, bem como garantir o acesso à terra e ao conjunto da cidade para os mais pobres. Antes, porém, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica da cidade do Recife já haviam determinado o Plano Diretor como mecanismo para redistribuição e disciplinamento do processo de valorização e consumo do espaço. Conforme Pontual (1998), o primeiro Plano Diretor da Cidade do Recife (PDCR) foi formulado em 1991, ainda durante a gestão de Joaquim Francisco, sendo elaborado por um consórcio de empresas de consultoria (Procenge, Urbana e Acquaplan) juntamente com a Secretaria de Planejamento Urbano municipal. O plano ainda foi avaliado por uma comissão de representantes e pela Câmara municipal, sendo objeto de duras críticas por parte dos promotores imobiliários, tendo em vista as propostas de modificação das dinâmicas desse segmento econômico, sobretudo no que tange ao solo criado e à outorga onerosa (PONTUAL, 1997).

O primeiro plano foi revisado conforme os interesses dos promotores, tendo sido instituído pela lei 15.547, de 19 de Outubro de 1991, em rito que mais parecia uma farsa irônica, conforme destaca Pontual (1997). Estava chancelada uma legislação conveniente ao setor imobiliário, sendo esse um dos motivos de seu crescimento alucinante nos anos posteriores. A revisão do PDCR só veio a ser aprovada em 2008, sete anos depois da aprovação do Estatuto da Cidade e da instituição da obrigatoriedade e revisão periódica dos planos diretores. Mais uma vez foram respeitados os preceitos de participação popular, ainda mais diante do quadro político de hegemonia do Partido dos Trabalhadores no âmbito local e nacional. Iniciada em 2001, a revisão foi conduzida pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, sendo constituído para tanto um Conselho Diretor que estabeleceu os termos de referência, sendo mais tarde estendida à participação ao Conselho de Desenvolvimento Urbano. Com o aporte de diferentes comissões de representantes do governo e da sociedade civil e de técnicos contratados, um texto base foi produzido e posto à apreciação do CDU e da sociedade. Os promotores imobiliários, articulados pela Associação de Empresas do Mercado Imobiliário de Pernambuco (ADEMI/PE) e pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Pernambuco (SINDUSCON/PE), mais uma vez colocaram-se contra as propostas que intervinham em suas atividades (SILVA, 2009; NUNES, 2011).

Em 2005, ainda no processo da revisão do PDCR, a prefeitura sancionou a Conferência do Plano Diretor, levando a ela uma proposta que contemplava demandas do setor produtivo e dos movimentos sociais. A proposta resultante foi bastante interessante, pois abrangia a maior parte das demandas populares. Ela deveria ser transformada em projeto de Lei e levada à câmara imediatamente, mas sofreu modificações no caminho e o projeto que chegou à Câmara pouco tinha a ver com o que foi pactuado na Conferência. Conforme esclarece Silva (2009), ainda durante a primeira gestão do governo João Paulo, ocorreram mudanças no que concerne às alianças e bases de sustentação, mediante a inserção formal de setores econômicos que antes se opunham a João Paulo e ao PT. Estes setores, dos quais se inclui o próprio mercado imobiliário, chegaram a financiar a campanha de prefeito em 2004, levando-o à reeleição. Foi por isso que, ao final do processo de revisão, a Prefeitura decidiu arbitrariamente modificar muitas das propostas popularmente pactuadas, encaminhando à Câmara um substitutivo que representava os interesses dos promotores imobiliários.

Com a legislação mais uma vez a seu favor, o capital imobiliário seguiu seu ritmo anárquico de acumulação, com pouquíssimos impedimentos por parte das normativas Estatais de uso do solo e de suas práticas urbanísticas. Se antes o Estado contribuía diretamente à fragmentação do espaço, hoje ele não consegue fazer frente ou é condescendente às investidas privatizantes do mercado imobiliário. Foi o que se viu, por exemplo, na construção das duas torres residenciais na linha de costa, no Cais de Santa Rita. Embargada diversas vezes pelo Ministério Público, a obra foi finalizada mesmo estando ilegal, sendo hoje tratada como fato consumado. Portanto, uma importante área outrora pública foi apropriada e, apesar das interdições legais, foi construída graças a generosidade e complacência da Prefeitura e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Semelhante a esse caso, muitos outros enclaves foram se constituindo na cidade, fazendo-a adquirir as características descritas no subcapítulo anterior, isto é, um espaço fortemente fragmentado, marcado por uma insularidade social.

### ***Uma cidade amedrontada***

A produção do espaço urbano no Recife, portanto, não tem ocorrido de forma aleatória. Segundo Lima e Ximenes (1998), as formas de valorização e consumo revelam as desigualdades sociais e o sentimento do medo diferentemente difundidos. Esses autores afirmam que o risco diferenciado de serem alvos da violência e da mortalidade por causas externas determina o comportamento de certas classes e interfere na organização do espaço. É neste sentido que o medo da despossessão e da morte violenta acabam se tornando princípios ético/moral e estético de valorização e consumo do espaço. Segundo Waiselfisz (2011), o número total de homicídios no Recife, no período de 1998 a 2008, reduziu 15,3%. A taxa de homicídio em 1998 era de 114 em 100 mil habitantes, em 2008 era 85,2 em 100 mil habitantes. O número de homicídios por arma de fogo em 2014 foi de 554, 51,7% a menos que o registrado em 2004. Trata-se de grandes reduções, mas o índice de homicídios e de mortes violentas ainda é muito alto (WAISELFISZ, 2015).

Em 1998, o Recife sustentava o posto de capital mais violenta do Brasil, perdendo a posição apenas para Maceió em 2008, mas, permanecendo em 2º lugar. Em 2008, o Recife ainda era a terceira cidade em número total de homicídios no Brasil, perdendo apenas para São Paulo e Rio de Janeiro (WAISELFISZ, 2011). Hoje, ela é a 19ª no número de homicídios por arma de fogo (WAISELFISZ, 2015). Esses homicídios, conforme acrescenta o autor, atingem sobretudo os jovens, sendo decorrentes do tráfico de drogas e de problemas pessoais (WAISELFISZ, 2011). Com efeito, a maior parte dos crimes e agravos violentos no Recife, com efeito, são de natureza passional. As mulheres são as mais vitimadas (MELO, SILVA e CALDAS, 2009). Há, ainda, uma relação direta e proporcional entre consumo de álcool e a ocorrência desse tipo de violência, conforme destaca Melo, Caldas e Carvalho (2005).

A percepção da violência no Recife, entretanto, é muito maior que a violência real, superdimensionada que é graças a espectros da mídia corporativa, que reservam em sua grade de programação ou em seus cadernos de notícia um grande espaço para evidenciar crimes violentos (MELO, 2010). São imagens e discursos que, segundo Caldeira (2000), contribuem à constituição simbólica da

chamada "fala do crime". Elas são cada vez mais frequentes e significativas, a despeito da redução da violência constatada nos últimos anos. A violência real no Estado de Pernambuco reduziu-se sensivelmente devido ao tímido processo de redução das desigualdades e do programa estadual "Pacto Pela Vida", que aumentou o efetivo de policiais e o policiamento nas ruas (JÚNIOR, 2010). Ainda assim, o sentimento do medo frente à violência continuou crescente, conjuminando desta vez com o medo da indistinção. A ascensão social experimentada durante os governos progressistas do PT, na escala nacional, e do PSB, no nível estadual, possibilitou o acesso ao consumo para uma ampla fração da classe trabalhadora. Tendo que dividir espaços que antes eram exclusivos, as classes mais abastadas passaram a fomentar outras formas de exclusivismos, subjacentes ao medo e ao preconceito social. Daí o exclusivismo socioespacial, conforme sugere Barbosa (2014), ou a "gourmetização" e "camarotização" dos espaços urbanos (Figura 13). Tratam-se, com efeito, de formas mais contemporâneas de segregar e fragmentar o espaço.



Figura 13: *Food Park* Pracinha Recife, área externa do Shopping Center Recife; Nota: Na área externa do Shopping Recife funciona esporadicamente um *food park* onde são comercializados lanches e refeições de rua; Disponível em: <http://blog.elefanteverde.com.br/food-parks-do-recife/#.WHqkp1MrKUI>; Acesso em: 14 de Janeiro de 2017.

O medo ainda tem sido utilizado nas propagandas das ofertas imobiliárias, no sentido de mostrar que a cidade é naturalmente caótica e que livrar-se desse caos não constitui apenas uma opção de vida, ou um privilégio das classes mais abastadas, mas uma necessidade essencial sem a qual não é possível viver na cidade. Os novos condomínios-clube, criados na esteira de inovações do produto imobiliário, trazem cada vez mais itens que fortalecem sua imagem de espaço seguro e exclusivo (Figura 14). Mais que isso, conceitos como os de sustentabilidade e qualidade de vida são associados ao de comunhão, na perspectiva de criar um aspecto de comunidade de cuidado, um verdadeiro oásis em meio ao violento e congestionado caos urbano.

**Lançamento**

**Riviera**  
BOA VIAGEM

um condomínio clube  
onde morar com sofisticação e segurança  
casa com ser feliz.

O EMPREENDIMENTO  
LOCALIZAÇÃO  
SEGURANÇA  
LAZER  
APARTAMENTOS  
COSIL  
MC BRASIL

3 Qts.  
(1 SUÍTE)

Mais de  
30 opções de  
LAZER

Aptos. de  
89m² 71m² 61m²

MENSAL  
A PARTIR DE  
R\$ 400,00  
\*MC BRASIL\*

VISITE 2 APTOS DECORADOS NO LOCAL

Rua Antônio Gonçalves de Sá, 100 - Boa Viagem, Recife - PE

Figura 14: Folder publicitário do Condomínio Riviera, no Bairro de Boa Viagem; Nota: No folder, lê-se: "um condomínio clube onde morar com sofisticação e segurança casa com ser feliz". Nota-se, portanto, uma clara exaltação da segurança, do bem-estar e do exclusivismo; Fonte: <http://acertodecontas.blog.br/financiamento-imobiliario/cosil-procura-blog-para-dar-esclarecimentos/>; Acesso em: 12/06/2016

Sob o estigma do medo também se difunde uma "arquitetura de guerrilha", nas mais diversas classes sociais. Levantar um grande muro, dispor ofendículos, cercas elétricas e instalar câmeras filmadoras são hoje tão essenciais quanto quaisquer outros itens de conforto e privacidade das edificações, sejam elas suntuosas e destinadas aos mais ricos, ou mais singelas, construídas ilegalmente pelos mais pobres (Figuras 15). Formas de habitar cuja construção deu-se com

base numa clara negação da rua e do espaço público, esses diversos tipos de enclaves caracterizam o quadro de insularidade social da cidade.



Figuras 15: Câmeras de segurança e cercas elétricas no Condomínio Morada Recife Antigo, Recife/Brasil; Fotografia: Otávio Santos, 2016

A construção de um muro ou a instalação que equipamentos de segurança, conforme já mencionamos, tende a “agregar valor” (torna mais seguro?) em uma habitação ou conjunto de moradias. A presença desses elementos pode, em muitos casos, definir se a oferta imobiliária constituirá um sucesso ou um fracasso. É por isso que eles se tornam cada vez mais indispensáveis para os incorporadores. Trata-se de valores que servem para evitar amálgamas entre diferentes formas de conviver e gostos estéticos, posto que a mixórdia ou a simples presença de um elemento destoante no espaço constitui um fator potencial de desvalorização ou obstáculo geográfico à acumulação urbana. Isto é o que acontece quando um indivíduo negro e pobre, ou uma atividade econômica informal, ou uma habitação precária e antiga acha-se nas proximidades de um condomínio ou loteamento fechado, por exemplo. A percepção que se tem deles é de algo adverso, que desfigura e desvaloriza o enclave. Os muros e todo aparato são estratégias à superação desses obstáculos, fronteiras instituídas sob o fito de preservar um

processo de valorização do valor, afugentando a heterogeneidade e preservando o padrão estético e as condições de convivência social hegemônicas.

A mentalidade que alicerça tais processos é a mesma que orienta as atuais práticas urbanísticas e a ação do Estado no ordenamento do uso do solo e na gestão dos serviços urbanos. O que explica a cessão da manutenção de propriedades, praças e logradouros públicos à iniciativa privada? Apenas a falta de recursos ou a ineficiência em termos de gestão não dão conta de explicar a integralidade desse processo. Somado a isso, deve-se considerar a crescente percepção de que o privado é preferível ao público, o restrito é melhor que o aberto. Ademais, o que explica o fechamento de praças, parques e edifícios públicos por meio de cercas e grades, a construção de alambrados em avenidas (Figura 16) e de ofendículos em pontes e viadutos? Não seria a tentativa de evitar amálgamas, pessoas e usos destoantes? Não seriam também fronteiras demarcando formas específicas de consumir o espaço? A vida entre-muros invade o planejamento urbano, incrusta-se no Estado, ao passo que se naturaliza no tecido social.



Figura 16: Alambrado separando a Via Mangue de seu entorno, no bairro do Pina. Disponível em: <http://jc.ne10.uol.com.br/blogs/deolhonotransito/2016/03/30/via-mangue-comeca-sofrer-com-favelizacao/>; Acesso em: 14 de Janeiro de 2017

A decadência social de que fala Tonet (2002) se instaura em função de contradições morais. Acrescentamos que há também um empobrecimento do ponto de vista estético. Isso se deve ao fato de que os empreendimentos privados, obras públicas e práticas urbanísticas são geralmente orientados e justificados por princípios que, ao menos em tese, apontam para o bem coletivo, o alargamento da qualidade de vida e ao embelezamento. Mas, contraditoriamente, esbarram em condições concretas que cerceiam eventuais efeitos socialmente positivos, na medida em que também afirmam a propriedade privada, a segregação, o sentimento do medo, o processo de acumulação e a padronização arquitetônica. Uma cidade desumana e esteticamente pobre erige, enquanto o medo prepara o terreno para uma política de consensos.

O que Swyngedouw (2012) chamou de cidade pós-política corresponde, com efeito, à cidade onde o consenso sobrepujou a diferença, em função mesmo do medo que ela enseja. Cada vez mais há uma coesão em termos de visões e propostas, com as quais compartilham os promotores imobiliários e os agentes do Estado, no arco de um verdadeiro processo de constrangimento das trajetórias divergentes e das perspectivas contrastantes. No limite, isso tem levado a um acordo unânime em favor da fragmentação do espaço e a um tratamento hostil das ações que implicam a valorização do público. Por que já não se discute mais a difusão dos condomínios e não se constroem mais praças e parques? Por que há mais ruas para carros e menos calçadas para os pedestres? Por que a camarotização do Carnaval e a desvalorização da folia espontânea? Em contrapartida, as lutas políticas em favor do espaço público são sistematicamente hostilizadas, posto que o uso despretensioso e gratuito do espaço não serve à acumulação, além de que é imprevisível e, em muitos casos, assustadoramente livre (Figura 17).



Figura 17: Repressão ao movimento Ocupe Estelita, Cais de Santa Rita; Nota: O Movimento Ocupe Estelita foi um conjunto de ações e ocupações ocorridas no Cais de Santa Rita que surgiu no lastro da luta contra a construção do Projeto Novo Recife, exigindo que a área em questão fosse transformada em espaço público, e não em mais um enclave; Disponível em: <https://ocomentaristapolitico.wordpress.com/2014/06/19/a-luta-no-estelita-e-a-repressao-do-estado/>; Acesso em: 13 de Janeiro de 2017

Aquilo que destoa do consenso é o amálgama. E o amálgama é uma espécie de obstáculo geográfico. Contra ele é que se estabelecem as fronteiras, ou seja, os muros e demais aparatos de controle. Do ponto de vista político, nenhum acontecimento recente exemplifica melhor o que estamos falando do que todo o imbróglio constituído entre a associação composta pelo Estado, em suas diversas esferas, e os promotores imobiliários, frente ao movimento Direitos Urbanos. Este último, protagonista de diversos episódios de resistência e luta política contra a implementação de grandes empreendimentos imobiliários, sobretudo o Projeto Novo Recife, viu-se diversas vezes depreciado, excluído do debate público e preterido dos processos decisórios, apenas por que representa algo além do consenso. Os formuladores do consenso, com os meios de que dispõem, antecipam-se à articulação de trajetórias divergentes, rotulando aqueles que não o aderem ao consenso de “tradicionalistas” ou “fundamentalistas”. Nesses termos é

que são tratados, inclusive, os membros do Conselho de Desenvolvimento Urbano que se posicionam contra o modelo hegemônico de reprodução do espaço no Recife, incluindo-se todos os seus vetores, dos quais o Projeto Novo Recife é o mais emblemático. Tradicionalista, portanto, é a pecha que recai sobre todos os grupos sociais não institucionalizados que lutam contra os muitos tipos de enclaves que se difundem pela cidade.

Os condomínios e loteamentos fechados, por sua vez, constituem grandes consensos, pois neles não há lugar para a divergência. Neste caso, aqueles que divergem ou que constituem amálgamas são classificados muito mais como baderneiros ou "transgressores". Trata-se de indivíduos que ocasionalmente põem em xeque a ordem entre-muros, fazendo o enclave perder sua exclusividade. Eles representam uma espécie de invasão do caos além-dos-muros e, em razão disso, desencadeiam o mal-estar da indistinção e o medo generalizado de o enclave se tornar um lugar qualquer. Esses indivíduos eventualmente agem conforme valores éticos e apreciam valores estéticos discrepantes daqueles instituídos como normal, provando que os muros construídos para diferenciar não são impermeáveis, mas porosos. Neste sentido, as transgressões são inevitáveis, embora sejam sistematicamente evitadas e refreadas. Os transgressores podem ser quaisquer condôminos, desde o jovem indisciplinado<sup>60</sup> até o mais conservador dos idosos. A transgressão é uma manifestação do desejo, sentimento essencialmente contingente e que transborda as tentativas de controle. É a tentativa de manejo desse sentimento que ocasiona as psicopatologias sociais do Brasil contemporâneo, conforme sugere Dunker (2015).

Outra via de entendimento das transgressões e dos amálgamas, conforme já evidenciamos, é a do obstáculo geográfico que promove depreciação dos valores quando estes ainda encontram-se no processo de sua valorização financeira. Todo valor é construído com vistas a locupletar um processo de acumulação, de forma que os fatores de depreciação significam verdadeiras interdições ao referido processo. Amálgamas e transgressões produzem formas destoantes, constituem fatores de depreciação e exatamente por isso são evitados. O sentimento do medo

---

<sup>60</sup> Svampa (2008) demonstra, tomando como objetos os *countries* e *barrios cerrados* argentinos, como a explosão indisciplinar juvenil pode vir a se tornar um dos mais perigosos riscos à autonomia garantida então pactuada. Na sua visão, ela simboliza a perda do controle familiar e o consequente solapamento da vida comunitária e da harmonia perante a natureza.

encontra aí mais um lastro. Além da violência e da indistinção, teme-se também a depreciação do ativo imobiliário, o que no contexto do "modo de vida neoliberal"<sup>61</sup> corresponde a perdas materiais e psicológicas sem precedentes.

---

<sup>61</sup> Aqui concorda-se com Dardot e Laval (2014) para quem o neoliberalismo não se restringe a uma doutrina político-econômica, correspondendo a nova razão do mundo, uma vez que alicerça os valores sociais com os quais o próprio cotidiano é construído.



#### **4. REFLEXÕES SOBRE VIDA ENTRE-MUROS A PARTIR DE UM EXEMPLO NA CIDADE DO RECIFE**

#### 4.1 Aspectos metodológicos do estudo de caso

Já destacamos na introdução desta tese que o método utilizado para abordar a atualidade da fragmentação do espaço em Recife é o dialético. Foi com base nesse método que vimos refletindo, desde o primeiro capítulo, sobre o processo de produção, as formas de diferenciação espaciais e o surgimento de enclaves fortificados, apontando as nuances da realidade do Recife. Este mesmo método, entretanto, obriga-nos também a estudarmos realidades particulares, identificando seu lugar na constituição do todo, em um processo de totalização do conhecimento. Como diria Kosik (1976), para compreender o todo concreto e rico em determinações, é necessário também tomá-lo pela mediação das partes. Afinal, conforme Santos (2014), toda teorização requer um esforço de generalização e de individualização. É com vista a evidenciar as colocações mais gerais arroladas nos dois primeiros capítulos, que neste terceiro e último apresentamos o caso do Condomínio Morada Recife Antigo (CMRA), um condomínio da zona oeste do Recife habitado por uma grande diversidade de pessoas com diferentes níveis de renda, o que denota certa heterogeneidade e grandes conflitos sociais.

##### ***O particular revela o todo***

Desde a “Introdução à crítica da economia política” de 1857, Marx (2008) já evidenciava a relação indissociável entre o todo e as partes, demonstrando que em toda sociedade há um modo de produção particular e outro mais universal do qual faz parte. Trotsky, entretanto, é quem deixou isso de forma ainda mais clara com sua “lei do desenvolvimento desigual e combinado”, do qual muitos importantes geógrafos se apropriaram para falar de um desenvolvimento geográfico desigual. Na verdade, Trotsky é quem inicialmente insere a preocupação de se atentar para o modo diferenciado com que o capitalismo se difunde no mundo, sendo esse detalhe uma de suas principais leis de funcionamento. Observando o caso russo, este pensador constatou que o processo de desenvolvimento capitalista daquele país saltou alguns estágios históricos, uma vez que a economia

predominantemente agrária vigente até a metade do século XIX tornou-se em pouco tempo, e em razão de grandes aportes financeiros, em uma economia industrial e avançada. Ele também observava essa mudança aparentemente atípica no processo de produção do espaço, ao se deparar com a especificidade da urbanização russa. Da mesma forma em que a indústria naquele país não perpassou pelos estágios medievais do pequeno ofício e da manufatura, as cidades também não tiveram suas estruturas redimensionadas pelo fortalecimento da atividade comercial e pelo surgimento das guildas. De maneira diferente, em um curto período de tempo, pequenas cidadelas deram lugar a grandes e modernos centros urbanos, com suas funções inteiramente voltadas à produção, no interior das quais o proletariado passou a sobreviver (LÖWY, 1998).

A resposta teórica que Trotsky deu a esse fato só veio em 1930, quando da publicação de seu “História da Revolução Russa”. Depois de esboçada sua teoria do desenvolvimento desigual em outros escritos, este pensador enfim afirmou que uma das principais especificidades do capitalismo é essa sua capacidade de percorrer todo o mundo e promover a atualização dos diferentes modos de produção regionais, sem que para isso tenham que perpassar os mesmos estágios, podendo haver saltos, sendo a ordem capitalista global um verdadeiro amálgama de diferentes ritmos e adaptações *sui generis* às demandas gerais da produção. Sua postura ao lidar com o caso russo, portanto, não foi a de invalidar ou depor contra a teoria geral do desenvolvimento capitalista. Pelo contrário, Trotsky concebia a realidade particular russa como algo que atesta essa teoria, na medida em que a diferenciação e a coexistência de diferentes tempos seria sua grande lei geral, a partir da qual deve-se focalizar o olhar quando o objetivo é compreender o mundo (*Ibidem*).

Milton Santos, no entanto, foi quem melhor traduziu essas questões com a reabilitação, pelo prisma da geografia, do conceito marxiano de formação econômica e social. Ao distingui-lo do conceito de modo de produção, esse autor afirmou que “o modo de produção seria o “gênero” cujas formações sociais seriam as “espécies”; o modo de produção seria apenas uma possibilidade de realização e somente a formação econômica e social seria a possibilidade realizada” (SANTOS, 1977, p. 85). É por isso que, segundo sua visão, o acontecer global dá-se de modo ímpar, mesmo que comandado pela totalidade. O entendimento do mundo ou dos

processos mais gerais requer que se leve em consideração a materialidade próxima, posto que é nela onde tais processo efetivamente ocorrem. Neste sentido, como o objetivo dessa tese é compreender a atualidade da fragmentação do espaço em Recife, seguindo essa linha de entendimento, temos também de observar algumas das unidades mais elementares desse espaço, isto é, os enclaves no conjunto do qual o espaço se edifica enquanto totalidade fragmentada.

O conhecimento da realidade do CMRA contribuirá para compreendermos ainda mais a atualidade da fragmentação no Recife, uma vez que informa a maneira concreta e diferenciada com que esse processo tem ocorrido em seu espaço. Isso por que, segundo Santos (2014), as generalizações apenas nos dão a listagem das possibilidades, sendo a individualização responsável por nos informar como esse conjunto de possibilidades se combinam concretamente. É neste sentido que, seguindo a perspectiva metodológica aqui adotada, o particular revela o todo.

### ***Observar a vida entre-muros***

Hoje, em razão dos aforismos neoliberais de que não há alternativas ao capitalismo e do trabalho ideológico do pós-modernismo, difunde-se a ideia de que não é mais possível conhecer o todo. O trabalho intelectual, segundo esse ponto de vista, deve se contentar em descrever o imediato e o instantâneo, em detrimento do mediato e da historicidade. Vivemos um mundo onde se valoriza muito mais as diferentes visões imediatas dos fenômenos, sendo elas tratadas como o conhecimento possível, desprezando os esforços de apreensão ativa do concreto, daquilo que não se obtém à primeira vista e que, por isso mesmo, requer uma análise do ponto de ontológico.

Deve-se, conforme lembra Kosik (1976), ir além da pseudo-concretude, superar aquilo que é apreendido de maneira imediata, a totalidade caótica e pobre em determinações. Pela mediação das partes, este filósofo então propõe a criação da realidade concreta e sua real compreensão. O que nos vem de imediato, portanto, é o resultado da observação vulgar, conforme destacou Rampazzo (2005). A totalidade concreta é construída na medida em que o sujeito, investido da

qualidade de pesquisador, não se limita a esse recurso, mas vale-se dele e da reflexão, do estudo. Neste sentido é que surge a observação científica, sendo ela aquela capaz de oferecer a visão do todo. Conforme já destacado na introdução, a observação científica ainda pode ser subdividida entre assistemática e sistemática. A primeira corresponde ao encontro mais espontâneo entre o pesquisador e o objeto, algo que tende a oferecer menos dados à construção do todo. A segunda é a que utilizamos nesta tese, sendo aquela que se realiza a partir de condições e critérios previamente definidos, dentro de um planejamento.

Procuramos, até então, delimitar o quadro geral da produção e fragmentação do espaço no Recife, pela via da pesquisa teórica. Agora, por meio da observação, partiremos para a compreensão da vida entre-muros em um de seus enclaves, por que é somente pelo estudo das partes que se conhece o todo. Nosso objeto, a partir de agora, corresponde a um entre muitos enclaves fortificados existentes na cidade do Recife. A observação dessa realidade particular, conforme insistimos, ajudará a revelar o todo. Vimos que esta cidade se encontra profundamente fragmentada, mas os elementos que levantamos até agora são apenas as possibilidades virtuais desse fato. A observação científica e sistemática da realidade particular do CMRA, portanto, é que fornecerá subsídios para que a realidade concreta seja, enfim, delimitada.

Conforme destacamos na introdução, na observação científica e sistemática, Rampazzo (2005) afirma ser necessário responder às seguintes questões: Por que observar? Para que observar? Como observar? O que observar? Quem observar? A observação deve ocorrer por que ela é o principal recurso quando se quer apreender ativamente um dado da realidade, é o que nos pode oferecer os sentidos sensoriais. Observa-se para que dos dados apreendidos sensorialmente se possam realizar inferências e asserções sobre a realidade. Entretanto, o modo como se observa pode ou não nos levar à construção do concreto. Se nos contentarmos com aquilo que os sentidos sensoriais nos apresentam da maneira mais imediata, podemos incorrer o erro de reproduzir as ideias mais aceitas no mundo atual. Mas se defrontarmos esses dados com outros, compreendendo-os como parte de um todo, inevitavelmente chegaremos à uma nova compreensão dessa realidade.

Neste processo de observação, foram realizadas algumas conversas e registros fotográficos, servindo apenas como subsídios no processo de observação do pesquisador. As conversas se deram com base no roteiro que segue em anexo (Anexo 1), muito dos quais utilizados em situações coletivas, nas “rodas de conversas”. Os dados dialogados, utilizado tanto na observação como na avaliação qualitativa, foram obtidos por meio de momentos conduzidos pelo pesquisador, respeitando-se o princípio da não diretividade das respostas. Neste sentido, foram estabelecidas trocas de informações em discussões por grupo, capazes de evidenciar atitudes e sentimentos, sobretudo aqueles difíceis de apreender por meio de entrevistas e questionários. As conversas coletivas e individuais, bem como os registros fotográficos foram realizados entre setembro de 2015 e março de 2017. Foram contatadas cerca de 30 pessoas, dentre as quais se incluem desde moradores antigos, até os mais recentes, de diferentes faixas-etárias e funcionários. Ressalte-se que as conversas foram extremamente difíceis, pois os moradores não possuíam muito tempo para esse tipo de atividade e não se sentiam a vontade em fornecer informações a respeito de seu cotidiano. O síndico, por exemplo, não demonstrou interesse em contribuir com a pesquisa e apenas respondeu uma pequena série de perguntas elaboradas rapidamente e enviadas por *e-mail*. As respostas, por sua vez, foram curtas e imprecisas, levando à uma interpretação dúbia.

Sujeito da observação e da reflexão, o pesquisador é que foi elencando, antes e no decorrer de seu percurso investigativo, os itens observáveis e os eixos de indagação nos diálogos travados com os moradores do enclave estudado. Não houve, neste sentido, qualquer preocupação em definir uma amostra pertinente ou de metodologia de análise das respostas, tais como nas pesquisas quantitativas e nas fenomenológicas, respectivamente. Contudo, deixamos claro, em consonância com o método, que partimos da perspectiva segunda a qual os discursos exprimem sempre a realidade concreta sobre a qual os sujeitos estão inseridos. Assim, as respostas foram acolhidas como discursos provenientes do lugar dos sujeitos, isto é, da posição de classe que esses sujeitos ocupam. Elas passaram pelo filtro da interpretação dada pelo pesquisador, em sua busca de aproximar ativamente sua compreensão do concreto.

## 4.2 Condomínio Morada Recife Antigo

O espaço a partir do qual foi construído o CMRA resulta do parcelamento do lote 3, na rua Antônio Valdevino da Costa, bairro do Bongi e do Cordeiro. A propriedade do terreno foi adquirida por inúmeras famílias durante o século XX, tendo sido obtida pelas empresas Socimasa Atacado Ltda e Itacon Incorporações e Construções Ltda em 1993.

### ***Concepção e construção***

Os novos proprietários adquiriram o imóvel já na expectativa de criar a incorporação imobiliária, exclusivamente para fins residenciais. Antes disso, apresentaram à Prefeitura da cidade o memorial de incorporação e o projeto arquitetônico das edificações, para sua devida aprovação junto aos órgãos competentes. Desde sua concepção, os incorporadores previam a construção de cinco pequenos condomínios chamados “Quintas”, no interior do enclave, sendo eles integrados por uma via particular principal e outras secundárias para os diversos módulos. Isso resultou na estrutura muito particular do CMRA, que é sua subdivisão em espécies de “micro-condomínios” internos (Figura 18).



Figura 18: Croqui da planta de localização do Condomínio Morada Recife Antigo; Elaboração: Sofia Mahmood, 2017

A construção dos edifícios ficou a cargo da Construtora Carrilho Ltda, sendo que os primeiros edifícios foram entregues em meados do ano de 1996. A conclusão da obra e a entrega definitiva da escritura deram-se apenas no ano 2000. Os condôminos, a partir de então, passaram a dispor de toda a gleba, tendo cada um sua fração ideal. A gestão e a manutenção da propriedade ficaram a cargo de uma empresa subordinada às regras de convenção do condomínio e do síndico, eleito em assembleia. Cada Quinta (Figura 19) passou a possuir um subsíndico, também eleito em assembleia, sendo ele responsável pela fiscalização e gestão dos blocos.



Figura 19: Entrada da Quintas das Pontes; Fotografia: Otávio Santos, 2016

Cada Quinta possui quatro blocos, cada um com 2 edifícios geminados, somando 8 edifícios por Quinta. Cada edifício possui 6 andares e 24 apartamentos, sendo 4 por andar. Assim, cada Quinta possui 192 apartamentos. Como há 5 Quintas, o CMRA possui ao todo 960 apartamentos. Cada Quinta, por fim, recebeu uma denominação específica, aludindo à cultura local. Os edifícios, por sua vez, receberam designações referentes a lugares e personalidades da cidade (Quadro 04).

Quadro 04: Nomes das Quintas e dos Edifícios no projeto

Nome da Quinta	Nº do Bloco	Nome do Edifício
Praças	01	Casa Forte
		Marco Zero
	02	República
		Joaquim Nabuco
	03	Bandeira
		Independência
	04	Chora Menino
		Derby
Poetas	05	Carlos Pena Filho
		João Cabral de Melo Neto
	06	Manoel Bandeira
		Gilberto Freire
	07	Ascenso Ferreira
		Deolindo Tavares
	08	Olegário Mariano
		Nelson Ferreira
Pontes	09	Benfica
		Buarque de Macedo
	10	Maurício de Nassau
		Paissandu
	11	Capunga
		Duarte Coelho
	12	Santa Isabel
		Boa Vista
Igrejas	13	São Pedro
		Pilar
	14	Santo Antônio
		Capela Dourada
	15	São José
		Rosário dos Pretos
	16	Santa Cruz
		Poço da Panela
Ruas	17	Cais do Apolo
		Rio Branco
	18	Aurora
		Marquês de Olinda
	19	Imperador
		Imperatriz
	20	Saudade
		Sossego

Fonte: Memorial descritivo do empreendimento; Elaboração: Otávio Santos, 2016

Depois de construído, entretanto, cada edifício passou a ser tratado com um bloco específico, tendo uma numeração individual. Neste sentido, em vez de 20 blocos, considera-se que o condomínio possui 40 blocos. A designação de cada edifício permaneceu até os dias atuais. O condomínio ainda conta com uma série de espaços de uso comum, que preservam as mesmas feições de quando foram

construídos. São ruas, calçadas, portarias e área para a prática de exercícios físicos (Figura 20), bem como um campo de futebol.



Figura 20: Área para a prática de exercícios físicos; Fotografia: Sofia Mahmood, 2017

Cada Quinta, por sua vez, possui seus espaços de uso comum, destinados ao usufruto de seus moradores. Tratam-se de *Playground* (Figura 21), Jardim (Figura 22), *Hall* do pavimento térreo (Figura 23), Piscina (Figura 24), Churrasqueira e Salão multiuso, cuja utilização não é frequente.



Figura 21: *Playground* no interior da Quinta das Pontes; Fotografia: Otávio Santos, 2017



Figura 22: Jardim no interior da Quinta das Pontes; Fotografia: Otávio Santos, 2017



Figura 23: *Hall* do pavimento térreo; Fotografia: Otávio Santos, 2017

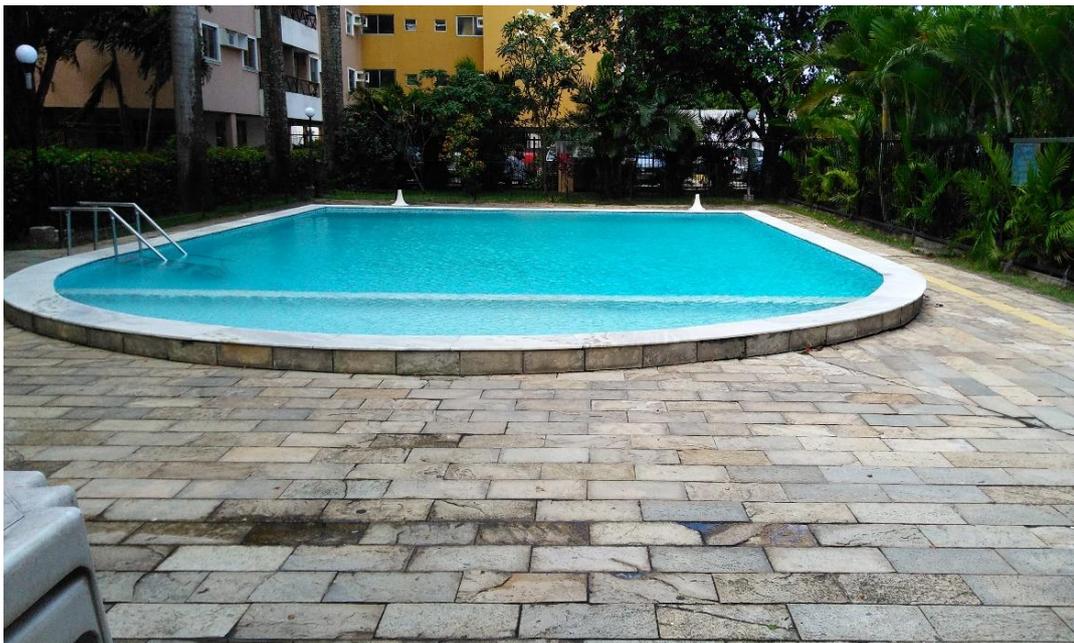


Figura 24: Piscina no interior da Quinta das Pontes; Fotografia: Otávio Santos, 2017

Naturalmente, no perímetro do condomínio, foi erguido um imponente muro que varia entre 2 a 3 metros de altura, equipado com cercas elétricas, ofendículos e câmeras filmadoras (Figuras 25).

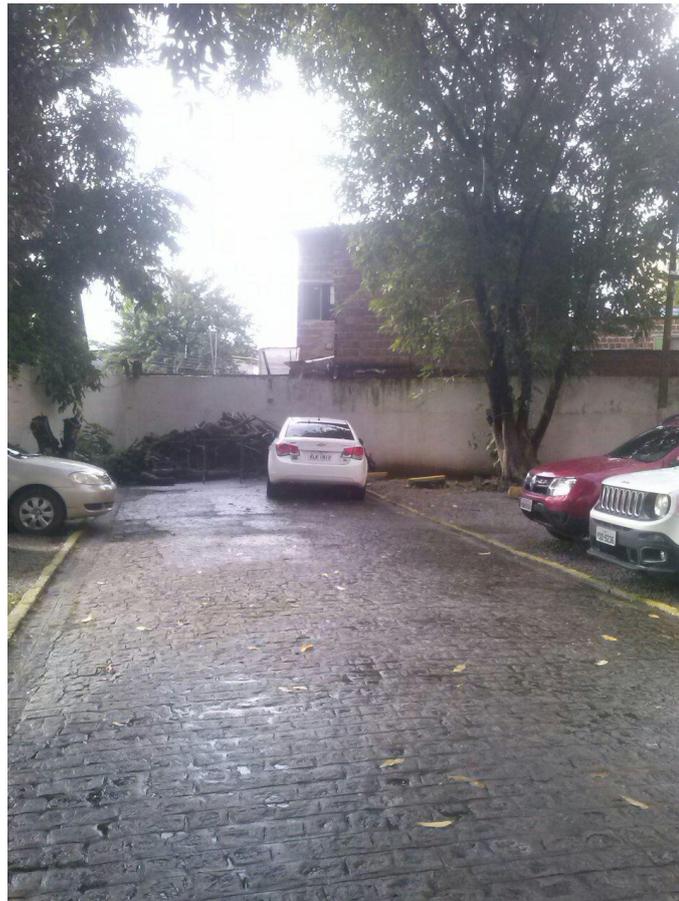


Figura 25: Trecho dos muros do CMRA; Fotografia: Sofia Mahmood, 2017

Sua construção foi anterior a dos próprios edifícios, pois era preciso demarcar o enclave, antes de tudo. Os muros são extremamente importantes para o CMRA, posto que boa parte deles separa o enclave das comunidades pobres circunvizinhas. A tensão decorrente da contínua invasão da desordem além-dos-muros, muitas vezes provocada pelas transgressões dos mais jovens e pela visitação de indivíduos negros e mestiços provenientes dessas comunidades, é que torna esse enclave extremamente ilustrativo daquilo que vimos argumentando nos capítulos anteriores.

Por fim, cabe registrar que o CMRA é cercado por mais dois outros condomínios, sendo um deles o “Morada dos Rios” cuja estrutura arquitetônica é semelhante. A região, portanto, está repleta de enclaves e assentamentos populares, em uma proximidade espacial que não é acompanhada pela dinâmica social, dada a evidente disparidade e tensão.

### Aspectos infraestruturais

Cada um dos 960 apartamentos do CMRA possui 68 metros quadrados, dispondo uniformemente de: sala de estar e jantar; varanda; 3 quartos; 1 banheiro social e outro de serviço; cozinha; área de serviço; e uma vaga nas redondezas da Quinta para estacionamento de veículo particular. Trata-se, assim, de um apartamento pequeno e simples (Figura 26), embora disponha de bons serviços de gás, água, telecomunicação e elevador, todos inclusos no valor da mensalidade do condomínio, que atualmente é de R\$ 398,00 (trezentos e noventa e oito reais).



Figura 26: Planta baixa dos apartamentos; Fonte: Memorial descritivo do empreendimento; Edição: Otávio Santos, 2017

Todo o condomínio possui boas condições de infraestrutura, tendo os serviços e equipamentos de uso comum preservados e funcionando normalmente. Entretanto, a iluminação é deficitária em alguns lugares, as calçadas são extremamente estreitas e o escoamento das águas pluviais não dá conta da enorme carga gerada pelo condomínio, sobretudo em dias de chuva. A iluminação deficitária cria lugares escuros no interior do enclave, onde alguns jovens fazem o uso de drogas ilícitas. Esses lugares são geralmente evitados pelos demais condôminos, pois funcionam como lócus da transgressão e do amálgama. Por isso, para que a realidade entre-muros seja sempre preservada, os seguranças são

frequentemente acionados para realizar rondas e averiguar o cumprimento das regras de sociabilidade pactuadas.

As calçadas, por sua vez, são extremamente estreitas, não tendo as condições mínimas de acessibilidade para os transeuntes. Assim, alguns moradores se arriscam a disputar o espaço das ruas com os carros quando se deslocam a pé (Figura 27). Acrescente-se que são as crianças e as empregadas quem geralmente usam as calçadas do condomínio, pois a grande maioria dos condôminos trabalham por todo o dia, saindo e chegando ao condomínio com seus carros particulares.



Figura 27: Rua de acesso à área destinada a prática de exercícios; Fotografia: Sofia Mahmood, 2017; Nota: Note-se a completa ausência de infraestrutura para passeio a pé.

O esgotamento é, entre todos os aspectos infraestruturais, o mais delicado. O Recife possui apenas uma pequena parcela de seu território efetivamente saneado. Parte dos resíduos gerados pelas residências é depositado em fossas sépticas, outra parte é despejado indevidamente na rede de águas pluviais. O CMRA possui uma única e grande fossa, recebendo a enorme quantidade de

resíduos domésticos para o tratamento primário. Depois de consolidada a matéria sólida, o fluxo segue para a rede de águas pluviais que, em muitas localidades, está obstruída pelo acumulo de lixo. O resultado é uma carga muito maior do que aquela que a rede pode suportar. Nos períodos de muita chuva, por exemplo, algumas ruas do condomínio alagam, causando transtornos (Figura 28).



Figura 28: Alagamento em vias internas do condomínio; Fotografia: Sofia Mahmood, 2017

Um último aspecto sobre o qual vale tecer algumas considerações é o da segurança. Conforme vimos afirmando, um condomínio materializa a busca de segurança e distinção frente a realidade urbana periférica. Quando esses aspectos falham, seja através de transgressões internas ou externas, o condomínio corre o risco de perder seu exclusivismo, desvalorizando seus imóveis. O CMRA possui toda a parafernália de segurança atualmente utilizada para conter o avanço da vida além-dos-muros, mas frequentemente se vê as voltas de ameaças. As ameaças internas, que são as transgressões e amálgamas, trataremos no item a seguir. As

ameaças externas, por sua vez, dizem respeito às diferentes formas que a dinâmica da vida além-dos-muros invade o condomínio. Um fato que exemplifica essas invasões foi o da descoberta de inúmeros carros roubados estacionados dentro do condomínio. Isso levou a administração a tomar providências quanto ao acesso de carros, tais como a instalação de cancela automática ativada por *chip* (Figura 29).



Figura 29: Portaria central do condomínio; Fotografia: Otávio Santos, 2017

Apesar de contar com duas guaritas de segurança, desde os blocos até a rua pública, eventualmente algumas pessoas desconhecidas acabam entrando no condomínio, tendo acesso ao interior das quintas. Essas situações, depois de constatadas pelos condôminos, fortalecem a sensação de medo e induzem a proposição de ‘melhorias’ que quase sempre envolvem a instalação de mais itens de segurança, tais como se pode ver na imagem abaixo (Figura 30).



Figura 30: Câmeras instaladas no *Hall* de acesso aos apartamentos de um dos blocos; Fotografia: Sofia Mahmood. 2017

Cabe registrar que, durante o período de observação, um condômino do edifício Capunga, incomodado com a presença de “pessoas estranhas” e de pequenas transgressões juvenis, convocou os demais moradores de seu bloco para uma reunião extraoficial, com vistas a propor a instalação de uma botoeira na porta de acesso ao *Hall* do elevador e de novas câmeras em cada um dos andares. A medida, segundo ele, ajudaria a conter as constantes “arruaças” que desvalorizam o patrimônio e retiram a paz dos condôminos.

### ***Aspectos sociais***

As pessoas com perfil de classe e características fisiológicas diferentes daquelas tratadas como normais também ocasionam medo. Visitantes ou novos condôminos que sejam negros e franzinos muitas vezes são vistos como pessoas intrusas, invasoras. Só depois de esclarecido quem realmente são é que os demais

moradores passam a trata-lo igualmente, com algumas reservas. A população de um condomínio sempre tende à homogeneidade. O CMRA, entretanto, possui uma população mais heterogênea quanto ao perfil de classe e de cor. Isso faz com que os conflitos e a busca pela distinção interna estejam sempre presentes.

Segundo o senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população residente no perímetro do condomínio é de aproximadamente 5 mil pessoas (segundo informações prestadas pelo síndico). Sendo majoritariamente branca, a população é, em sua grande maioria, de classe média. Mas há, naturalmente, pessoas com nível de renda notadamente mais elevado que outras. Isso fica claro quando se observam as melhorias feitas no interior dos apartamentos e os padrões dos automóveis particulares de cada morador. Enquanto alguns apartamentos conservam o *design* e a disposição dos cômodos originais, uma vez que seus proprietários não dispõem de recursos suficientes para implementar melhorias, outros apartamentos foram completamente reformulados, possuindo todos os equipamentos e facilidades existentes em apartamentos típicos de condomínios edifícios de padrão elevado. Os automóveis particulares dos moradores, por sua vez, variam desde os mais básicos e populares, até modelos mais sofisticados e importados.

As diferenças de renda persistem por que, inicialmente, o CMRA foi concebido como modelo de moradia popular, tendo um preço razoavelmente baixo para os perfis da época. No final da década de 1990, quando de sua construção, os apartamentos no CMRA custavam aproximadamente R\$35.000,00, se comprados na planta. Seu valor final variava entre R\$45.000,00 a R\$50.000,00. Assim, uma grande quantidade de trabalhadores assalariados teve acesso aos meios de financiamento e puderam adquirir um imóvel neste lugar. Sua manutenção e as melhorias em termos de segurança, assim como a administração eficiente o fizeram valorizar com o passar dos anos. Levando-se em consideração variáveis como a inflação e preço médio dos apartamentos no bairro do Cordeiro, os apartamentos no CMRA são vistos hoje como de alto investimento. Atualmente, um apartamento neste condomínio custa entre R\$200.000,00 a R\$300.000,00, dependendo do grau de preservação e da quantidade de melhorias implementadas. Para adquirir um apartamento com esses valores, tendo em vista os meios de

financiamento atualmente existentes, é preciso ser bem mais que um simples assalariado.

Mesmo diante do fato de que muitos dos antigos condôminos ascenderam em termos de renda nos últimos anos, os novos condôminos possuem um nível de renda mais elevado, pois tiveram de realizar um investimento muito maior para adquirir seus apartamentos. São eles, portanto, que estão sempre procurando instalar equipamentos de segurança e modificar as regras de convivência internas, pois temem de forma muito mais evidente a desvalorização de seus imóveis. Esse temor, por sua vez, dá-se por que seus investimentos, a despeito da dinâmica inflacionária, foram claramente mais dispendiosos que os dos condôminos mais antigos. Entretanto, todos estão interessados na segurança, alguns mais do que outros, é bem verdade, mas todos desejam manter ou contribuir à valorização de seus patrimônios. Por isso, temas como o dos equipamentos de segurança, da restrição de pessoas e das regras de convivência estão sempre presentes nas conflituosas reuniões de condomínio.

Outra questão que vale a pena destacar é a dos usos dos espaços internos, uma vez que eles evidenciam a dinâmica social do condomínio. Conforme Dunker (2015), os condomínios traduzem uma vida comum, mas sem comunidade. As crianças e os idosos, talvez, sejam os únicos grupos sociais que vivenciam efetivamente essa comunidade de cuidado, pois eles usam os espaços comuns de forma mais evidente. No CMRA, por exemplo, quem mais se utiliza dos espaços comuns no interior das Quintas são as crianças, que sempre descem dos seus apartamentos para recrear no *Playground* e na Piscina. No final da tarde, no retorno da escola, boa parte delas permanecem no *Playground* e no Jardim com seus pais ou empregada, até o início da noite. Os idosos, por sua vez, utilizam os salões multiuso e o *Hall* do pavimento térreo para jogos e prática de artesanato.

Os adultos economicamente ativos quase não usam esses espaços. Seu cotidiano geralmente envolve uma vida fechada ao encontro, onde o trabalho e o lazer programado definem o trajeto e a rede de relacionamentos. Assim, todos os dias, eles saem de seus apartamentos, embarcam em seus carros e partem para o trabalho e só retornam à noite, permanecendo em seus apartamentos até o dia posterior. Quando saem para se divertir durante a semana, sempre usam o carro

como meio de locomoção. Nos fins de semana, mais uma vez saem de seus apartamentos com o carro, geralmente para realizar atividades previamente programadas, como idas aos *shoppings centers* e demais centros de lazer e consumo. Suas vidas, portanto, estão completamente esquadrihadas por movimentos rigidamente planejados, não tendo lugar para imprevistos.

Os mais jovens se subdividem em dois grupos. Há aqueles que, em razão de orientação e estrutura familiar, dedicam maior parte de seus dias aos estudos, tendo maior parte de seu tempo completamente preenchido por atividades de aprendizado, não possuindo muito tempo para o lazer e o convívio com os vizinhos. E há um outro grupo de jovens que, não apresentando o mesmo desempenho e sucesso nos estudos, cumprem apenas meio turno de atividade escolar e permanecem em suas residências com muito mais tempo livre, desenvolvendo laços de vizinhança com os demais jovens e funcionários do condomínio. Não por acaso, são alguns desses jovens que frequentemente realizam transgressões à ordem entre-muros, pois se relacionam de forma mais intensa com outros jovens que residem fora do condomínio e nos bairros e comunidades circunvizinhas, trazendo muito de seus hábitos e valores para o interior do enclave.

### 4.3 **Idiosincrasias da vida entre-muros**

A análise de muitos dos aspectos sociais do CMRA nos leva, via de regra, a refletir sobre o cotidiano e as nuances da vida entre-muros. Tendo em vista a realidade local sumariamente descrita, o objetivo deste subcapítulo é expor argumentos que ajudam a evidenciar aquilo que vimos tratando até então.

#### ***Vida planejada***

Uma das principais peculiaridades presentes nesse condomínio, assim como em muitos outros, é o já mencionado cotidiano rigidamente regrado e uma dinâmica de vida de tal forma planejada que não resta espaço para imprevistos. Tudo no CMRA deve estar funcionando conforme as expectativas de seus moradores. Para tanto, um conjunto de pessoas esforçam-se para fazer cumprir um conjunto de procedimentos diários sem os quais a dinâmica social é interrompida. Qualquer deslize implica em pequenos entraves que são geralmente tratados como fatores de grandes prejuízos, justificando processos de responsabilização e construção de novas regras de convivência.

A dinâmica da maioria das pessoas está alijada àqueles que respondem economicamente pelas unidades habitacionais. Crianças e idosos não devem permanecer por muito tempo nos espaços comuns, pois precisam se recolher em suas residências em determinado horário da noite, de forma a não produzir ruídos e nem atrapalhar o descanso daqueles que trabalham. Um silêncio incomum, portanto, é estabelecido a partir das 20h30, silêncio esse frequentemente irrompido pelos mais jovens que inevitavelmente transgridem essas convenções, reunindo-se em grupos. Em razão disso, a administração recebe queixas diárias de seus comportamentos. Não raro, durante a noite, pequenos grupos de seguranças realizam rondas no perímetro do enclave, na expectativa de encontrar e reprimir comportamentos considerados “anormais”. Sabe-se que alguns jovens utilizam alguns espaços comuns para o consumo de drogas ilícitas, mesmo com o rígido controle. Entretanto, na maioria dos casos, aquilo que geralmente é considerado anômalo e objeto de repressão diz respeito apenas a pequenas reuniões de jovens que se encontram para conversar, sem qualquer uso de drogas. Assim, até mesmo

conversas despreziosas e recreativas são malvistas, o que gera descontentamento e, conseqüentemente, atos de transgressão.

A dinâmica planejada de vida envolve também as escolhas individuais e o projeto de vida dos indivíduos, desde os mais jovens até os mais velhos. Há, portanto, um modelo padrão de comportamento entre-muros, que define papéis para cada sujeito, nas diferentes faixas etárias. Às crianças cabe à creche e a escola durante o dia, e o retorno à casa ao fim da tarde, algo que muitas vezes se dá com base no serviço de transporte escolar. Aos jovens espera-se a ida à escola durante o dia, podendo muitas vezes permanecer um dos turnos em casa. Aos mais idosos, cabe o convívio nos espaços comuns do enclave. Esse modelo possibilita a homogeneidade tão necessária, não havendo muito espaço para situações destoantes. Quando a dinâmica de alguém foge a esse modelo, tal fato torna-se objeto de comentários e conversas preconceituosas por parte dos demais. Isso por que, para a grande maioria dos moradores, a criança que não frequenta creche ou escola indica baixo poder aquisitivo dos pais. Já os jovens que não frequentam a escola ou passam mais que um turno por dia no enclave denotam baixa renda, desestruturação familiar e, conseqüentemente, tendência a comportamento transgressor. E os idosos que não se ocupam com as atividades tratadas como “devidas” estão sob risco, ou não estão sendo orientados a se comportar “conforme aquilo que se espera para sua idade” por parte de seus familiares.

O cotidiano daqueles que respondem economicamente pelas unidades habitacionais é o mais regrado. Toda a constelação de relações sociais compreende àquela estabelecida no âmbito do trabalho e do lazer programado. Poucos adultos possuem amigos de fato no enclave, uma vez que seus vizinhos são vistos muito mais como sócios. Todos os moradores, na verdade, tratam uns aos outros como sócios em um investimento, do qual devem manter relações baseadas em estatutos e rígidas regras de coabitação. As interações cumprem certo protocolo que envolvem não apenas as etiquetas sociais da boa convivência, mas o conjunto de símbolos e princípios ético-morais e estéticos que identificam os moradores do enclave, distinguindo-os dos que vivem no restante da cidade. Fala-se, por exemplo, dos moradores do CMRA, ou da comunidade CMRA, muito mais do que dos habitantes do Cordeiro ou da zona oeste do Recife.

Um cotidiano rigidamente esquadrinhado induz todos a reproduzir uma dinâmica cujo percurso casa-trabalho por meio de automóveis é o grande fundamento. Tudo se constitui e se justifica nesse percurso. As idas à padaria, à quitanda, à escola e a participação nas demais atividades sociais, incluindo-se as reuniões de condomínio, dependem do trajeto casa-trabalho e do tempo que resta depois de sua execução. Tudo isso, vale dizer, acontece sem que a rua e os demais espaços públicos sejam efetivamente acessados. Isto é, toda a dinâmica da vida planejada passa ao largo dos lugares onde ainda prevalece o valor-de-uso, realizando-se preferencialmente em lugares pagos e guarnecidos.

Por fim, o cotidiano rigidamente planejado e controlado pode ser visto também como fator de muitas psicopatologias sociais. Neste sentido, vale a pena lembrar o que diz o psiquiatra marxista francês, Le Guillant (2006), para quem o sofrimento mental está intimamente relacionado ao trabalho. Segundo este autor, a imposição de um rígido controle da organização do trabalho e do ritmo de vida pode levar às chamadas síndromes da fadiga nervosa, muitas das quais relacionadas à monotonia causada pela automação do ritmo de vida. Em certa medida, pode-se também perceber aspectos desse tipo de síndrome no CMRA, na medida em que seus moradores, a despeito de um conjunto de amenidades, frequentemente relatam o esgotamento muscular e nervoso em função de seus afazeres diários.

### ***Medo neurótico***

Na verdade, segundo Dunker (2015), o precedente mais claro dos condomínios brasileiros são os hospitais psiquiátricos. De fato, se retirados os sinais de loucura, tudo é extremamente similar: arborização, ajardinamento, local para cuidado com o corpo, lugares para recreação infantil, atividades para os idosos etc. O condomínio, segundo esse autor, exprime a psicopatologia social brasileira, que é a da negação da alteridade do outro, do racismo e do patrimonialismo. Isto é, da necessidade de distinção a todo custo, mesmo que isso custe laços essenciais à dinâmica social e da cidade.

A constituição dos condomínios, assim, está impregnada de narrativas sobre violência, morte, desagregação e sofrimento, muitas das quais extremamente

necessárias à própria manutenção da vida entre-muros e a valorização do ativo imobiliário. Conforme destacado em páginas anteriores, Caldeira (2000) chama essas narrativas de “fala do crime”, que são discursos classificatórios e narrativas de sofrimento veiculadas hiperbolicamente pelos meios de comunicação. Nelas, os atos de transgressão à ordem pública são superdimensionados e tratados como frequentes, o que ajuda a construir uma percepção estereotipada e amedrontada da realidade urbana, em que o pacto social estaria sob o risco iminente e constante de ser completamente quebrado.

Essa visão manifesta-se no CMRA de forma bastante clara, na medida em que seus moradores vão construindo, em meio a convenções sociais, novas regras de convivência social. Quando perguntados sobre se consideram o condomínio seguro, mais da metade dos moradores com quem conversamos responderam que não, pois acreditam que não são tomadas todas as providências administrativas consideradas necessárias para tal. Mas quando perguntados sobre o torna, afinal de contas, o condomínio inseguro, muitos responderam que era a constante entrada e saídas de pessoas nos serviços de entrega e na visitação aos mais jovens.

Neste sentido, muitas das novas convenções criadas para tornar o enclave mais seguro possuem o claro objetivo de limitar a entrada de pessoas, sobretudo de jovens, ainda mais se forem negros e de biotipo franzino. Há, neste sentido, a visão de que esses indivíduos são traficantes ou, no mínimo, porta-vozes de princípios ético/morais e estéticos considerados perigosos, que podem vir a instaurar a desordem no enclave. Os jovens habitantes do CMRA, por sua vez, são tratados como sujeitos vulneráveis às investidas do “mundo”, tendo em vista a tendência a preferir e compartilhar valores muitas vezes cultuados além dos muros. Por isso, em muitos casos, aquilo que antes era tratado como rebeldia e explosão natural da idade, passa a ser visto como transgressão.

O jovem transgressor, como dito, denota desestruturação familiar e perda de valores. Por isso, implicitamente, há um apelo social muito forte em favor da manutenção da família tradicional e patriarcal, cujo papel da mulher é o de educar os filhos e o do pai o de sustentar materialmente o lar. Os arranjos familiares diferentes daqueles tratados como normais são sempre apontados como fatores para a transgressão juvenil.

Além das transgressões dos mais jovens, há ainda as insurgências dos mais adultos que, em função de diversos fatores, podem desencadear momentos de catarse e descumprimento das regras de normalidade. Essas insurgências correspondem as inevitáveis discussões entre vizinhos, as brigas familiares e as festividades. Essas ocasiões geram tensões que, no limite, podem intensificar o sentimento do medo de indistinção e desagregação. As narrativas de medo e sofrimento encontram solo fértil, sobretudo, entre os mais abastados, cuja dinâmica social vai se pautando cada vez mais na necessidade de evitar o contato com o outro. Daí é que nasce o “medo neurótico”, onde o condomínio vai encontrar seus alicerces. Não há enclave fortificado sem essa psicopatologia social.

Ressalte-se que há, conforme exposto, o risco iminente de perda econômica advindo da indistinção, sendo ele o maior fator do medo generalizado. A iminência de ter seu patrimônio desvalorizado é que leva os condôminos do CMRA a implementar novas e modernas parafernalias tecnológicas, militarizando cada vez mais o enclave. Em um mundo onde, segundo Dardot e Laval (2014), a nova razão hegemônica apregoa o tratamento econômico capitalista de todas as esferas da vida social, fazendo com que perdas ou ganhos econômicos tomem centralidade nos interesses e necessidades mais vitais, ver-se na possibilidade de ter um bem desvalorizado implica em um tipo de *stress* tão avassalador que pode levar os indivíduos a situações extremas. A neurose, neste caso, surge quando os indivíduos tentam se antecipar à eventuais depreciações, lançando mão de mecanismos de defesa.

Neste sentido, vale também lembrar o que afirmou Freud (1996) a respeito das neuroses. Segundo este autor, a forma com a qual os indivíduos lidam com seus prazeres pode leva-los à situações extremas, como as "neuroses atuais". Uma destas neuroses é a "neurastenia", isto é, os transtornos decorrentes de alterações no nível de descarga da excitação sexual ou de inadequações dessa descarga. Seu principal sintoma, portanto, é a expectativa ansiosa e a angústia sem lastro real. A busca incansável e obsessiva por controle, portanto, pode também ser vista como uma forma de descarga incipiente da pulsão por distinção. Depois de afirmarem que o enclave é inseguro, muito dos moradores com quem dialogamos não souberam responder o que poderia vir a ser feito para aumentar a segurança, além de mais mecanismos de defesa.

### **“O uso do automóvel”**

O uso desmedido do automóvel pessoal como meio de locomoção e de acesso ao enclave também é um fato importante e que vale considerações. Sabe-se que o interesse do brasileiro médio por esse meio de transporte não diz respeito apenas a necessidade efetiva de locomoção rápida e confortável, mas também a uma forma de distinção no usufruto do espaço público da rua. O automóvel, neste sentido, funciona como uma espécie de mini condomínio pessoal e ambulante. As implicações espaciais dessa preferência, por sua vez, são determinantes para a constituição das paisagens urbanas periféricas, tendo em vista os constantes congestionamentos.

Conforme assevera estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) (CARVALHO, 2016), o perfil da mobilidade urbana no Brasil mudou no transcurso da segunda metade do século XX, deixando de ser majoritariamente pública e movida à eletricidade para uma que é pública ou privada e essencialmente dependente de combustíveis fósseis. Essa mudança ocorreu por dois motivos complementares: primeiro, em função do descaso dos governos em relação ao transporte sobre trilhos e o transporte público urbano de uma maneira geral; depois, em função do incentivo dado pelo Estado brasileiro ao uso do automóvel pessoal frente aos apelos da indústria automobilística em ascensão.

Sabe-se que o processo de modernização e estabelecimento das condições urbano-industriais no território brasileiro deu-se com base no desenvolvimento dependente da indústria automobilística. Por outro lado, toda a malha ferroviária implantada em décadas anteriores no interior e entre as principais capitais, permitindo a mecanização incompleta do território, foi totalmente abandonada. Em seu lugar, foi instalada a rede de vias, estradas e rodovias que hoje permitem o fluxo de uma das maiores frotas de veículos do mundo. A produção e o consumo de automóveis pessoais foram também incentivados por uma verdadeira política Estatal de incentivo, que envolvia até facilidade fiscais. Tudo isso, vale dizer, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento coordenado do capitalismo no território nacional.

A retomada dessa perspectiva de desenvolvimento, durante o governo Lula, também contou com o incentivo à produção e ao consumo de automóveis, sobretudo quando da política de redução de determinados encargos que incidiam sobre produtos industrializados, como o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). A frota de veículo conheceu mais um vertiginoso aumento e, com ele, mais congestionamentos. O número maior de automóveis nos espaços urbanos, portanto, proporcionou o já mencionado retorno dos investimentos públicos em obras de infraestrutura em áreas centrais consolidadas e em áreas periféricas e pouco ocupadas, dinamizando o então processo de reprodução do espaço.

O consumo do espaço por meio do automóvel em Recife, entretanto, encontra inúmeros obstáculos geográficos, dentre os quais vale destacar a própria estrutura viária e da massa dos valores agregados ao solo. O estilo de vida que o uso frequente do automóvel enseja, de certa forma resultante de uma apropriação capenga do *American way of life*, não cabe nas avenidas e ruas estreitas e tortuosas, bem como na enorme densidade demográfica e construtiva que se constituiu nessa cidade. O tempo e o conforto que muitos dos usuários dizem adquirir ao realizar trajetos intra-urbanos em seus automóveis pessoais, na verdade, não se confirma na prática, tendo em vista os constantes congestionamentos. Assim, a insistência neste comportamento apenas denota uma preferência pautada no senso de distinção social.

Como são constantemente tomados pelo medo da indistinção, maior parte dos indivíduos moradores de condomínio preferem sair e retornar do enclave, bem como usufruir dos espaços públicos a partir de seus automóveis. Mais uma vez, os que não utilizam de tal meio nas mais diversas tarefas do dia a dia são vistos pelo demais como ser menor. O individualismo neoliberal encontra aqui sua expressão mais evidente. Todos sentem-se compelidos pelo desejo de usar seus automóveis e assim o fazem, mas sem qualquer reflexão e preocupação a respeito dos impactos que o uso em massa desse meio pode acarretar na cidade, acreditando sempre que as vias comportarão a todos. A verdade é que a maior parte das vias não suportam a carga de automóveis e poucas oferecem condições efetivas de serem redimensionadas para um fluxo maior. O resultado é o permanente impasse da mobilidade que hoje acomete as mais importantes cidades brasileiras.

No CMRA, o grande fluxo de automóveis como meio para entrada e saída favorece a formação de congestionamentos ainda no interior do enclave. O automóvel, conforme exposto, intermedia toda a dinâmica da maior parte dos moradores. Ele é quem viabiliza toda a mobilidade das famílias, sendo o meio através do qual os membros se locomovem para cumprir todas as suas atividades cotidianas. O próprio enclave se dispõe arquitetonicamente de forma a não viabilizar o acesso por outros meios. Os muros, grades e cercas elétricas, juntos com os profissionais da segurança, imprimem uma atmosfera de intimidação tão forte que o acesso a pé ou bicicleta é muitas vezes material e simbolicamente dificultados.

### ***Experiência e vivência***

A relativa impossibilidade de acesso por outros meios que não seja o automóvel particular apenas denota o fato de que o CMRA, assim como a maioria dos condomínios na cidade, exprime a realização do desejo de distinção. A vida entre-muros, conforme já destacamos, inviabiliza o encontro entre os diferentes, a diversidade e a experiência. Seguindo a linha de pensamento de Benjamin (1994), uma característica da modernidade é a pobreza da experiência, isto é, a quase inevitável decadência da capacidade humana de narrar e compartilhar a vida, algo sempre expressivo na arte. No ensaio "Experiência e pobreza" de 1933, este autor demonstra como o campo da experiência (*Erfahrung*) passa por um grave declínio em função de transformações sociais da modernidade, tais como a urbanização e a difusão tecnológica. Em sua visão, os modos de perceber e sentir o mundo se vão alterando profundamente nesse processo, resultando em uma visão de mundo cada vez mais fragmentada, que prefere denominar de vivência (*Erlebnis*).

Por tudo o que evoca, os condomínios constituem manifestações concretas do solapamento da experiência e a constituição de um cotidiano pautado apenas na vivência. O espaço público, conforme mencionado, é o lugar do encontro entre os diferentes, da tradição, da memória coletiva, da atividade política e, portanto, da experiência. Em um contexto de crescente fragmentação do espaço, onde o espaço público não tem sido mais profundamente utilizado, uma vida privada e

intimista tem de difundido. Este estilo de vida, conforme se pode deduzir, está intimamente relacionado à vida entre-muros e ao contexto de constituição das referidas insularidades sociais no Recife. No CMRA, isto fica bastante claro na medida em que a vida planejada e o uso desmedido do automóvel inviabiliza o encontro entre seus moradores e entre eles e os lugares além dos muros.

Na verdade, conforme já destacamos, os condomínios são os exemplos mais eloquentes de negação dos espaços públicos...

Não é à toa, portanto, que, nesses ambientes, o que poderia ser chamado de rua não passa de um arremedo desse espaço. São meros acessos para a chegada à casa, mas que não têm nenhuma função pública, quer urbanística quer socialmente falando. Nessas “ruas” não se observa qualquer vestígio de vida urbana. São espaços vazios, ociosos quanto ao uso, mortos socialmente (LEITÃO, 2005, p. 239).

Além dos muros, um espaço público morto, ocioso é o que emerge quando um cotidiano pautado apenas em vivências se estabelece.

A ideia de cidade, a ideia de polis, a origem das cidades, surge do princípio da igualdade de diferenças: o fato cidade se funda na possibilidade de pessoas diferentes poderem viver em conjunto e estabelecer um contrato político entre elas. O milagre cidade se produz quando o homem, além de sua vida privada, de sua existência enquanto ser natural ou parte da natureza, cria uma espécie de segunda vida, uma espécie de *bios* político ou ser político que se concretiza vivendo em conjunto com outras pessoas. A vida na cidade constitui-se não só pela convivência de pessoas diferentes, como também por sua participação de um contrato social que tem caráter público; contrato tácito baseado na palavra e na persuasão, na não-violência e na não-força. Através da linguagem, que não é o discurso da força e da violência, é possível estabelecer o espaço público, constituir de forma permanente o contrato. A essência do público – seja espaço, convívio ou identidade – que é feita de diferentes linguagens e falas, de troca de olhares, de bens e de amores, acabou minguando, senão regredindo para uma espécie de administração da sobrevivência imediata transformando-se em pura burocracia (ROLNIK, 2000, p. 3 e 4).

Rolnik (2000), conclui que a vida pública na cidade perdeu sua dimensão política, sendo reduzida à administração do trânsito, da rede de água e esgoto etc. A dimensão política, existente quando se realiza a experiência, tem sido cada vez mais encolhida em razão da realização muito maior da vivência.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese buscou apontar algumas nuances da fragmentação do espaço no Recife, algo possível na medida em que nos debruçamos sobre a análise da vida entre-muros. Ter como ponto de partida a vida entre-muros significa, portanto, partir dessa nova dinâmica que hoje enreda a realidade urbana periférica. Trata-se, conforme sugerimos ainda na introdução, de um caminho muito mais efetivo para compreensão dessa realidade e, neste sentido, para a elaboração de estratégias à sua transformação.

Vimos, portanto, que a realidade urbana periférica se constituiu na esteira do próprio processo de valorização e consumo do espaço introduzido pelo regime de acumulação capitalista. O regime de capital inicialmente se impôs na forma com a qual o homem vem transformando a natureza através de suas atividades teleologicamente orientadas. O processo de valorização voltado à atender as necessidades sociais imediatas foi substituído por um que visa o lucro, em um ritmo incessante marcado por sua incontrollabilidade e pelo movimento geográfico de expansão e concentração. Através da expansão esse regime alcançou todo o globo, submetendo natureza e culturas. Por meio da concentração ele criou as grandes cidades, depositárias de valores do espaço e sobre o qual fluem maior parte dos valores no espaço.

O espaço é, com efeito, consumido produtiva e improdutivamente. No consumo produtivo é que se entende por que o espaço é também condição à produção, por que é com base nele que se desenvolve novos processos de valorização, em um movimento permanentemente crescente. No consumo improdutivo, por sua vez, o espaço é apropriado desigualmente para a reprodução da vida. Essa valorização e o conseqüente consumo também encontram obstáculos geográficos, muitos dos quais superados por estratégias de desvalorização-revalorização, isto é, pelo redirecionamento e/ou intensificação do uso dos valores já agregados ao solo, o que implica em sua reprodução. No capitalismo, esses processos envolvem um conjunto contraditório de princípios ético/morais e estéticos que sempre apontam para a diferenciação do espaço. Neste sentido, e considerando acima de tudo a escala do habitar, vimos três

importantes processos de diferenciação espacial, considerados relevantes à compreensão da realidade urbana periférica: a segmentação, a segregação e a fragmentação.

A segmentação é o resultado direto da produção capitalista do espaço, correspondendo muito mais às formas desiguais de seu consumo. A segregação é uma forma de diferenciação baseada na separação, onde o espaço é dividido por enclaves, muitos dos quais fortificados. Na fragmentação ocorre a desagregação do tecido social e do espaço público em função da difusão de um estilo de vida entre-muros, o que muitas vezes implica a atuação conjunta e intensa da segmentação e da segregação. Na cidade periférica, marcada pela existência muito mais representativa de um circuito inferior da economia e de um operariado urbano informal, ambos os processos de diferenciação se tornam extremamente evidentes, uma vez que além da desigualdade nas formas de ocupação e do surgimento de diferentes enclaves fortificados, o espaço público tem sido vigorosamente pulverizado por um cotidiano marcado pela ausência da experiência do encontro e da política.

Vimos também que o espaço urbano brasileiro se constituiu com base em uma crescente utilização dos excedentes da economia nacional na ampliação da fronteira urbana, sendo depois marcado por sucessivos processos de des-revalorização e construção de novas centralidades urbanas, na esteira da ocorrência conjunta da produção e da reprodução do espaço. Suas principais cidades, portanto, vem passando pelos supracitados processos de diferenciação espacial, onde a fragmentação tem se destacado. Para tanto contribui uma realidade social essencialmente violenta em que o sentimento do medo tem se tornado o grande princípio ético/moral e estético. Com o primeiro capítulo, por fim, pudemos então polemizar algumas ideias e estabelecer um conjunto de conceitos e quadros de referência que serviram de base para a interpretação ulterior do espaço da cidade do Recife. A extensa discussão e o arcabouço teórico constituído, portanto, teve também a finalidade de fundar uma perspectiva própria, com base na qual muitos outros estudos poderão ser realizados no futuro.

No segundo capítulo é que nos debruçamos de fato sobre a realidade do Recife, respondendo ao principal eixo de investigação e ao próprio objetivo desta tese. Vimos que a cidade do Recife teve no seu aspecto geomorfológico insular um

dos fatores de sua ocupação inicial e crescimento. O que se percebe ao analisar a história desta cidade é que esse aspecto insular permaneceu, a despeito da valorização do espaço. Contudo, em vez de uma insularidade natural, tem-se agora uma insularidade social. Isso por que o processo de reprodução do espaço nesta cidade tem se dado com base na fragmentação e na difusão de um estilo de vida entre-muros, para o qual contribuiu o planejamento urbano em toda a sua trajetória, uma vez que sempre preconizou a padronização, o controle e a livre atuação do capital imobiliário, negando outras propostas mais democráticas de ordenamento da cidade. Por fim, com o estudo de caso, pudemos enfim perceber como a insularidade social efetivamente se manifesta na cidade do Recife.

Portanto, a presente tese alcançou seu objetivo, oferecendo assim a possibilidade de se pensar novas estratégias de ação política capazes de superar a fragmentação. Em posse desse conjunto de reflexões podemos enfim tornar à questão posta no início, que é o da emergência em apontar caminhos efetivos para a superação da fragmentação, partindo de uma leitura radical, sem incorrer o erro de limitar-se à crítica sem profundidade e lançar mão de ideias de momento, muitas vezes alóctones. Neste sentido, duas questões se impõem: como enfrentar a pós-política e como reabilitar os espaços públicos? Conforme já evidenciamos em capítulos anteriores, a fragmentação envolve a pulverização dos espaços públicos, e esse abandono da convivência pública são fatores da chamada pós-política. No nosso entender, essas são duas questões valem o nosso esforço de reflexão, pois podem indicar alguns caminhos a seguir.

Iniciemos pelo debate sobre a pós-política. Sobre este assunto, vale lembrar o que disse Jacques Rancière (2001), para quem a política envolve relações e subjetividades que inevitavelmente surgem na sociedade enquanto diferenças. Assim, fazemos política em inúmeras situações, não podendo falar de uma pós-política como negação da política. A expressão "não gosto de política", portanto, é também um posicionamento político, o que nos leva a concluir que não é possível esquecer a política. Por isso, o que chamamos de pós-política diz respeito ao declínio de um tipo específico do acontecer político, que é aquele marcado pelo cotejamento entre diferentes interesses e o estabelecimento conflituoso das regras de coabitação via autoridade Estatal. Mas, ainda assim, é preciso sempre lembrar

que o enfraquecimento ou pouco envolvimento social com esse tipo de atividade política constitui, em si mesmo, efeito de uma decisão política.

Zizek (1999) visualiza duas diferentes formas de realização da pós-política: na ultra-política e na despolitização. Na primeira, as trajetórias contrastantes são radicalizadas, de tal forma a criar um ambiente de polarização e guerra entre "nós" e "eles". Neste caso, o cotejamento republicano entre diferenças é dissipado pela negação do outro. Na segunda forma, o discurso competente e unitário retira a possibilidade do cotejamento, enquanto uma só trajetória é eleita como possível. Pode-se dizer, assim, que nenhuma se realiza efetivamente sem a outra. Mouffe (2011), que também se preocupou com a pós-política, afirma que ela corresponde à visão otimista da globalização, cuja construção tem se dado sem antagonismos e conflitos. A autora, portanto, busca fazer frente a essa concepção hoje tornada hegemônica, na medida em que defende uma ordem multipolar e pluralista, onde a possibilidade do conflito entre diferentes posições seja garantida.

Swyngedouw (2012), por fim, constata essa tendência nos mais atuais modelos de gestão da cidade e vislumbra o terrível surgimento de uma "cidade pós-política". Neste sentido ele afirma que os modelos planejamento pautados em estratégias reguladoras e distributivas estão sendo cada vez mais substituídos pelas já mencionadas redes de governança, muitas das quais constituídas por indivíduos que compartilham uma mesma concepção de mundo, uma única leitura dos problemas urbanos e dos meios através dos quais é possível superá-los. Haveria, segundo sua visão, a hegemonização de um grande consenso, para o qual concorreria a ação conjunta de diferentes atores, desde os promotores imobiliários até setores da mídia. Todos eles empenhados em fazer crer na trajetória escolhida como única possível.

Nesse viés, e conforme também já destacamos, toda trajetória destoante é tratada como amálgama. Contra ela são postas inúmeras fronteiras e aparatos de controle, que envolvem desde a impossibilidade de subscrever novas demandas em razão das burocracias quase inacessíveis, até as próprias engenharias destinadas à participação, cuja estrutura e funcionamento parecem muito mais interdita-la. O consenso vai então ganhando não apenas foro de verdade na opinião pública, como também materialidade na forma por meio da qual o Estado funciona, subvertendo as leis, a justiça e a atuação de muitos de seus órgãos e

autarquias. No Recife, a construção das duas torres residenciais na linha de costa, no Cais de Santa Rita, foi um exemplo emblemático. Houve toda uma preparação para a ação, que envolveu desde a estigmatização da área como lugar de violência e uso de drogas (processo inerente a desvalorização-revalorização), até a complacência do IPHAN e demais órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio e pela observação das leis de uso e ocupação do solo. Embargado por diversas vezes pela justiça, o empreendimento foi finalizado sob o consenso de todos, a despeito de sua inconformidade com as leis.

Mais um exemplo da tentativa de interdição de trajetórias distintas e da ação do Estado em favor de consensos, tem sido o do Projeto Novo Recife. Conforme vimos, trata-se de um empreendimento cujo caráter privatista e segregador há tempos vem sendo discutido. Santos e Gomes (2016), por sua vez, afirmam que o "novo" sugerido por esse projeto não trará novidade alguma, mas apenas acirrará as desigualdades na localidade. Dessa mesma constatação, portanto, foi que insurgiu o movimento Ocupe Estelita, resistindo ao projeto, ao mesmo tempo em que tem sido depreciado e excluído dos processos decisórios, posto não traduzir o consenso. Contra o movimento e em favor do consenso há toda uma mobilização que envolve o setor imobiliário, a mídia local, a Prefeitura e a maior parte dos representantes do Conselho de Desenvolvimento Urbano, comissão colegiada responsável por debater e acompanhar as políticas para o espaço urbano. A partir de diversos setores, sejam públicos ou privados, os formuladores do consenso antecipam-se às trajetórias divergentes, muitas vezes estigmatizando seus articuladores. A censura contra a troça carnavalesca "Empatando tua vista"<sup>62</sup> é outro exemplo. Sua crítica irreverente versa sobre a complacência do Estado frente as investidas muitas vezes criminosas dos promotores imobiliários, mas sobre seus articuladores recai não só o silenciamento da mídia, como também a interdição física, com apoio do órgão de controle urbano e da polícia.

Assim é que vai surgindo uma abordagem de governo puramente gerencial, despida de qualquer politização. O conflito entre diferentes projetos vai sendo

---

<sup>62</sup> A troça carnavalesca "Empatando tua vista" é uma agremiação carnavalesca recente que se auto denomina como "ato político-folião crítico à verticalização excessiva". Sua criação se deu no processo de resistência ao Projeto Novo Recife e na esteira das mobilizações articuladas pelo grupo Direitos Urbanos. Durante o Carnaval do ano de 2017, sem infringir qualquer lei, a referida agremiação teve suas fantasias confiscadas e seus organizadores conduzidos às autoridades pela polícia.

substituído, na visão de Swyngedouw (2012), por um associativismo colaborativo de tecnocratas cuja atuação se dá sem que se leve em conta outras visões da cidade e de seus problemas. Investidos do discurso competente e apolítico, esses profissionais vão ocupando os mais importantes cargos na gestão da cidade, dando amplidão à pós-política dentro do Estado. Gomes (2015) afirma que os discursos sobre o urbano têm partido cada vez mais de uma ideologia respaldada na neutralidade técnica e científica, sendo eles tributários de dois processos inerentes a sociedade atual: a burocratização e a organização do Estado. Deles, portanto, é que emergem fábricas de modelos, planos e propostas, muitas das quais acompanhadas de ideias, marketing e engenharias reconhecidas e legitimadas por organismos multilaterais.

Mas como enfrentar a pós-política? Como fazer frente ao quadro social e político que nega o cotejamento entre diferentes trajetórias e projetos? Segundo Mouffe (2009), este é um dos maiores problemas da democracia liberal. Na sua visão, em vez de buscar o consenso, é necessário reconhecer a dimensão antagonica do sujeito político. Esta autora afirma, portanto, que o consenso tem embasado a maior parte do pensamento político, levando a democracia à uma situação de falência. Em vez do entendimento obrigatório, Mouffe afirma que é necessário garantir uma esfera de luta agonista, onde se possa confrontar incessantemente os diferentes projetos. É neste sentido que a autora critica veementemente a noção deliberativa e consensual da democracia em Jürgen Habermas. Para ela, é preciso livrar-se da concepção liberal de democracia, uma vez que esse sistema nega necessariamente o político em sua substância. Na concepção agonista, o antagonismo é reiterado sem que para isso se estabeleça a polarização irreconciliável, isto é, as oposições são garantidas sem que as partes se sintam impulsionadas a erradicar a outra. Assim, o conflito se estabeleceria permanentemente, mas as partes reconheceriam a legitimidade de seus oponentes, posto constituírem juntas uma mesma associação.

Mesmo partindo de uma concepção teórico-filosófica distinta daquela adotada nesta tese, acreditamos que as reflexões de Mouffe dão pistas do caminho a perseguir no enfrentamento da pós-política. Em se tratando da realidade tradicionalmente patriarcal e autoritária brasileira, isso implica em reconhecer e garantir as diferenças, ao passo que se deve reafirmar a política em todas as suas

dimensões. No que diz respeito a gestão da cidade, o enfrentamento da pós-política envolve três movimentos diferentes e ao mesmo tempo complementares: primeiro, a reativação, o fortalecimento e o alargamento dos canais de participação já existentes no planejamento e na gestão; depois o acirramento das mobilizações sociais em favor da criação de mais canais, para que as diferentes trajetórias se expressem sem que as burocracias e a organização do Estado as limitem; e, por fim, garantir que as diferentes posições continuem a se expressar e a submeter suas demandas, independente do que foi pactuado. Em outras palavras, e tornando ao ponto de vista original, é necessário construir uma “democracia substantiva”, tal como sugere Mézáros (2008, 2015).

Mas como construir um modelo de sociedade e de cidade em que a participação, a submissão de demandas e os processos decisórios não se limitem aos esquemas limitantes impostos pelo Estado, sem que todo o metabolismo social seja alterado? Mézáros (2008, 2015) é bem claro ao afirmar que não há democracia substantiva sem igualdade substantiva, isto é, não há a possibilidade da política efetiva e da democracia sem a construção de um novo metabolismo social, cuja a reprodução da vida tenha primazia sobre a do capital. Observando-se o espaço da cidade do Recife, isso significa dizer que não há a possibilidade de fortalecimento da política e da democracia sem que a valorização e o consumo do espaço sejam redimensionados, de tal forma que as necessidades mais vitais dos cidadãos sejam garantidas, em vez da acumulação. No limite, isso significa dizer também que o permanente processo de valorização deve ter a finalidade precípua de criar valores-de-uso, muito mais que valores-de-troca. Neste sentido, vale lembrar que é no espaço público onde o valor-de-uso prevalece sobre o valor-de-troca, uma que ele corresponde ao espaço de uso coletivo destinado não ao consumo produtivo, mas à atividade política, à acessibilidade universal e ao governo da sociedade. Por isso é que esse espaço é definido muito mais por sua utilidade imediata, do que por sua destinação à acumulação.

Enfrentar a pós-política e construir uma democracia substantiva implicam, portanto, no fortalecimento do espaço público. Mas como reabilitar e fortalecer esse espaço se, como vimos tentando mostrar, ele tem sido vigorosamente pulverizado dado o crescente processo de fragmentação? Como vislumbrar estratégias de fortalecimento do espaço público no Recife, por exemplo, se esta cidade assiste

desde tempos remotos a conversão da condição de insularidade natural para a social, em um processo marcado pela irrupção de enclaves fortificados e pela difusão da vida entre-muros?

A fragmentação é um fato e não vem de hoje, pois tem suas bases no próprio patrimonialismo, na violenta e desigual formação histórica dessa cidade, bem como no modelo arquitetônico praticado. Sobre este aspecto, vale a pena lembrar o que disse Leitão (2005), seguindo a narrativa da obra de Gilberto Freyre, de que o Brasil se constituiu em torno da casa, do espaço privado. Neste sentido, nunca houve lugar para o não familiar na constituição do espaço urbano brasileiro. Na verdade, nossa sociedade edificou-se no âmbito de uma profunda negação da rua. Tendo em vista que o espaço urbano sempre refletiu as marcas culturais arraigadas na sociedade. Portanto, a fragmentação é produto de processos atuais, mas também fruto do passado, da forma como a sociedade foi valorizando e consumindo o espaço. Trata-se, assim, de um “prático inerte”, ou uma “rugosidade” (SANTOS, 2006), pois envolve valores criados no passado que atuam imperiosamente no presente.

Fazer frente à fragmentação e, assim, reabilitar o espaço público, necessariamente requer que se procure romper com essas marcas do passado. No caso do Recife, significa questionar a centralidade da casa como polo regente da produção e reprodução do espaço, valorizando a rua e a calçada. Como a polaridade da casa explica a insularidade social, significa dizer também que a insularidade social deve ser rompida, para que não só vivências, mas também experiências façam parte do cotidiano dos cidadãos. No entanto, uma pergunta ainda recai sobre essa questão: como superar a insularidade social, valorizando a rua e a calçada? Até então, vencemos a insularidade natural por meio da hominização do espaço, onde as pontes e os aterros exerceram papel seminal. Mas será com pontes e aterros que romperemos a insularidade social?

A reabilitação dos espaços públicos tem sido o foco de inúmeras abordagens sobre os problemas urbanos. No mundo ocidental, muitas das teorias e práticas urbanísticas que surgiram a partir da crítica ao urbanismo moderno tem como mote a recuperação e valorização dos espaços públicos dentro da dinâmica urbana. Desde Jane Jacobs até Jan Gehl, a retórica do urbanismo então

emergente tem sido o incentivo a intervenções físicas, artísticas e culturais, com foco na reativação do espaço público, tido como lugar do contato entre os diferentes, da experiência. Assim, conceitos como os de "urbanismo tático", "urbanismo emergente", "placemaking" etc., tem insurgido com o mesmo propósito de tornar as cidades mais sustentáveis e capazes de proporcionar bem-estar social. Isso implica em um conjunto de ações e mudanças de comportamento fundamentados em novos paradigmas, o que envolve também a substituição de muitos dos princípios ético/morais e estéticos presentes na cidade moderna.

Desde a década de 1970, portanto, esse novo paradigma fez surgir novos modelos de planejamento, muito dos quais entusiasticamente propalados por organismos internacionais, cujo imperativo tem sido a desaceleração e a valorização da "caminhabilidade" nos espaços públicos. Segundo esse paradigma, um espaço urbano sustentável e voltado ao bem-estar social é aquele que convida os indivíduos à experiência do encontro e ao estabelecimento de laços afetivos positivos com o entorno. Assim é que, nas cidades da Europa ocidental e da América do Norte, conhecimentos técnicos tem sido associado ao ativismo socioecológico, ensejando intervenções urbanas que tem mudado positivamente a estrutura e a dinâmica de inúmeras cidades. Tratadas hoje como modelos a seguir, muitas dessas cidades lograram um admirável salto em termos de qualidade de vida apenas com intervenções dessa natureza.

O problema tem sido a simples importação dessas ideias para o contexto periférico, algo que tem se dado muitas vezes sem a devida contextualização histórico-geográfica. Há, de fato, muito a ser considerado nesse novo paradigma, ainda mais no que diz respeito às técnicas quase sempre inovadoras e que induzem ao questionamento sobre os rumos da cidade. Contudo, não há como vislumbrar a reabilitação dos espaços públicos sem que a tendência a fragmentação e a constituição de insularidades sociais seja vigorosamente interdita. Como dito, mudanças efetivas neste sentido só podem ser visualizadas no horizonte de uma mudança profunda no metabolismo social. Contudo, no curto prazo, pode-se pensar algumas ações importantes, no arco de um processo de conquista do Estado e de sua reformulação.

Conforme mencionado em linhas atrás, a reabilitação dos espaços públicos não envolve apenas e necessariamente a superação do atual sistema, mas também a consideração das possibilidades hoje existentes na organização do Estado, posto tratar-se de uma relação de forças da qual eventualmente projetos sociais e ambientalmente positivos ganham hegemonia. Poulantzas (1985) deixa claro o caráter não coeso do sistema capitalista, cuja marca é a contradição. Mészáros (2015) vai além, e diz que o Estado é a "montanha" a ser conquistada na superação do sistema. Neste sentido, a conquista e reformulação do Estado, bem como a formulação de políticas a partir dele é também um caminho a ser perseguido (MÉSZÁROS, 2015, 2008).

No nosso entender, a reabilitação dos espaços públicos tomando-se proveito do Estado envolve três movimentos complementares: primeiro, a implementação de políticas eficientes de combate à desigualdade social; depois, uma política pública coerente de manutenção e valorização das ruas, calçadas, praças e parques públicos; e, por fim, a formulação de leis e diretrizes de uso e ocupação do solo que impeçam a privatização dos espaços e limitem a construção de muros e toda sorte de parafernália de segurança que inevitavelmente criam um ambiente intimidador.

Por fim, acreditamos que esta tese pode vir a constituir um primeiro passo à construção de um modelo de pensamento e ação em favor de uma transformação estrutural na cidade do Recife, não apenas por que procurou juntar elementos para a elaboração de uma proposta radical, mas por que procurou avançar no sentido de evitar a criação de vácuo teórico e prático em meio à crise político-econômica que vivemos, vácuo esse que tem sido preenchido por propostas extremamente conservadoras. Neste sentido, a proposta de partir do estudo da vida entre-muros mostrou-se extremamente pertinente, pois evidenciou o que de fato está na raiz dos problemas urbanos periféricos e esboçou de maneira impar os caminhos a seguir na superação da fragmentação.

# REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. O mercado informal e a produção da segregação espacial na América: a cidade COM-FUSA informal. In: LEAL, S. M. R, LACERDA, N. Novos padrões de acumulação urbana na produção do habitat: olhares cruzados Brasil - França. Recife: Ed. UFPE, 2010, p. 211-240.
- ADORNO, T. W. Palavras e sinais: modelos críticos. Petrópolis: Vozes, 1995.
- AGAMBEN, G. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I. 2 ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- ALBUQUERQUE, M. Z; GOMES, E. T. A. Reflexões sobre vetores do atual processo de reprodução do espaço urbano no Recife. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana: ciência e ação política por uma abordagem crítica, 13, 2013, Rio de Janeiro. Anais (on-line). Rio de Janeiro: UERJ, 2013. p. 01-15.
- ALVES, P. R. M. Valores do Recife: o valor do solo na evolução da cidade. Recife: Governo PE / Luci Artes Gráficas, 2009.
- AMARAL, M. V. B. Discurso e relações de trabalho. Maceió: Ed. UFAL, 2005.
- ANDRADE, M. C. Recife: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida. Recife: UFPE, 1979.
- ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10.ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- \_\_\_\_\_. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 11. ed. São Paulo: Boitempo, 2009
- \_\_\_\_\_. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 107, p. 405-419, 2011.
- ARENDT, H. A condição humana. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- BAIERL, L. F. Medo social: da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004.
- BAYER, R. Historia de la estética. Ciudad del México: Fondo de Cultura Económica, 1980.
- BARBOSA, A. G. Exclusivismo socioespacial na Região Metropolitana do Recife: produção do espaço e governança do complexo imobiliário, residencial e de serviços Reserva do Paiva. 2014. Tese de Doutorado - Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Agosto de 2014.
- BARROSO, E. M. F. Loteamentos fechados. São Paulo: Baraúna, 2015.
- BAUDELAIRE, C. As flores do mal. 6.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BENJAMIN, W. Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BESSA, K. Diferenciação espacial como elemento próprio da natureza da Geografia. Revista Mercator, Fortaleza, v. 9, n. 20, p. 43-56, 2010.

BEZERRA, D. U. C. Alagados, Mocambos e Mocambeiros. Recife: Fundaj/Imprensa Universitária, 1965.

BITOUN, J. A contribuição dos planos estratégicos na gestão municipal: modernização do discurso, seletividade ou aprimoramento das práticas? In: SPOSITO, M. E (org.). Urbanização e cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP, 2001, p. 291-310.

BLAKELY, E; SNYDER, M. G. Fortress American: gated communities in the United States. Washington: Brooking Institution Press, 1997.

BRAGA, R. A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial. São Paulo, Xamã, 2003.

\_\_\_\_\_. Sob a sombra do precariado. In: HARVEY, D. et al (orgs). Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

BRAGOS, O; MATEOS, A; PONTONI, S. Nuevos desarrollos residenciales y procesos de degregación espacial en la expansión oeste de Rosario. In: CABRALES BARAJAS (orgs) Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas. Guadalajara: Universidad de Guadalajara/UNESCO, 2002, p. 441-480.

CABRALES BARAJAS, L. F; ZAMORA, E. C. Segregación residencial y fragmentación urbana: los fraccionamientos cerrados en Guadalajara. Espiral: estudios sobre Estado y Sociedad, v. 7, n. 20, 2001. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/138/13802008.pdf>

CALDEIRA, T. P. R. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. USP, Ed. 34, 2000.

CARLOS, A. F. A. A natureza do espaço fragmentado. In: SANTOS, M (Org.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 191-197.

\_\_\_\_\_. O consumo do espaço. In: CARLOS, A. F. A (Org.). Novos caminhos da geografia. 1.ed. São Paulo: Contexto, 1999, p. 173-186.

\_\_\_\_\_. Diferenciação socioespacial. Revista Cidades, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 45-60, 2007a

\_\_\_\_\_. O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007b. Disponível em:

[http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Espaco\\_urbano.pdf](http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Espaco_urbano.pdf)

\_\_\_\_\_. A prática espacial urbana como segregação e o "direito à cidade" como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, P. A et al. (org.). A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 95-110.

\_\_\_\_\_. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: CARLOS, A. F. A. (org.) Crise Urbana. São Paulo: Contexto, 2015, p. 25-36.

\_\_\_\_\_. A condição espacial. São Paulo: Contexto, 2016.

CARVALHO, C. H. R. Desafios da mobilidade urbana no Brasil (Texto para discussão 2198). Brasília/Rio de Janeiro: IPEA, 2016. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2198.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2198.pdf)

CASTRO, J. Fatores de localização da cidade do Recife: um ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1948.

\_\_\_\_\_. Documentário do Nordeste. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1957.

\_\_\_\_\_. Ensaios de Geografia Humana. 5.ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1969.

CAVALCANTI, M. S. As inovações da oferta imobiliária no produto residencial: um estudo sobre os condomínios resorts no Recife. 2011. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Setembro de 2011.

CLARK, B; FOSTER, J. B. A dialética do metabolismo social e ecológico: Marx, Mézáros e os limites absolutos do capital. In: JINKINGS, I. NOBILE, R. (org.) Mézáros e os desafios do tempo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

COLMENARES, El auge de las urbanizaciones club. Revista El tiempo, 28 de Maio de 2006. Disponível em: <http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-2042942>; Acesso em: 07 de Janeiro de 2017.

CORRÊA, R. L. O espaço urbano. 3.ed. São Paulo: Ática, 1995.

COURIEL, J. De cercanias a lejanías: fragmentación sociourbana en el Gran Montevideo. Montevideo: Trilce, 2010.

DAMIANI, A. L. A crise da cidade: os termos da urbanização. In: DAMIANI, A; CARLOS, A. F. A; SEABRA, O. C. L. O espaço no fim do século: anova raridade. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 118-131.

DARDOT, P; LAVAL, C. Commun: essai sur la révolution au XXI siècle. Paris: La Découverte, 2014.

DAVIS, M. Planeta favela. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEMO, P. Metodologia científica em ciências sociais. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1995

\_\_\_\_\_. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2000

DONZELOT, J. La nouvelle question urbaine. Paris: Revue Esprit, 1999.

D'OTTAVIANO, C. Condomínios fechados na Região Metropolitana de São Paulo: fim do modelo centro rico versus periferia pobre? 2008. Tese de Doutorado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DUNKER, C. I. L. Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015.

DURKHEIM, E. Sociedade como fonte do pensamento lógico. In: RODRIGUES, J. A. São Paulo: Ática, 1978

ENGELS, F. A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Lisboa: Ed. Presença, 1975 [1845].

\_\_\_\_\_. Dialética da natureza. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 [1876].

- FALCÃO, J. A.; SOUZA, M.A.A. Os Mocambos do Recife: o direito de morar. *Revista Ciência Hoje, Recife*, v. 3, n. 18, 1985, 74-80.
- FREDERICO, C. Cotidiano e arte em Lukács. *Estudos avançados*. São Paulo, v. 14, n. 40, p. 299-208, 2000.
- FIX, M. Parceiros da exclusão. Duas histórias da construção de uma “nova cidade”. São Paulo: Boitempo, 2001.
- FOLADORI, G. O metabolismo com a natureza. *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 12, p. 50-62, 2001.
- FRANCO, A. Acerca de los conjuntos cerrados: paradigmas y paradojas. *Designia*, v. 2, n. 1, p. 24-42, 2013.
- GAUDEMAR, J. P. Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa: Editorial Estampa, 1977
- GIGLIA, A. Gated Communitoes in Mexico City. *Home Cultures: the journal of architecture, design and domestic space*. v. 5, n. 1, p. 65-84, 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.2752/174063108X287355>
- GOMES, E. T. A. O trabalho desafiando o modelo funcional das cidades – entre a oficina como unidade produtiva e a casa como espaço reprodutor da força do trabalho. *Scripta Nova, Barcelona*, v. 6, n. 119 (78), 2002.
- \_\_\_\_\_. Um passeio temático pela cidade do Recife: o processo de revitalização, êxitos e fracassos. *Revista Memórias, Barranquilla*, v. 3, n. 6, 2006.
- \_\_\_\_\_. Espaços liminares – conteúdos subvertem formas no processo contínuo de (re)produção da e na cidade contemporânea. *Investigación y desarrollo, Barranquilla*, v. 16, n. 1, p. 174-195, 2008.
- \_\_\_\_\_. Rural e urbano em um mundo do capital no qual cada vez mais a exceção é a regra: alguns itens relevantes à luz da Região Metropolitana do Recife na contemporaneidade. In: ALBUQUERQUE, M. Z; MACHADO, M. R. I. M (Org.). *O rural e o urbano na Região Metropolitana do Recife*. Garanhuns: Ed. UFRPE, 2014.
- \_\_\_\_\_. Refletindo sobre a ideologia do pensamento unidimensional contida em alguns discursos competentes do planejamento contemporâneo (parte 1). In: GOMES, E. T. A.; SERNA, A. G. et al (Org.). *Espaço, Políticas Publicas e Território: reflexões a partir da América Latina*. Recife: Ed. UFPE, 2015, p. 11-35.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008
- GUERRA, M. F. "Vende-se qualidade de vida": Alphaville Barueri - implantação e consolidação de uma cidade privada. 2013. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, Setembro de 2013.
- HARVEY, D. The urban process under capitalism: a framework for analysis. *International journal of urban and regional research*, v. 2, n. 1-4, p. 101-131, 1978.
- \_\_\_\_\_. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.
- \_\_\_\_\_. O novo imperialismo. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- \_\_\_\_\_. A produção capitalista do espaço. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2006.

- \_\_\_\_\_. The right to the city. *New left review*, London, n. 53, p. 23-40, 2008. Disponível em: <https://newleftreview.org/II/53/david-harvey-the-right-to-the-city>
- \_\_\_\_\_. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 18.ed. São Paulo: Loyola, 2009 [1989].
- \_\_\_\_\_. O espaço como palavra-chave. *Revista GEOgraphia*, Niterói, v. 14, n. 28, p. 08-39, 2012a. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/551/345>
- \_\_\_\_\_. *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*. London: Ed. Verso, 2012b. Disponível em: [http://abahlali.org/files/Harvey\\_Rebel\\_cities.pdf](http://abahlali.org/files/Harvey_Rebel_cities.pdf)
- HAUG, W. F. *Crítica da estética da mercadoria*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- HEGEL, G. W. F. *Curso de estética: o belo na arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- HOBSBAWN, E. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Era do capital: 1848-1875*. 10.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- ICKX, W. Los fraccionamientos cerrados en la zona metropolitana de Guadalajara. In: CABRALES BARAJAS (orgs) *Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara/UNESCO, 2002, p. 117-144.
- JANOSCHKA, Michael. El nuevo modelo de la ciudad latinoamericana: fragmentación y privatización. *EURE (Santiago)*, Santiago, v. 28, n. 85, p. 11-20, 2002. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612002008500002>
- JANOSCHKA, M; A. BORSODORF. Condomínios fechados and Barrios privados: the rise of private residencial neighbourhoods in Latin America. In: GLASZE, G; WEBSTER, C; FRANTZ, K (Org.): *Private Neighbourhoods. Global and local perspectives*. London: Routledge, 2004. Disponível em: [https://www.uibk.ac.at/geographie/personal/borsdorf/pdfs/buch\\_gc\\_-\\_janoschka-borsdorf\\_abgabeversion.pdf](https://www.uibk.ac.at/geographie/personal/borsdorf/pdfs/buch_gc_-_janoschka-borsdorf_abgabeversion.pdf)
- JEREZ, F. A. G; ARDILLA, M. P. P. Urbanizaciones cerradas y su vinculación con el espacio exterior en la ciudad de Cali: una propuesta metodológica para su análisis. *Prospectiva*, n. 19, p. 197-221, 2014. Disponível em: <http://revistaambiente.univalle.edu.co/revistasunivalle/index.php/prospectiva/article/view/3186/3137>
- JÚNIOR, J. M. P. N. *Os homicídios no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco: dinâmica, relações de causalidade e políticas públicas*. 2010. Tese de Doutorado - Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Março de 2010.
- KANT, I. *Crítica da faculdade do juízo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995
- LACOSTE, Y. *Unité et diversité du tiers monde*. Paris: François Maspero, 1980.

- LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- \_\_\_\_\_. O direito à cidade. 5.ed. São Paulo: Centauro, 2001.
- \_\_\_\_\_. Espaço e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- LE GUILLANT, L. O trabalho e a fadiga. In: LIMA, M. E. A (Org.) Escritos de Louis Le Guillant: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 218-241.
- LEITÃO, L. Quando um muro separa e nenhuma ponte une. Cadernos Metrôpole (PUC/SP), São Paulo, v. 13, p. 229-253, 2005. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/viewFile/8805/6526>
- LESSA, S. Lukács e a ontologia: uma introdução. Revista Outubro, São Paulo, n. 5, p. 83-100, 2001. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-06.pdf>
- \_\_\_\_\_. Marxismo e ética. Crítica Marxista. São Paulo, v. 14, p. 104-109, 2002. Disponível em: [http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/debate33104\\_merged.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/debate33104_merged.pdf)
- \_\_\_\_\_. Mundo dos homens: trabalho e ser social. 3.ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- LINS, R. C. Alguns aspectos originais do sítio urbano do Recife. In: ANDRADE, M. C. Capítulos de Geografia do Nordeste. Recife: UGI, 1982
- LIMA, M. L. C; XIMENES, R. Violência e morte: diferenciais da mortalidade por causas externas no espaço urbano do Recife, 1991. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, p. 829-840, 1998. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1998000400025>
- LOPES, A. V. F. Condomínios residenciais: novas faces da sociabilidade e da vivência de transgressões sociais. 2008. Tese de Doutorado - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Julho de 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/2922>
- LOW, S. On the plaza: the politics of public space and culture. Austin: University of Texas Press, 2000.
- LÖWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Revista Outubro, n. 1, 1998, p. 73-80. Disponível em: <http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Lowy,%20Michael/a%20teoria%20do%20desenvolvimento%20desigual%20e%20combinado.pdf>
- LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social (Vol. 2). São Paulo: Boitempo, 2013.
- \_\_\_\_\_. O jovem Marx e outros escritos de filosofia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o Estado. Espaço & Debates, São Paulo, v. 24, n. 45, p. 24-3, 2004.
- MARICATO, E. Metrôpole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O. B. F. et al. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

\_\_\_\_\_. Metrópole, legislação e desigualdade. Estudos Avançados. São Paulo, v.17, n.48, 2003, p. 151-166. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000200013>

\_\_\_\_\_. A copa do mundo no Brasil: tsunami de capitais aprofunda a desigualdade urbana. In: JENNINGS, A; ROLNIK, R. et al. (orgs.) Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas? São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2014, p. 17-24.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política (livro 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

\_\_\_\_\_. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 (esboços da crítica da economia política). São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K; ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. São Paulo: Expressão Popular, 2008 [1848].

\_\_\_\_\_. A ideologia alemã. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MASSEY, D. Spatial divisions of labour: social structures and the geography of production. London: Macmillian Publishers, 1984

MEDINA, L. L. A legislação de uso e ocupação do solo do Recife como instrumento de desenho urbano. In: 7º Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1997, Recife. Anais 7º ENANPUR. Recife: UFPE, 1997. p. 540-566. Disponível em: <http://www.unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/1702/1674>

MELO, M. L. Metropolização e subdesenvolvimento: o caso do Recife. Recife: UFPE/Sudene, 1978.

MELO, P. B. Histórias que a mídia conta: o discurso sobre o crime violento e o trauma cultural do medo. Recife: Editora UFPE, 2010.

MELO, Z. M; CALDAS, M. T; CARVALHO, M. M. C. Família, álcool e violência em uma comunidade da cidade do Recife. Psicologia em Estudo, v. 10, n. 2, p. 201-208, 2005. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722005000200006>

MELO, Z. M; SILVA, D. M; CALDAS, M. T. Violência intrafamiliar: crimes contra a mulher na área metropolitana do Recife. Psicologia em estudo, v. 14, n. 1, p. 111-119, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722009000100014>

MÉSZÁROS, I. A incontornabilidade do capital e sua globalização. Revista Novos Rumos, Marília, v. 14, n. 31, p. 4-9, 1999. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/1902/1559>

\_\_\_\_\_. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. A crise estrutural do capital. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015

MEYER, K; BÄHR, J. Condomínios in Greater Santiago de Chile and their impact on the urban structure. *Die Erde*, n. 132, 2001, p.293-321.

MOLLENKOPF, J; CASTELLS, M. Introduction. IN: MOLLENKOPF et al (Org) . *Dual city: restructuring New York*. New York: Russell Sage Foundation, 1991.

MORAES, A. C. R. Em busca da ontologia do espaço. In: MOREIRA, R. *Geografia: teoria e crítica - o saber posto em questão*. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. 5.ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, A. C. R; COSTA, W. M. *Geografia crítica: a valorização do espaço*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MORGAN, D; KRUEGER, R. When to use focus groups and why. In: MORGEN, D (Org) *Successful Focus Groups: Advancing the State of the Art*. Newbury Park: CA: Sage, 1993. p. 3-20

MOUFFE, Chantal. *En torno a lo político*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

\_\_\_\_\_. La política democrática en la época de la postpolítica. *Debates y Combates*, vol. 1, p. 75-90, 2011

MUMFORD, L. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 2.ed. Brasília: Martins Fontes, 1982.

NETTO, J. P; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NUNES, S. M. M. Plano diretor do Recife: gestão democrática? In: XIV Encontro Nacional da Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2011, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011. p. 01-20. Disponível em:

<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3194/3128>

OUTTES, J. O corpo de um herói esquartejado: a reforma urbana do bairro de Santo Antônio em Recife no Estado Novo. In: GOMES, M. A. A; FERNANDES, A. (Org.). *Cidade & história: modernização das cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX*. Salvador: EdUFBA, 1992. p. 131-138

\_\_\_\_\_. *O Recife: gênese do urbanismo (1927-1943)*. Recife: Massangana, 1997.

PONTUAL, V. O último capítulo de uma comédia: a aprovação do plano diretor do Recife. In: RIBEIRO, L. C. Q; SANTOS JÚNIOR, O. A. *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 403-426.

\_\_\_\_\_. Produção, regulação e participação: proposições urbanísticas para o Recife de 1930/1991. In: PADILHA, N (org.). *Cidade e urbanismo: histórias, teorias e práticas*. Salvador: FAUFBA, 1998. p. 299-310.

\_\_\_\_\_. Práticas urbanísticas, deslocamentos e cruzamentos: Louis-Joseph Lebreton e Antônio Bezerra Baltar no Brasil. In: FARIA, R; CERASOLI, J; LIRA, F. (Org.).

Urbanistas e urbanismo no Brasil: entre trajetórias e biografias. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2014. p. 167-206.

POULANTZAS, N. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PRÉTECEILLE, D. Cidades globais e segmentação social. In: RIBEIRO, L. C. Q; SANTOS JÚNIOR, O. A. Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 65-89.

RAMPAZZO, L. Metodologia científica: para alunos dos cursos da graduação e pós-graduação. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

RANCIÈRE, J. Ten Thesis on Politics. Theory & Event. Vol. 5, No. 3, 2001.

REIS FILHO, N. G. Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil. São Paulo: Pioneira/EdUsp, 1968.

\_\_\_\_\_. Algumas experiências urbanísticas do início da república: 1890-1920. São Paulo: FAUUSP, 1994.

REYNALDO, A; REYNALDO, M; LACERDA, N; MACIEL, S. J. A reconfiguração espacial da Região Metropolitana do Recife: processo de fragmentação e integração. In: V Seminário Internacional de investigación en Urbanismo - Territorios de lo urbano, 2013, Barcelona. Anais do V Seminário Internacional de investigación en Urbanismo - Territorios de lo urbano. Barcelona, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2099/14832>

REZENDE, A. P. M. O Recife: histórias de uma cidade. 2.ed. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2005.

RIBEIRO, A. C. T. Acumulação urbana: uma breve leitura a partir da sociologia. In: LEAL, S. M. R, LACERDA, N. Novos padrões de acumulação urbana na produção do habitat: olhares cruzados Brasil - França. Recife: Ed. UFPE, 2010, p. 33-52.

RODRÍGUEZ, I; MOLLÁ. Urbanizaciones cerradas en Puebla y Toluca. In: CABRALES BARAJAS (orgs) Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas. Guadalajara: Universidad de Guadalajara/UNESCO, 2002, p. 511-548.

ROITMAN, S. Barrios cerrados y segregación social urbana. Scripta Nova: revista electrónica de Geografía y Ciencias sociales, v. 7, n. 146(118), 2003. Disponível em: [http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(118\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(118).htm)

\_\_\_\_\_. Who segregates whom? The analysis of a gated community in Mendoza, Argentina. Housing Studies, v. 20, n. 2, 2005, p. 303-321. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/026730303042000331790>

\_\_\_\_\_. Planificación urbana y actores sociales intervinientes: el desarrollo de urbanizaciones cerradas, Scripta Nova: revista electrónica de Geografía y Ciencias sociales, Vol. 7, n. 270(54), 2008. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-270/sn-270-54.htm>

ROITMAN, S; WEBSTER, C; LANDMAN, K. Methodological frameworks and interdisciplinary research on gated communities. International Planning Studies, v. 15, n. 01, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/13563471003736886>

ROITMAN, S; PHELPS, N. Do gates negate the city? Gated communities' contribution to the urbanisation of suburbia in Pilar, Argentina. Urban Studies, v. 46,

n. 16, 2011, p. 3487-3509. Disponível em:

<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0042098010397395>

ROLNIK, R. O lazer humaniza o espaço urbano. In: SESC/SP (Org.) Lazer numa sociedade globalizada. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000.

Disponível em:

<https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2009/08/lazerhumanizaespacourbano.pdf>

SABATINI, F. Barrios cerrados en Santiago do Chile: entre la exclusión y la interacción residencial. Santiago: Lincoln Institute of Land/Pontificia Universidad Católica de Chile, 2004.

SAFATLE, V. O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SALGUEIRO, T. B. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. Revista Território, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 39-53, 1998. Disponível em:

[http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/04\\_4\\_salgueiro.pdf](http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/04_4_salgueiro.pdf)

SAMPER, G. Institucionalización, en Bogotá, del principio de las agrupaciones de vivienda. Revista Escala, Bogotá, n. 52-53, 1989.

SÁNCHEZ, G. P. Z. Dinámicas urbano-rurales en los bordes en la ciudad de Medellín. Gestión Y Ambiente, Medellín, v. 11, n. 3, p. 161-172, 2008. Disponível em: <http://helvia.uco.es/xmlui/bitstream/handle/10396/7879/14821.pdf?sequence=1>

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n.54, p.81-99, 1977

\_\_\_\_\_. Ensaios sobre a urbanização latino-americana. São Paulo: Ed. Hucitec, 1982.

\_\_\_\_\_. Metrópole corporativa e fragmentada: o caso de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1990.

\_\_\_\_\_. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. Revista Território, Rio de Janeiro, n.6, p. 5-20, 1999

\_\_\_\_\_. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6.ed. São Paulo: Ed. USP, 2004a.

\_\_\_\_\_. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos . 2.ed. São Paulo: Ed. USP, 2004b.

\_\_\_\_\_. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4.ed. São Paulo: Ed. USP, 2006.

\_\_\_\_\_. O espaço do cidadão. 7.ed. São Paulo: Ed. USP, 2007.

\_\_\_\_\_. Manual de Geografia urbana. 3.ed. São Paulo: Ed. USP, 2008. Geografia

\_\_\_\_\_. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6.ed. São Paulo: Ed. USP, 2014.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 11.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, C. S. A fronteira urbana: urbanização, industrialização e mercado imobiliário no Brasil. São Paulo: Annablumme, 2015.

SANTOS, O. A. A.; MAHMOOD, S. B. Para pensar geograficamente a "pobreza urbana": o sistema de informações georreferenciadas dos assentamentos populares da Região Metropolitana do Recife/PE. In: XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana: ciência e ação política por uma abordagem crítica, 2013, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: UERJ, 2013. p. 01-19.

SCHMIDT, A. El concepto de naturaleza en Marx. Madrid: Siglo veintiuno, 1983.

SENNET, R. O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SERPA, A. Espaço público: locus da pluralidade humana? In: OLIVEIRA, M. P et al (Orgs) O Brasil, a América latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II). Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj/Anpege, 2008.

\_\_\_\_\_. O espaço público na cidade contemporânea. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2016.

SILVA, F. L. Sartre e a Ética. Bioethikós. São Paulo, v. 4, p. 269-273, 2010. Disponível em: <http://www.saocamilo-sp.br/pdf/bioethikos/78/Art02.pdf>

SILVA, R. M. Plano diretor municipal: a governança no processo de revisão do plano diretor do Recife. 2009. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Maio de 2009. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3291>

SMITH, N. Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988

\_\_\_\_\_. The New urban frontier: gentrification and the Revanchist City. Londres: Routledge, 1996. Disponível em: [http://rohcamaintenant.free.fr/USB%20KEY%20Fahriye/k%C4%B1tap%20Neil%20Smith\\_The\\_New\\_Urban\\_Frontier\\_Gentrification\\_and\\_the\\_Revanchist\\_City.pdf](http://rohcamaintenant.free.fr/USB%20KEY%20Fahriye/k%C4%B1tap%20Neil%20Smith_The_New_Urban_Frontier_Gentrification_and_the_Revanchist_City.pdf)

\_\_\_\_\_. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. Geousp - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 21, p. 15-31, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74046/77688>

SMOLKA, M. Mobilidade dos imóveis e segregação residencial na cidade do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, L. C. Q; LAGO, L. L (orgs) Acumulação urbana e a cidade. Rio de Janeiro: IPPUR, 1992.

SOJA, E. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social e crítica. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.

SOBARZO, O. A segregação socioespacial urbana. Formação, Presidente Prudente, n.7, p. 163-170, 2000. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/2445/2200>

SOUZA, J. A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

SOUZA, M. A. A. O Recife das "Terras de Marinha". Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife, n. 59, p. 127-145, 2002a.

\_\_\_\_\_. Posturas do Recife Imperial. 2008. Tese de Doutorado - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002b. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7277>

SOUZA, M. L. O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. Planejamento e gestão urbanos em uma era de medo. Revista Rio de Janeiro, n. 12, p. 55-74, 2004.

\_\_\_\_\_. A prisão e a agora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006

\_\_\_\_\_. Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_. Práticas espaciais insurgentes em um mundo globalizado: da "revolução molecular" à política de escalas. In: MENDONÇA, F. et al. (org.). Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: Ademandan, 2009. p. 459-478.

\_\_\_\_\_. Semântica urbana e segregação: disputa simbólica e embates políticos na cidade "empresarialista". In: VASCONCELOS, P. A et al. (org.). A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 127-146.

SPOSATI, A. Cidade em pedaços. São Paulo: Brasiliense, 2001.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A et al. (orgs.). A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-93.

SPOSITO, M. E. B; GOES, E. M. Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Ed. UNESP, 2013.

SVAMPA, M. Los que ganaron: la vida en los countries y barrios privados. 2.ed. Buenos Aires: Biblos, 2008.

SWYNGEDOUW, E. A cidade pós-política. Revista e-metropolis, Rio de Janeiro, n. 08, 2012. Disponível em: [http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo\\_pdfs/000/000/009/original/emetropolis\\_n08.pdf?1447896327](http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/009/original/emetropolis_n08.pdf?1447896327)

TAVARES, M. A. Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

TONET, I. Ética e capitalismo. Presença ética, Recife, v. 2, p. 13-25, 2002.

\_\_\_\_\_. Método científico: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013

THUILLER, G. Gated communities in the Metropolitan Area of Buenos Aires, Argentina: a challenge for town planning. Housing Studies, v. 20, n. 2, 2005. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/026730303042000331763>

- VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O. B. F. et al. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-103.
- \_\_\_\_\_. Quando a cidade vai à ruas. In: HARVEY, D. et al (orgs). Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.
- VAINER, C. B; OLIVEIRA, F. L; LIMA JUNIOR, P. N. Notas metodológicas sobre a análise de grandes projetos urbanos. In: OLIVEIRA, F. L. E. A. Grandes projetos metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. p. 11-23.
- VALDÉS, E. La ciudad dual y los nuevos fragmentos urbano: los guetos de la riqueza. Administración Pública y Sociedad, Córdoba, n. 12, 1999, p. 1-16.
- VALLS, A. L. M. O que é Ética. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- VASCONCELOS, P. A. A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração. Cidades (Presidente Prudente), Presidente Prudente, v. 1, n.2, p. 259-274, 2004.
- \_\_\_\_\_. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, P. A et al. (org.). A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 127-146.
- VAZQUEZ, A. S. As ideias estéticas de Marx. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- VEIGA, D. Entre a desigualdade e a exclusão social: estudo de caso da grande Montevidéu. Caderno CRH, Salvador, v. 18, n. 45, p. 341-354, 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3476/347632238002/>
- VELHO, G. A utopia urbana, um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- WALLERSTEIN, I. M. O sistema mundial moderno (vol. II). Porto: Afrontamento, 1974.
- WASELFSZ, J. J. Mapa da violência 2011: os jovens do Brasil. São Paulo: Instituto Sangari/Ministério da Justiça do Brasil, 2011. Disponível em: <http://www.sangari.com/mapadaviolencia/pdf2011/MapaViolencia2011.pdf>
- \_\_\_\_\_. Mapa da violência 2016: homicídios por armas de fogo. São Paulo: FLACSO, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/>
- WOOD, E. M. A origem do capitalismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001
- ZIZEK, S. The Ticklish subject: the absent centre of political ontology. London: Verso, 1999.
- \_\_\_\_\_. Afterword by Slavoj Zizek: the lesson of Rancière. RANCIÈRE, J. The politics of aesthetics: the distribution of the sensible. Londres: Continuum, 2006.
- \_\_\_\_\_. O violento silêncio de um novo começo. HARVEY, D. et al (orgs). Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012.

## ANEXO 01



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

PROJETO: A URDIDURA DA FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO NO RECIFE

Docente: Otávio Augusto Alves dos Santos

Orientadora: Edvânia Tôrres Aguiar Gomes

Co-orientadora: Aura Gonzalez Serna

### ROTEIRO

1. Você acha importante morar em um condomínio nos dias de hoje?

Sim  Não

2. Por que veio morar no Condomínio Morada Recife Antigo?

---

3. Você considera o condomínio seguro?

Sim  Não

4. O que torna o condomínio inseguro?

---

---

5. O que falta para tornar o condomínio mais seguro?

---

---

6. Com que frequência usa os espaços comuns do condomínio?

Sempre  Usualmente  Ocasionalmente  Nunca

7. Considera os espaços comuns acessíveis e seguros?

Sim  Não

8. Qual espaço comum considera mais inseguro?

---

---

9. Considera que o condomínio seria mais seguro se houvesse mais espaços comuns?

Sim  Não  Não influenciaria

10. Como avalia a atuação do síndico?

---

---

11. Como avalia as regras de convivência do condomínio?

---

---

12. Como avalia a atuação do pessoal da segurança?

---

---

13. Como avalia a aparência estética do condomínio?

---

---

14. Que tipo de comportamento dos condôminos considera reprovável?

---

---